

Elisa Maria Pinheiro de Souza
Waldinett Nascimento Torres Pena

LETRAMENTO DIGITAL

NA FORMAÇÃO CONTINUADA
DE PROFESSORES



LETRAMENTO DIGITAL NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES





AVALIAÇÃO, PARECER E REVISÃO POR PARES

Os textos que compõem esta obra foram avaliados por pares e indicados para publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária responsável: Aline G. Benevides CRB-1/38480

P969 1 ed.	Letramento digital na formação continuada de professores [livro eletrônico] / Elisa Maria Pinheiro de Souza. Waldinett Nascimento Torres Pena. – 1.ed. – Curitiba-PR, Editora Bagai, 2025, 131p. E-Book. Bibliografia. ISBN: 978-65-5368-577-2 1. Letramento Digital. 2. Tecnologias Digitais. Educação a Distância. I. Souza, Elisa Maria Pinheiro de. II. Pena, Waldinett Nascimento Torres. 07-2025/25	CDD 370
---------------	--	---------

Índice para catálogo sistemático:

1. Educação: Letramento Digital; Tecnologias Digitais; Educação a Distância. 370

 <https://doi.org/10.37008/978-65-5368-577-2.04.06.25>

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização prévia da Editora BAGAI por qualquer processo, meio ou forma, especialmente por sistemas gráficos (impressão), fonográficos, microfílmicos, fotográficos, videográficos, reprográficos, entre outros. A violação dos direitos autorais é passível de punição como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal) com pena de multa e prisão, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610 de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Este livro foi composto pela Editora Bagai.



www.editorabagai.com.br



[/editorabagai](https://www.instagram.com/editorabagai)



[/editorabagai](https://www.facebook.com/editorabagai)



contato@editorabagai.com.br

Elisa Maria Pinheiro de Souza
Waldinett Nascimento Torres Pena

LETRAMENTO DIGITAL NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES



1.ª Edição – Copyright© 2025 dos autores.

Direitos de Edição Reservados à Editora Bagai.

O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) respectivo(s) autor(es).

As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema de citações e referencial bibliográfico são prerrogativas de cada autor(es).

<i>Editor-Chefe</i>	Prof. Dr. Cleber Bianchessi
<i>Revisão</i>	As autoras
<i>Capa</i>	Ramayana Ísis Torres Pena
<i>Diagramação</i>	Luciano Popadiuk
<i>Conselho Editorial</i>	Dr. Adilson Tadeu Basquerote – UNIDAVI Dr. Anderson Luiz Tedesco – UNOESC Dra. Andréa Cristina Marques de Araújo - CESUPA Dra. Andréia de Bem Machado – UFSC Dra. Andressa Grazielle Brandt – IFC - UFSC Dr. Antonio Xavier Tomo - UPM - MOÇAMBIQUE Dra. Camila Cunico – UFPP Dr. Carlos Alberto Ferreira – UTAD - PORTUGAL Dr. Carlos Luís Pereira – UFES Dr. Claudino Borges – UNIPIAGET – CABO VERDE Dr. Cledeione Jacinto de Freitas – UFMS Dra. Clélia Peretti – PUC-PR Dra. Dalia Peña Islas - Universidad Pedagógica Nacional - MÉXICO Dra. Daniela Mendes V da Silva – SEEDUCRJ Dr. Deivid Alex dos Santos - UEL Dra. Denise Rocha – UFU Dra. Elisa Maria Pinheiro de Souza – UEPA Dra. Elisângela Rosemeri Martins – UESG Dra. Elnora Maria Gondim Machado Lima - UFPI Dr. Ernane Rosa Martins – IFG Dra. Flavia Gaze Bonfim – UFF Dr. Francisco Javier Cortazar Rodriguez - Universidad Guadalajara – MÉXICO Dr. Francisco Odécio Sales - IFCE Dra. Geuciane Felipe Guerim Fernandes – UENP Dr. Hélder Rodrigues Maitunga - ISCED-HUILA - ANGOLA Dr. Helio Rosa Camilo – UFAC Dra. Helisamara Mota Guedes – UFVJM Dr. Humberto Costa – UFPR Dra. Isabel Maria Esteves da Silva Ferreira – IPPortalegre - PORTUGAL Dr. João Hilton Sayeg de Siqueira – PUC-SP Dr. João Paulo Roberti Junior – UFRR Dr. Joao Roberto de Souza Silva - UPM Dr. Jorge Carvalho Brandão – UFC Dr. Jose Manuel Salum Tome, PhD – UCT - Chile Dr. Juan Eligio López García – UCF-CUBA Dr. Juan Martín Ceballos Almeraya - CUIM-MÉXICO Dr. Juliano Milton Kruger - IFAM Dra. Karina de Araújo Dias – SME/PMF Dra. Larissa Warnavin – UNINTER Dr. Lucas Lenin Resende de Assis - UFPA Dr. Luciano Luz Gonzaga – SEEDUCRJ Dra. Luísa Maria Serrano de Carvalho - Instituto Politécnico de Portalegre/CIEP-UE - POR Dr. Luiz M B Rocha Menezes – IFTM Dr. Magno Alexon Bezerra Seabra - UFPP Dr. Marciel Lohmann – UEL Dr. Márcio de Oliveira – UFAM Dr. Marcos A. da Silveira – UFPR Dra. María Caridad Bestard González - UCF-CUBA Dra. Maria Lucia Costa de Moura – UNIP Dra. Marta Alexandra Gonçalves Nogueira - IPLEIRIA - PORTUGAL Dra. Nadja Regina Sousa Magalhães – FOPPE-UFSC/UFPEl Dr. Nicola Andrian - Associação EnARS, ITÁLIA Dra. Patricia de Oliveira - IF BAIANO Dr. Paulo Roberto Barbosa – FATEC-SP Dr. Porfirio Pinto – CIDH - PORTUGAL Dr. Rogério Makino – UNEMAT Dr. Reiner Hildebrandt-Stramann - Technische Universität Braunschweig - ALEMANHA Dr. Reginaldo Peixoto – UEMS Dr. Ricardo Cautica Ferreira - UNITEL - ANGOLA Dr. Ronaldo Ferreira Maganhotto – UNICENTRO Dra. Rozane Zaionz - SME/SEED Dr. Samuel Pereira Campos - UEPA Dr. Stelio João Rodrigues - UNIVERSIDAD DE LA HABANA - CUBA Dra. Sueli da Silva Aquino - FIPAR Dr. Tiago Tendai Chingore - UNILICUNGO – MOÇAMBIQUE Dr. Thiago Perez Bernardes de Moraes – UNIANDRADE/UK-ARGENTINA Dr. Tomás Raúl Gómez Hernández – UCLV e CUM – CUBA Dra. Vanessa Freitag de Araújo – UEM Dr. Walmir Fernandes Pereira – FLSHEP - FRANÇA Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT Dr. Yoissel López Bestard- SEDUCRS

PREFÁCIO

[...] repensar práticas pedagógicas no contexto de formação docente significa, por exemplo, flexibilizar o currículo e torná-lo mais dinâmico e emancipatório, possibilitando aos formandos a vivência de práticas pedagógicas que possam ser didatizadas na sala de aula (SANTOS-MARQUES, 2016, p. 139-140).

Foi com grande alegria que recebi o convite para prefaciar este livro e o aceitei de imediato, pois, ainda que estivesse um pouco distante fisicamente dos(as) colegas na ocasião da escrita e organização desta obra, sinto-me como parte desta construção e carrego comigo memórias da aplicação do projeto apresentado aqui, por ter participado como professora formadora do Curso de Especialização em Ensino de Língua Portuguesa, na modalidade a distância, o que me causa muito orgulho, em razão da relevância e pioneirismo do referido curso para a formação continuada dos docentes em cotejo com as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC), haja vista que o avanço das tecnologias da informação e da comunicação e o processo de globalização suscitam uma reorganização nos espaços acadêmicos para atender às demandas de um alunado que vivencia as possibilidades da cultura digital.

Conheço as autoras desde 2004, quando iniciei minha caminhada como docente do magistério superior na Universidade do Estado do Pará ainda como professora substituta e posteriormente, como docente efetiva do Curso de Letras – Língua Portuguesa. A nossa empatia foi construída por afinidades profissionais dentro das nossas áreas de atuação e pelos laços afetivos daqueles que defendem práticas docentes dinâmicas e emancipatórias como necessárias a uma prática educativa transformadora.

No contexto de formação continuada dos docentes, iniciativas como as apresentadas nesta obra ampliam os letramentos dos professores de modo a lhes dar maior poder de voz, considerando-os sujeitos de conhecimento como aponta Tardif (2002). Desse modo, observo que a intenção das investigações apresentadas nesta obra coaduna com o que diz Kleiman (2005) acerca do processo de formação docente que precisa partir das experiências desses docentes, considerando os saberes necessários ao seu agir discursivo na sala de aula na condição de um agente de letramento.

Posto isto, digo que esta obra que prefacio é um convite ao leitor que tem interesse em conhecer como se faz o entrelaçamento entre o letramento digital e a formação continuada de professores na pós-graduação; haja vista que, apresenta uma proposta pertinente e coesa de um trabalho coletivo que levou formação continuada aos professores que atuam em diferentes espaços geográficos dentro de um estado como o Pará que apresenta grande dificuldade de execução de projetos voltados ao letramento digital, bem como à formação continuada, em razão da sua heterogeneidade no tange à questões sociais, culturais, religiosas, mas principalmente, devido a sua grande extensão territorial.

A pesquisa que ancora esta obra teve como *locus* os polos do Sistema da Universidade Aberta do Brasil, sediados nos municípios de Bragança, Bujaru, Conceição do Araguaia, Ponta de Pedras e Tucumã e apresenta respostas sobre o posicionamento de alunos/professores diante da inserção tecnológica no espaço escolar, objetivando a construção de um perfil dos alunos do Curso de Especialização em Ensino de Língua Portuguesa, na modalidade a distância, em relação ao letramento digital, identificando suas representações sobre as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) na prática pedagógica.

Alegra-me em saber que o interesse dessa pesquisa pautou-se no entendimento de que a relação posta entre a função social da universidade e como ela a tem desempenhado, em especial nas pós-graduações, as relações de poder e conhecimento que fundamentam as lógicas organizativas do sistema de ensino e se expressam na gestão, no currículo, na mediação pedagógica, como também, em outras práticas presentes nas instituições promotoras de tais cursos.

Por fim, digo que as autoras nos brindam com uma obra que pode e deve, ao meu ver, constituir-se como um parâmetro para o fortalecimento de ações que visem à formação continuada de professores de língua portuguesa no âmbito das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC).

Boa leitura a todos(as)!

Prof.^a Dra. Mara Sílvia Jucá Acácio

SUMÁRIO

O INÍCIO DA TRAJETÓRIA	9
I	
O ESPAÇO PARAENSE.....	15
1.1 BRAGANÇA	17
1.2 BUJARU	18
1.3 CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA.....	19
1.4 PONTA DE PEDRAS	21
1.5 TUCUMÃ.....	22
II	
O CAMINHO DA TEORIA.....	25
2.1 A ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL	28
2.2 AS ESCOLAS E OS MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO	31
2.3 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO.....	42
2.4 FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	45
III	
O LETRAMENTO E O USO DOS ARTEFATOS DIGITAIS.....	49
IV	
TRILHAS METODOLÓGICAS: EXPLORANDO OS CAMINHOS DA APRENDIZAGEM	59
V	
A CONTEXTUALIZAÇÃO DA CAMINHADA	67
VI	
O PERFIL E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS DISCENTES	107
O MARCO FINAL	111
REFERÊNCIAS	117
APÊNDICE	122
SOBRE AS AUTORAS	128
ÍNDICE REMISSIVO	129

O INÍCIO DA TRAJETÓRIA

A rapidez da circulação das informações na sociedade atual reivindica que os valores educacionais das ferramentas disponibilizadas pela Internet sejam desvendados pelos envolvidos com questões educativas, a fim de que sejam repensadas as práticas pedagógicas efetivadas nas instituições de ensino. Vale ressaltar que essa situação não é prerrogativa das instituições, pois os sujeitos do processo ensino aprendizagem recebem os reflexos e efeitos da situação, os quais se configuram como um grande desafio para professores e alunos.

É inegável o esforço de todos os envolvidos com questões pertinentes à inserção das tecnologias no contexto escolar, em prol da redução do fosso digital existente entre escola e mundo tecnológico. As inquietações que permeiam tais esforços são direcionadas para o desenvolvimento de formas/estratégias voltadas para a incorporação das ferramentas digitais aos processos de ensino e de aprendizagem. Mas, vale ressaltar que tais formas e estratégias devem considerar, primordialmente, os saberes dos indivíduos, as condições dos espaços escolares, os perfis dos professores e alunos, bem como a adequação e diversificação das tecnologias nos diferentes contextos.

Nos espaços escolares, falar em rever/reconstruir as práticas pedagógicas significa ressignificar os processos existentes e organizados para o desenvolvimento das atividades, cabendo aos professores a responsabilidade de revitalizar as práticas didáticas, de forma adequada aos contextos situacionais. Assim, deve ocorrer, primeiramente, uma reflexão sobre o papel do professor e sua prática docente, considerando as possibilidades de inovação, em termos da inserção das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) no espaço escolar. Como o professor terá em suas mãos o gerenciamento da ressignificação do processo ensino e aprendizagem, precisa conhecer os meandros da caminhada e seus possíveis significados.

Atualmente, o ensino de língua portuguesa encontra-se inserido em um contexto, no qual o texto impresso, como dizem muitos, “perdeu grande parte de sua magnitude”, talvez, devido compartilhar o espaço com os ambientes virtuais e, também, com diversos elementos tais como sons

e animações. Tal situação requer uma ressignificação do processo ensino e aprendizagem, no qual o requisito primordial incide na identificação do perfil de letramento digital do aluno, no planejamento da práxis docente com a inserção das tecnologias digitais, bem como no desenvolvimento de habilidades e estratégias nas práticas digitais.

A Universidade do Estado do Pará – UEPA, enquanto lócus de produção de conhecimento demonstra disposição e empenho em enfrentar o desafio pertinente à incorporação das novas tecnologias postas pela ciência, ao integrar o grupo constituído por instituições de ensino superior, as quais se constituem como parceiras do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB¹ e assumir o compromisso com a oferta de cursos de graduação na modalidade a distância, em vários municípios do Estado do Pará e, mais recentemente, alçando para a formação continuada, ao nível de pós-graduação *lato sensu*.

O ano de 2010, caracterizado como o momento histórico vivenciado pelos alunos dos cursos de graduação na modalidade a distância, ofertados pela UEPA, pois, de um lado, presenciavam um processo perpassado pela velocidade das transformações oriundas do célere desenvolvimento das tecnologias digitais, cujas marcas eram presentes em todos os setores da sociedade e, de outro, experienciavam dificuldades no acesso aos recursos tecnológicos digitais², nas regiões distantes da capital do estado. Nesse contexto situacional, nos anos de 2010/2013, foi realizada uma pesquisa pela Profa. Dra. Elisa Maria Pinheiro de Souza³, na época, coordenadora do Curso de Letras – Licenciatura em Língua Portuguesa, ofertado na modalidade a distância, pela UEPA, para os polos do Sistema da UAB, sediados em Altamira, Bragança, Cachoeira do Arari e Jacundá, municípios do Estado do Pará, com o objetivo de analisar as implicações de um ensino na modalidade a distância para a aprendizagem de alunos, haja

¹ O Sistema UAB foi criado pelo Ministério da Educação no ano de 2005, em parceria com a ANDIFES e Empresas Estatais, no âmbito o Fórum das Estatais pela Educação com foco nas Políticas e a Gestão da Educação Superior. Trata-se de uma política pública de articulação entre Secretaria de Educação a Distância – SEED/MEC e a Diretoria de Educação a Distância – DED/CAPES com vistas à expansão da educação superior, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE.

² A informática, telemática, robótica e todas as técnicas de processamento e distribuição digital de informação compreendem as chamadas Tecnologias da informação. Atualmente é usada a expressão “tecnologias digitais” quando há referência aos computadores e Internet.

³ Professora Adjunta IV da UEPA, vinculada ao Departamento de Língua e Literatura (DLLT), pelo Curso de Letras-Língua Portuguesa, do Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE).

vista que, na época, esse tipo de operacionalização curricular se constituía em uma ação ainda muito pouco realizada no âmbito institucional, o que requeria a posse de conhecimentos que subsidiassem o planejamento de ações futuras, em termos de ensino e aprendizagem.

Tal pesquisa foi desenvolvida em dois momentos. O primeiro foi norteado pela busca do posicionamento dos alunos sobre a inserção tecnológica em sua formação inicial e finalizado com a elaboração do perfil deles em relação ao letramento digital e a identificação do grau do domínio deles, em termos das habilidades requeridas para o uso das tecnologias digitais. A posse de dados justificou a proposição do prolongamento do estudo, ou seja, um segundo momento, ocorrido ao final de quatro anos de desenvolvimento do curso, para ratificar a modalidade de ensino a distância e sua operacionalização curricular como adequada, com base nas mudanças ocorridas no modo de pensar, agir e produzir dos alunos, em termos de letramento digital e de rendimento escolar.

A busca, no segundo momento do estudo, foi impulsionada pelas dificuldades enfrentadas, principalmente, no que tange ao domínio das competências e habilidades requeridas para o manuseio do instrumental tecnológico. Os resultados obtidos nesse momento do estudo permitiram a inferência de que a inserção tecnológica na formação inicial não suscitou grandes expectativas nos alunos, talvez, porque a maioria deles fosse contemporânea da revolução tecnológica e, portanto, sempre buscando adaptação às transformações sociais, modificando suas posturas e comportamentos. Mesmo assim, foi possível depreender que eles esperavam o desenvolvimento de uma formação que promovesse o desenvolvimento de habilidades específicas para o ensino, bem como a inserção pessoal de cada um nas redes de informação, tendo em vista o engajamento em hábitos culturais e domínio de conhecimentos específicos.

Vale ressaltar que o segundo momento foi configurado pela existência de alunos, sujeitos do estudo anterior, vivenciando a condição de prováveis concluintes e a proximidade da integralização curricular e dotados da persistência da característica do momento inicial, só que com maior amplitude, tanto que, se ela, no âmbito educacional do “ontem” implicava na necessidade da inclusão digital dos alunos, a fim de que eles pudessem usufruir das possibilidades do mundo virtual, no “hoje” era mais significativa, diante da circulação de informações mais céleres a cada dia.

Tal panorama suscitou o interesse acadêmico em desenvolver um outro trabalho, tendo como objeto de estudo o processo ensino e aprendizagem e como objetivo a construção do perfil dos alunos do Curso de Especialização em Ensino de Língua Portuguesa, ofertado na modalidade a distância, no que tange ao letramento digital, as representações deles sobre as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) na prática pedagógica, bem como, a busca de respostas sobre o posicionamento deles diante da inserção tecnológica no espaço escolar. Assim, com a pressuposição de que os recursos tecnológicos no espaço escolar são capazes de viabilizar as condições necessárias para o alcance de um satisfatório processo educativo, o estudo foi norteado pelo seguinte questionamento: Qual a percepção de alunos-professores sobre o ambiente contemporâneo, tecnológico e informacional, com qual a escola deve interagir?

O processo ensino aprendizagem, atualmente, tem incorporado, embora de forma sutil, as tecnologias de informação e comunicação e, em especial, o uso dos recursos disponibilizados pela internet. A constatação de tal fato tem induzido o repensar das estratégias didáticas e metodologias de ensino-aprendizagem, para então responder, adequadamente, às questões como: O que ensinar? Para que ensinar? Como ensinar?

A aplicação das tecnologias nos cursos desenvolvidos na modalidade presencial implica no entendimento de que os conteúdos trabalhados pelos professores devam ser organizados e gerenciados, de forma a buscar a melhoria da aprendizagem do alunado por meio da utilização dos recursos tecnológicos. Já no caso dos cursos ofertados na modalidade a distância, essa situação modifica-se, devido à interatividade virtual ser o eixo norteador, o que aproxima pessoas e objetos e, também, pelo fato de as tecnologias de informação e comunicação serem utilizadas como ferramentas viabilizadoras da construção do conhecimento, exigindo, para tanto, a existência de um ambiente de aprendizagem promotor da autonomia e da reflexão crítica dos alunos, os quais, assumem a responsabilidade pela sua própria instrução, com a mediação do professor.

Ontem, estudos apontavam a necessidade de uma formação inicial, em prol da qualificação de professores da Rede Pública de Ensino, versando sobre novos fazeres pedagógicos no ensino da Língua Portuguesa, área crítica, na qual sempre são encontradas lacunas no processo de ensino e

aprendizagem da educação paraense. Hoje, os olhares voltam-se para a formação continuada em nível *lato sensu*, de professores da Rede Pública, em específico, daqueles que atuam na Educação Básica, com o ensino da Língua Portuguesa, subsidiando, assim, a melhoria da qualidade de ensino no Pará.

A escolha da temática justificou-se, primeiramente, pelos resultados dos estudos anteriormente efetivados, os quais motivaram o interesse no prolongamento do estudo, tendo por objeto o letramento digital, por considerar que, os recursos tecnológicos no espaço escolar são capazes de viabilizar as condições necessárias para o desenvolvimento do processo educativo. A continuidade de foco incitou a proposição de um trabalho acerca da percepção de alunos e professores sobre o ambiente pós-moderno, tecnológico e informacional, com o qual a escola deve interagir mas com outras perspectivas, no referente ao lócus, nível de ensino e sujeitos de pesquisa.

Assim, esse novo estudo, tendo como lócus os polos do Sistema da Universidade Aberta do Brasil, sediados nos municípios de Bragança, Bujaru, Conceição do Araguaia, Ponta de Pedras e Tucumã e como nível de ensino a pós-graduação *lato sensu* na modalidade a distância buscou respostas sobre o posicionamento de alunos/professores diante da inserção tecnológica no espaço escolar, objetivando a construção de um perfil dos alunos do Curso de Especialização em Ensino de Língua Portuguesa na modalidade a distância, em relação ao letramento digital, identificando suas representações sobre as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) na prática pedagógica.

Foi um estudo subsidiado pelas ideias postas nas obras de Pretto (2006), Xavier (2005), Marinho (2008) e Magda Soares (2002, 2006, 2008), Jodelett (2001) e Moscovici (2007) dentre outros que também se debruçam sobre a temática em questão, na busca de compreender as implicações do ensino na modalidade a distância para aprendizagem dos alunos, em termos dos conhecimentos sobre o letramento digital e a inserção das tecnologias no meio social e educacional.

Assim, este trabalho consiste em informes sobre de uma investigação que teve, como cerne, os “dizeres” do alunado sobre o letramento digital, na tentativa de um desvendar no meio escolar dos valores educacionais

das ferramentas disponibilizadas pela Internet, com vistas a um repensar das práticas pedagógicas efetivadas nas instituições de ensino do alunado envolvido, como também, da prática a ser efetivada no futuro, com foco direcionado para o nível de letramento digital, ou seja, sobre o posicionamento de alunos/professores diante da inserção tecnológica no espaço escolar, para alicerçar a construção de um perfil dos alunos do Curso de Especialização em Ensino de Língua Portuguesa, na modalidade a distância em relação ao letramento digital, identificando suas representações sobre as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) na prática pedagógica.

Nessa perspectiva, a escritura, além das considerações iniciais e finais, sob os títulos respectivamente, “Início da trajetória” e “Marco final”, abrange cinco capítulos. No primeiro, sob o título “O espaço paraense” é descrito o lócus da pesquisa realizada; no segundo, intitulado de “Caminho da teoria” são focalizadas questões inerentes aos processos de alfabetização e letramento; no terceiro, sob o título de “Letramento e o uso dos artefatos digitais” evidencia a aplicação dos recursos tecnológicos na práxis pedagógica; no quarto é abordada a caracterização do curso, no quinto é procedida, como o próprio título enuncia, uma contextualização dos meandros da pesquisa realizada e, no seguinte, os resultados obtidos, que permitiram a inteligência do perfil dos alunos em relação ao letramento digital e a identificação de suas representações sobre as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) na prática pedagógica

É necessário seguir em frente, construindo pontes entre o conhecimento e a prática, guiados pela luz da aprendizagem e pela força da inovação.

O ESPAÇO PARAENSE



Fonte: Wikipédia

O Estado do Pará, com topônimo originado na língua tupi que significa rio-mar, é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Pertence à Região Norte, sendo a unidade com maior PIB e mais populosa desta microrregião, com uma extensão de 1.245.870.704km², dos quais a maior parte pertence à cidade de Belém, sua capital e o restante encontra-se distribuído entre os demais 143 municípios. Em 2022, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua população acolhia o quantitativo de 8.120.131 pessoas.

Com tal extensão territorial compreende seis (6) mesorregiões⁴ Baixo Amazonas, Marajó, Metropolitana de Belém, Nordeste Paraense, Sudeste Paraense e Sudoeste Paraense e 22 microrregiões⁵ Almeirim, Altamira, Arari, Belém, Bragantina, Cametá, Castanhal, Conceição do Araguaia, Furos de Breves, Guamá, Itaituba, Marabá, Óbidos, Paragominas, Parauapebas, navegação fluvial e um grande potencial hidroenergético.

Com clima equatorial, a quase totalidade de sua área encontra-se na floresta Amazônica, e em sua vegetação são encontrados mangues, campos e cerrados. Sua rede hidrográfica, tendo como representação a bacia Amazônica e a bacia do Tocantins, com rios como o Amazonas e o Tocantins e seus afluentes, o que garante à região a facilidade da navegação fluvial e um grande potencial hidroenergético. Sua economia abrange o extrativismo mineral (ferro, bauxita, manganês, calcário, ouro, estanho vegetal (madeira), como também a agricultura, pecuária, indústria e o turismo.

Como o contexto do estudo foi o Curso de Especialização em Língua Portuguesa, desenvolvido pela UEPA, na modalidade a distância, nos polos do Sistema da Universidade Aberta do Brasil, sediados nos municípios de Bragança, Bujaru, Conceição do Araguaia, Ponta de Pedras e Tucumã, no Estado do Pará, seguem informes sobre tais municípios que sediaram as atividades do curso em questão, e foram, conseqüentemente, os lócus da coleta de dados, junto aos sujeitos da pesquisa, ou seja, alunos do curso acima referenciado.

Vale ressaltar que a palavra “lócus” é de origem latina, com o significado literal de “lugar”, “posição” ou “local”; ela sempre surge no contexto de uma pesquisa após a definição do tipo de pesquisa. O cenário de uma pesquisa, ou seja, do ambiente de trabalho, bem delimitado e descrito de forma clara e coerente, representa um dado bastante significativo para o pesquisador e para aqueles que serão contemplados com a apresentação final.

⁴As mesorregiões congregam municípios com características similares, tais como: geográficas e socioeconômicas. A subdivisão é usada para fins estatísticos, não constituindo uma entidade política ou administrativa.

⁵As microrregiões, de acordo com a Constituição Brasileira, constituem um agrupamento de municípios limítrofes, com a finalidade de integrar o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, definidas por lei complementar estadual.

1.1 BRAGANÇA



Fonte: Wikipédia

Município do Estado do Pará, que, segundo memórias construídas, tem suas origens em 1613, com a visita da expedição francesa vinda de São Luís (MA) e liderada por Daniel de La Touche. Mas, existe uma outra versão sobre a sua fundação cujo cerne incide na possível doação da capitania particular do rei de Portugal ao chefe da família Souza, então governador geral do Brasil, em 9 fevereiro de 1622. Entretanto, existe uma versão mais consistente que aponta Viseu como o local inicial da formação do município.

Essa versão afirma que, em 1627, foi estabelecida a povoação de Vera Cruz em Viseu. No entanto, devido à grande dificuldade de comunicação com a cidade de Belém e à devolução da capitania à administração portuguesa, a povoação foi transferida em 1634 para a margem direita do Rio Caeté. Nesse período, Álvaro de Souza fundou a Vila Souza do Caeté, e logo após, os padres jesuítas que lideravam os tupinambás fundaram o aldeamento de São João Batista.

Em 1753, a vila foi renomeada para Vila de Bragança e oficialmente instalada em 1754. Apenas em 1854, através da resolução n.º 252 de 02/10/1854, foi elevada a município e tornou-se cidade. Isso ocorreu por determinação do Presidente da Província, tenente-coronel Sebastião do Rego Barros, que nomeou a cidade de Bragança em homenagem à Família Real Orleans e Bragança.



Fonte: Bragança Bing.com

Localiza-se na zona Bragantina e na mesorregião do Nordeste paraense, limitando-se com os municípios de Tracuateua e Augusto Corrêa. Distante 220 km da capital, tem em sua área de 2.090.234 uma população de 130.122 habitantes, estimada em 2021, segundo dados do IBGE. A cidade conta com dois provedores locais de acesso à Internet (banda larga), sendo utilizada a tecnologia sem fio com cobertura em toda a sede do município.

1.2 BUJARU

O nome Bujaru advém do Rio Bujaru que atravessa o município, cuja origem indígena significa “boca da cobra”. Ele foi habitado, primeiramente, por famílias imigrantes do nordeste brasileiro atraídas pela fertilidade existentes nas terras do local, apropriada para a atividade agrícola.



Fonte: www.ferias.tur.br

Com o aumento gradativo da população, a localidade progrediu, e, em 1758, já figurava como distrito do município de São Domingo da Boa Vista, mais tarde denominado de São Domingo do Capim

Entretanto, essa situação perdurou até 1938, quando por ocasião da extinção de sua categoria, passou a integrar a zona do distrito-sede de Capim, donde se desmembrou, para, em 30.12.1943, constituir-se em unidade autônoma. Foi elevado à categoria de município com a denomi-

nação de Bujaru, pelo decreto-lei estadual nº 4505, de 30-12-1943. Constituído de 2 distritos Bujaru e Guajará-Açu. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005.



Fonte: www.ferias.tur.br

Localizado na zona fisiográfica Guajarina, na margem esquerda do rio Guamá. Possui uma área de 1.005.160 km² e uma população, estimada em 2016, com 28.016 habitantes. É conhecido pela presença de grupos de teatro como Kizomba e Bom Intento, famosos por suas performances teatrais.

Entre as mais tradicionais, encontra-se a Paixão de Cristo realizada na semana santa, todos os anos. O município conta também com os Grupos de Dança Kings Of Dance e o Canto do Guará que se apresentam em diversos eventos culturais e religiosos.

1.3 CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

Município do sudeste paraense, fundado pelo frade dominicano Frei Gil de Vilanova, situado à margem esquerda do Rio Araguaia. Seus primeiros registros estão vinculados ao período do Brasil Imperial, mais precisamente ao ano de 1888, época da catequese dos índios Kaiapó. Região originada do



Fonte: Conceição do Araguaia Bing. Com

extenso território de Baião, foi elevado à categoria de cidade em 1908, para fazer frente às ameaças do estado de Goiás de anexar a área a seu território.

Mais tarde, o vasto território foi desmembrado em 5 municípios: Santana do Araguaia (1961), Redenção, Rio Maria e Xinguara (1982) e Floresta do Araguaia (1993). O nome da cidade é uma homenagem à padroeira da localidade original, Nossa Senhora da Conceição e ao rio

que banha a margem esquerda dessa terra: o Araguaia que, na língua tupi, significa ‘rio do vale dos papagaios’

Uma grande conquista para o município foi sua inclusão íntegra na rota nacional do turismo no Brasi, pois auxilia na valorização do turismo, além de incentivar a economia local e qualificar os pequenos e grandes empreendedores por meio do Cadastur que é o sistema para o cadastro dos prestadores de serviços turísticos executado pelo Ministério do Turismo, em parceria com os órgãos oficiais de turismo nos 26 estados e no Distrito Federal.



Fonte: Conceição do Araguaia Bing, com

As praias de Conceição do Araguaia são verdadeiras joias naturais, que oferecem aos visitantes a oportunidade de vivenciar momentos inesquecíveis em meio à natureza exuberante. A fusão de águas límpidas, paisagens deslumbrantes e a hospitalidade local tornam essa região um destino imperdível para os amantes da natureza e os que

buscam uma experiência turística única no coração do Pará.

Essas belas praias, localizadas na região sul do estado do Pará e configuradas como verdadeiro tesouro turístico e se constituem por mais de 20 praias “arquitetadas” durante a seca do majestoso Rio Araguaia, que serpenteia entre os estados do Pará e Tocantins. Com esse cenário natural que cativa e encanta visitantes de todo o mundo, tem aumentado o fluxo de turistas que procuram a cidade e, conseqüentemente, impulsionado a economia local.

Em prol da mobilidade urbana na região sul do Pará, o governo estadual, dentre as suas iniciativas, concedeu à população uma obra de engenharia, ou seja, a majestosa ponte do ‘Chicão’, que estabelece a conexão entre os municípios de Conceição do Araguaia e Santa Maria das Barreiras, possibilita um estratégico e maior deslocamento de pessoas, bem como, serve como rota de escoamento para a valiosa produção agrícola de soja, pecuária e mineração da região.



Fonte: www.youtube.com

Erguida com maestria ao longo da vicinal “Chicão”, a grandiosa estrutura da ponte tem uma extensão de 49 metros, significa, para a população local, um símbolo de progresso, integração e oportunidades, tendo em vista, a possibilidade de uma travessia segura e eficiente entre as duas cidades, a contribuição para o fortalecimento da economia regional e para o transporte de bens e mercadorias essenciais para o desenvolvimento sustentável da região.

1.4 PONTA DE PEDRAS

Este município paraense, situado na Ilha do Marajó, possui uma área de 3380,369 km² e, em 2020, teve uma população estimada de 31.549 habitantes. Faz fronteira ao norte com Santa Cruz do Arari; ao Sul com Barcarena; a Leste com Cachoeira do Arari; e a Oeste com Muaná e Anajás.



Fonte: www.cidadesdomeubrasil.com.br

Suas origens remontam ao século XVIII, com a chegada dos padres mercedários na aldeia dos Muanás. Na época, eles consideravam que a Freguesia de Nossa Senhora

da Conceição da Cachoeira, atual cidade de Cachoeira do Arari, não era adequada para o desenvolvimento de seus trabalhos devido à existência de propriedades particulares. Por isso, seguiram para uma localidade que inicialmente chamaram de Mangabeiras, por estar próxima a uma praia com esse nome. Posteriormente, o nome foi alterado para Ponta de Pedras, em razão das pedras existentes no local.

O local foi elevado à condição de Freguesia em 1737, permanecendo ligada ao agora município de Cachoeira do Arari para, em 18 de abril de 1877, ser elevado à condição de município de Ponta de Pedras.

É válido dizer que após a Revolução de 1930, Magalhães Barata, no mês de dezembro daquele ano, extinguiu os municípios de Ponta de Pedras e Cachoeira, criando um novo, denominado Itaguari, mas 8 anos depois, isso seria revogado e Ponta de Pedras voltaria a ser de novo um município.

Em termos educacionais, as Escolas Públicas Urbanas estabelecidas em Ponta de Pedras, no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) de 2005 e com um total de 1.177 avaliações, obtiveram as seguintes notas e ranking: EE Aureliana Monteiro (N=3,1 R=443º), EM Ana Rosa Bitencourt (N=2,8 R=677º), EM Desembargador Oswaldo Pojucan Tavares (N=2,7 R=774º) e EM Ministro Jarbas Passarinho (N=2,6 R=867º), processo no qual, escolas ficaram sem pontuação e a vitória, com a pontuação de 6,1, foi conseguida pela escola federal Tenente Rego Barros.

1.5 TUCUMÃ



Município paraense, localizado na Mesorregião do Sudeste Paraense e na Microrregião de São Félix do Xingu, na região sul do estado, distando da capital cerca de 882 km. Possui uma extensão territorial de 2.535,11 km², a qual está toda inserida na área do já extinto Programa

Grande Carajás.

A etimologia da palavra Tucumã em tupi (*tukumã*) significa “fruto de planta espinhosa.

O fruto tucumã, às vezes chamado de tucum, é da espécie *astrocaryum aculeatum*, pertencente à família

Arecaceae e sua palmeira que chega a medir até 20 metros, geralmente solitária, de estipe com faixas de espinhos negros, folhas ascendentes, inflorescência ereta e frutos amarelos com

tons avermelhados. É amplamente utilizado no Amazonas como forma de alimento e matéria-prima para artesanato, alimentação outros fins.

Durante a década de 1980, a população de Tucumã, cresceu consideravelmente devido a vários fatores tais como, condições agroclimáticas favoráveis, exploração de madeira e extração do ouro. Em 1981, a empresa Andrade Gutierrez assentou 3.000 famílias na região e em 1989 a população residente aumentou para 21.738 habitantes. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020, o município tinha uma população, de 40 136 habitantes



Fonte: www.cidadesdomeubrasil.com.br



Fonte: Tucumã Bing.com

O letramento digital na formação continuada de professores é essencial para capacitar educadores a integrar efetivamente as tecnologias

digitais em suas práticas pedagógicas. No estado do Pará, essa necessidade é ainda mais evidente devido ao vasto território e às dificuldades de comunicação nas áreas mais remotas, agravadas pelo clima e pela logística local. Municípios como Belém, Santarém e Marabá estão na vanguarda dessa iniciativa, enfrentando desafios significativos para garantir acesso equitativo a recursos e treinamento.

A implementação de programas de formação continuada que considerem essas especificidades regionais é crucial para promover a inclusão digital e melhorar a qualidade da educação nas diversas localidades paraenses. No entanto, outros municípios ainda “engatinham” nesse processo, o que configura um grande desafio a ser vencido.

O CAMINHO DA TEORIA

... Os lugares-comuns, as frases feitas, os bordões, os narizes-de-cera, as sentenças de almanaque, os rifões e provérbios, tudo pode aparecer como novidade, a questão está só em saber manejar adequadamente as palavras que estejam antes e depois.

José Saramago

Discutir o letramento no Brasil requer conhecimentos sobre a trajetória da educação, a qual foi profundamente assinalada por mudanças históricas, com reflexos das questões políticas, sociais e econômicas inerentes ao processo de desenvolvimento do país e, conseqüentemente, ao da educação brasileira

O marco inicial da história da educação no Brasil é caracterizado pelo estabelecimento da relação entre religião e a capacidade de ler e escrever, tanto que, durante o período colonial, a educação brasileira, intrinsecamente ligada à Igreja, esteve focada na evangelização e na formação das elites coloniais colonial, cabendo aos jesuítas tal responsabilidade. A estrutura educacional da época exemplifica o poder dos reflexos do contexto socioeconômico na educação, em termos do acesso aos bancos escolares e da universalização do ensino.

A educação formal no Brasil iniciou em 1549, com a chegada do padre Manuel da Nóbrega ao país, entretanto, o acesso a ela era restrito aos meninos, que ao mesmo tempo do aprendizado da leitura e da escrita eram convertidos ao cristianismo. Com a expulsão dos jesuítas em 1759, pelo Marquês de Pombal, surgiram novas regras, que tornaram o ensino estatal e, em 1760, foi realizado um certame para professores, ao final do qual, pela inexistência de formação específica, foi acatada a presença de muitos religiosos, mantendo dessa forma, a contiguidade entre religião e educação.

Oficialmente, as aulas iniciaram em 1774, ou seja, 14 anos depois. Nesse intervalo, os filhos das famílias apoiadas por consideráveis e eram ensinados por professores particulares, cujas orientações eram denominadas de “aulas régias”, as quais, foram nominadas de “aulas públicas” por D. Maria I, após a demissão do Marquês de Pombal.

No período Imperial, a educação brasileira vivenciou a admissão de professores sem habilitação, os quais eram premiados pela garantia de um cargo vitalício apesar de ter uma remuneração pequena. A situação permaneceu dessa forma, apesar do surgimento, em 1835, das primeiras escolas de formação de professores, haja vista que a valorização dos princípios morais e religiosos continuou sendo maior do que o conhecimento consolidado pelos docentes. Na verdade, não havia o reconhecimento da importância da educação.

No período da República, a educação brasileira vivenciou uma reforma organizada por Benjamin Constant, a qual contemplava a questão das séries e das faixas etárias. Nessa época, surge a figura do diretor da escola, cargo ocupado por homens e os professores eram pressionados pelo Estado em termos do cumprimento do programa escolar e a não reprovação dos alunos, para evitar os gastos excedentes e a evasão dos alunos. O ensino, 1971, passou a ser organizado em primário, ginásio e colegial, com a obrigatoriedade de efetivação até os 14 anos de idade.

Nessa época, houve a influência de muitos educadores, dentre os quais destacam-se:

- Anísio Teixeira, opositor do acesso à educação restrito às elites, e também da aproximação religiosa; signatário do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)”, no qual era defendida a universalização da escola pública, laica e gratuita; propagador dos pressupostos do movimento da Escola Nova, que enfatizava o desenvolvimento do intelecto e da capacidade de julgamento, em detrimento da memorização e um dos pioneiros da pedagogia nova.
- Paulo Freire, forte crítico da educação bancária; defensor da educação dialógica e problematizadora, fundamentada no diálogo e na formação de uma postura crítica diante da realidade que oprime os educandos; autor do método de alfabetização de adultos que busca desenvolver a consciência crítica no momento da alfabetização; defensor da educação popular.

Ao longo do século XX, ocorreram reformas educacionais, especialmente durante a Primeira República e a Era Vargas, as quais, em sua maioria, foram influenciadas pelas demandas econômicas e sociais, haja visto que a crescente industrialização e urbanização do Brasil, motivaram o reconhecimento da necessidade da expansão da educação, tendo em vista, o surgimento de novas demandas do mercado de trabalho e das classes emergentes. Vale ressaltar que tais reformas intensificavam, muitas vezes, a segregação educacional, tanto assim que o ensino técnico era usufruído apenas pelas classes trabalhadoras, sendo disponibilizados para as elites, o secundário e o superior.

Na realidade, a precariedade da educação se constitui como um intenso e persistente problema social do país, haja vista, o número significativo de crianças sem acesso ao ensino formal, fato que comprova a desigualdade existente no ingresso; unidades escolares superlotadas; espaços escolares com infraestruturas inadequadas; questões inerente à qualidade do ensino público, à inclusão social e aos possíveis financiamentos; ausência de oportunidades educativas; docentes com formação não compatível com os tempos contemporâneos, sem incentivo para o desenvolvimento de uma formação continuada, como também, em nível de remunerações.

Vale ressaltar que muitas são as situações que requerem uma atenção mais firme, dentre elas, destacam-se a reforma do ensino médio, a base nacional comum curricular (BNCC) e as questões pertinentes ao ensino superior. Enfim, o problema maior reside na questão de investimentos na área educacional, apesar do Brasil investir mais em educação do que alguns países desenvolvidos.

A educação, desde o período colonial, caracterizou-se como instrumento de consolidação do ensino formal, de controle social e de formação de grupos sociais. Prova disso incide no fato das políticas educacionais implementadas no decorrer dos tempos, estarem sempre atreladas a diferentes demandas, ora norteadas pela catequese e a colonização, ora pela industrialização e pelo desenvolvimento econômico, valendo ressaltar que, no âmbito educacional, é visível a persistência do grande desafio marcado pela profunda desigualdade regional e social no acesso à educação e pela promoção de um ensino de qualidade.

Atualmente, a educação brasileira ainda enfrenta desafios significativos, continua a refletir as desigualdades históricas que permeiam a sociedade, especialmente, em termos de disparidades regionais entre as regiões mais desenvolvidas do Sul e Sudeste e as regiões mais pobres do Norte e Nordeste.

2.1 A ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

Abordar a alfabetização implica revisitar o período colonial e a era dos jesuítas, uma vez que a literatura circulante sobre a educação brasileira assinala que os primeiros registros datam de 1554, ratificando o fato de que as raízes da alfabetização estão arraigadas à época colonial, haja vista que o ensino de leitura e escrita foi iniciado em 1554, pelos jesuítas aos indígenas, com o apoio da utilização do alfabeto latino. Tal situação contextual findou em 1759, com a expulsão dos jesuítas, suscitando consequências para a educação do país, retratadas por um retrocesso significativo, tanto que, no início do século XIX, o Brasil ainda enfrentava grandes desafios educacionais.

Após a Independência do Brasil, em 1827, foi instituída a primeira lei geral de educação, que versava sobre a obrigatoriedade da criação de escolas primárias em todas as cidades e vilas, embora, a implementação de tais medidas tenha sido lenta e desigual.

A alfabetização progrediu lentamente, tanto que, trezentos anos depois, mais especificamente, em 1876, surgiram as primeiras tentativas para organizar a educação no país, coincidentes com um momento histórico significativo, visto que se caracterizava pelo fim da monarquia, início da era republicana, instauração do regime presidencialista e, no âmbito educacional, pela implementação dos primeiros métodos de ensino de leitura. Mesmo assim, na República Velha (1889-1930), o analfabetismo ainda era predominante, com esforços concentrados em áreas urbanas e acessíveis.

Em tal contexto, a escola consolidou-se como espaço institucionalizado, voltado para o atendimento dos ideais republicanos, em termos do preparo das novas gerações e da assunção do papel como instrumento de modernização e progresso do país.

Antes dessa sistematização do ensino, os atos de ler e escrever eram considerados como instrumentos para a aquisição do saber e das práticas de leitura e escrita, cujo aprendizado acontecia via transmissão assistemática dos rudimentos dessas habilidades, sendo restrito a poucos e com ocorrência no âmbito privado dos ambientes familiares e nas aulas régias⁶, assim denominadas, na época, as poucas escolas existentes do Império. Já na época da sistematização, tais práticas foram caracterizadas como tecnicamente ensináveis, passando, assim, a serem submetidas a um ensino organizado, sistemático e intencional, demandando, para isso, a preparação de profissionais especializados.

Na década de 30, houve um maior investimento em educação. Foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública (1930) e implementada a reforma educacional (1932) considerados como marcos importantes, em prol da expansão do acesso à educação e da redução do analfabetismo. Nas décadas seguintes, mais especificamente, nos anos 1960 e 1970, como medidas para o enfrentamento do analfabetismo, em específico, no contexto vivenciado pela população adulta, foram criados programas como o Movimento de Educação de Base (MEB) e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

Com a redemocratização do país, foram implementadas nos anos 1980 e 1990, novas políticas educacionais, objetivando a universalização do acesso à educação básica, como o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). Atualmente, o país ainda enfrenta desafios significativos em termos de alfabetização e da qualidade da educação, mas, é persistente na busca de soluções que possam garantir o acesso ao conhecimento e às oportunidades de desenvolvimento por todos os cidadãos.

O período marcado pela implementação dos primeiros métodos de ensino de leitura com base em abordagens sintéticas como o método alfabético⁷ é considerado como a primeira fase da alfabetização no Brasil.

⁶Primeira sistematização do ensino público e laico no Brasil, reino de Portugal, que surge com o alvará de 28 de junho de 1759, com origem devida ao Marquês de Pombal e inserida nas grandes reformas políticas, administrativas, econômicas e culturais ocorridas no meio social da época.

⁷Método alfabético, também conhecido como soletração, inicia com os nomes das letras do alfabeto para depois fazer as combinações silábicas e, então, montar as palavras, vindo depois a leitura de sentenças curtas, até chegar a histórias completas.

A segunda fase iniciou em São Paulo, depois de 1890, com o clamor dos professores em defesa da importância da pedagogia, em termos do “como ensinar” e dos métodos analíticos⁸. Durante esse embate, foi criado o termo alfabetização, para definir o ensino de ler e escrever, sendo a escrita, ainda muito ligada às questões caligráficas.

A terceira fase da alfabetização iniciou por volta de 1920, marcada pela rejeição dos professores pelos métodos analíticos, pelo surgimento dos métodos mistos⁹ e os testes ABC¹⁰ para medir o desempenho dos alunos, bem como, pela dependência da pedagogia aos aspectos psicológicos, em termos do questionamento “para quem ensinamos” e suas consequências. O embate entre os diferentes métodos, ou seja, a mistura entre “antigo e novo”, trouxe a sensação de fragilidade, que de certa maneira influenciou os níveis de desempenho dos alunos.

A quarta fase da alfabetização no Brasil, com princípios datados em 1980, foi marcada por mudanças sociais e políticas que resultaram na restauração da democracia, no surgimento do construtivismo¹¹ assentado em um paradigma diferente da tradição behaviorista¹² e no vivenciar da ausência de um método estruturado, situação ainda presente nos espaços escolares da atualidade, a qual é indicada como um dos possíveis fatores responsáveis pelo baixo desempenho dos estudantes da atualidade.

Vale ressaltar que, nas abordagens pedagógicas, geralmente, encontram-se misturados os elementos integrantes desses métodos. A título de exemplo, é possível enunciar que na abordagem montessoriana¹³, o procedimento acontece a partir das palavras para os fonemas e, depois, para as letras, tanto que, nas instituições escolares, o contato com o universo das letras só acontece aos 7 anos.

⁸ Tais métodos abrangem a palavração (aprendizado iniciado pelas palavras), a sentencição (aprendizado iniciados frases inteiras), o global (focaliza as estruturas de textos com começo, meio e fim).

⁹ O método misto parte das letras (grafemas) e dos sons (fonemas) para formar, com elas, sílabas, palavras e depois frases.

¹⁰ Testes de ABC são destinados para a verificação, nas crianças, do nível de maturidade requerido para a aprendizagem da leitura e escrita.

¹¹ O construtivismo, corrente de pensamento inspirada na obra de Jean Piaget, que defende que o conhecimento é construído pela interação entre o sujeito e o meio.

¹² Teoria da psicologia que avalia o comportamento de seres humanos e animais, a partir de análises fundamentadas e da observação de fatos práticos. O de cunho metodológico tem como base a valorização do que é objetivo em detrimento do que é subjetivo.

¹³ Método Montessori é uma abordagem que tem como objetivo proporcionar um ambiente de aprendizagem estimulante e autônomo para as crianças na fase da educação infantil.

A linha construtivista, atualmente, bastante utilizada no processo de alfabetização no Brasil, pautada nos métodos analíticos, tem por proposição um desenvolvimento no qual a construção e reelaboração do próprio conhecimento aconteça por meio de tentativas de escrita de pequenos textos dotados de significado.

Na década de 1990, o sistema educacional brasileiro cresceu e se tornou cada vez mais universalizado, sendo marcado por um relevante aumento no acesso aos espaços escolares, em todos os níveis de educação, apesar de tal crescimento não ter obtido o resultado esperado no concernente a uma aprendizagem adequada e satisfatória ao contexto educacional da época.

É importante destacar que tal contexto apresentava semelhanças com o da atualidade, no tocante a não equivalência entre a demanda da entrada ao da saída nos espaços escolares. A razão para essa não equivalência sempre foi, e é ainda, posicionada no fato de o aprendizado dos alunos não ser suficiente em relação ao esperado e na conjuntura atual, na formação dos professores que, mesmo diante de tantas evoluções e transformações no meio social e, conseqüentemente, no meio escolar, nem sempre se apresenta adequada à realidade marcada por um ensino facilitado por um contexto globalizado e digital.

2.2 AS ESCOLAS E OS MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO

Os jesuítas, além de favorecerem a colonização no solo brasileiro, foram os responsáveis pela implantação da primeira escola no Brasil, fundamentada basicamente em princípios religiosos. Assim, a primeira instituição de ensino criada no país foi o Colégio de Salvador da Bahia, fundado em 1549, pelo padre Manoel da Nóbrega; a segunda surgiu no ano seguinte fundada pelo jesuíta Leonardo Nunes em São Vicente, litoral de São Paulo. No espaço escolar, a educação, basicamente, consistia no ensino da leitura, das noções de aritmética e no respeito dos princípios católicos.

Por volta de 1759, os padres jesuítas começaram a se desentender com os administradores da colônia, resultando na expulsão deles. Muitos dos colégios criados por eles deixaram de existir e outros passaram a ser

administrados pelo Estado, como consequência dessa situação, a qualidade da educação piorou, até porque não fazia parte das metas da metrópole a expansão da educação na colônia.



Fonte: Colégio de Salvador da Bahia Wikimedia Commons

Com a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal no século XVIII, o ensino desvincula-se da religião e passa a ser laico, o qual, em virtude da forte influência religiosa, só ganhou força no sistema educacional brasileiro apenas no final do século XIX.

A educação brasileira foi impulsionada com a chegada da família real portuguesa em 1808, com a ocorrência de uma série de mudanças promovidas por D. João VI, na tentativa de assemelhar o ambiente cultural da sociedade colonial ao da metrópole. Assim, em 1808, foram criadas as primeiras faculdades de medicina na Bahia e no Rio de Janeiro, a Escola de Belas Artes em 1816, mas, apesar dos avanços, somente no século XX, foram criadas as primeiras universidades brasileiras.

Seguindo o processo evolutivo: foram criadas as primeiras escolas primárias; aprovada, em 1827, a lei sobre o Ensino Elementar, que determinava a implantação das instituições de ensino em todas as províncias e vilas do império; o surgimento do movimento da “Escola Nova”, que requeria reformas educacionais norteadas por uma educação capaz de formar profissionais habilitados a trabalhar nos diversos setores da sociedade; a formação de agremiações estudantis que combatiam os métodos utilizados pelo regime militar; a difusão da Constituição de 1988 delimitando para a universalização do ensino e erradicação do analfabetismo; a promulgação da nova LDB – Lei das Diretrizes Básicas (lei 9394/96), com orientações sobre a organização do sistema educacional.



Fonte: Wikimedia Commons

A escola mais antiga do Brasil é o Ginásio Pernambucano, tradicional instituição de ensino médio da cidade do Recife, estado de Pernambuco, fundado em 1825, mas ainda em atividade. Muita gente importante estudou nele, de ex-presidentes da República a escritores, como Clarice Lispector e Ariano Suassuna.

Em Belém do Pará, encontra-se o Colégio Gentil Bittencourt, que começou como abrigo filantrópico para meninas indígenas, tornando-se uma escola só em 1879.



Fonte: Colégio Gentil Bittencourt. Wikimedia Commons

Ainda estão em plena atividade o Colégio Atheneu Norte-rio-grandense, fundado em 1834, com sede em Natal e o tradicional Colégio Pedro II, instituído em 1837, sediado na cidade do Rio de Janeiro.

Colégio Atheneu Norte-rio-grandense.



Fonte: Wikimedia Commons



Fonte: Wikimedia Commons

Ao longo das décadas surgiram diferentes propostas pedagógicas para o ensino de leitura e escrita, defendidas por diferentes grupos, os quais dotados de visões sociais e políticas, propunham soluções para o baixo desempenho existente no ensino brasileiro, problema persistente no âmbito educacional. Assim, o surgimento de um grupo, sempre em defesa de um método de ensino revolucionário, utilizava os pressupostos antigos e tradicionais como instrumentos de contraposição às propostas anteriores, as quais são, pelo grupo, consideradas como frágeis em relação ao método inovador e, por ele, defendido como cheio de vantagens.

Na vida de todos os seres humanos o aprender a ler se constitui como um marco na trajetória social de cada um. Assim, antes de discorrer sobre os métodos de alfabetização, é preciso evidenciar o desenvolvimento das habilidades requeridas para efetivar a leitura, no tocante à distinção dos sons da língua materna, o domínio de fonemas suficientes para falar as primeiras palavras, o reconhecimento de algumas letras, a consciência dos sons diferentes na composição das palavras, a capacidade de desenhar e copiar formas, com o avanço das habilidades motoras finas. Nessa perspectiva, a leitura deve ser estimulada desde o nascimento, primeiramente no ambiente familiar e, depois, no espaço escolar.

A composição do sistema alfabético da Língua Portuguesa por vogais e consoantes, distribuídas entre 26 letras, subsidia a formação dos fonemas, estruturas utilizadas na articulação e pronúncia das palavras que compõem o léxico¹⁴ da língua, o qual é bastante diversificado, com uma formação que abrange registros de palavras advindas de sua raiz latina, de palavras criadas pelos usuários, de formações vernáculas e de palavras oriundas da importação de línguas estrangeiras. O processo de alfabetização incide no aprendizado do alfabeto e na consequente leitura das palavras, para o qual existem métodos que se classificam em dois grupos: sintéticos e analíticos.

Os métodos sintéticos partem da leitura dos elementos gráficos até a leitura da totalidade das palavras e abrangem o alfabético fônico e o silábico, os quais se diferenciam pela unidade de linguagem utilizada como ponto de partida; os métodos analíticos partem da leitura da palavra, frase ou conto para o reconhecimento dos elementos gráficos, no caso, as sílabas e letras.

O cerne dos métodos sintéticos incide no entendimento de que a língua portuguesa é fonética e silábica, assim, são eles:

- Alfabético - método tradicional e amplamente utilizado no processo de alfabetização fundamentado na abordagem de ensino que visa ao desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita por meio da associação entre sons e letras (nomes das letras).
- Fônico - consiste em ensinar os sons da primeira letra de cada palavra, sendo a pronúncia completa do vocábulo construída a partir da mistura de cada som, permitindo que o leitor leia toda e qualquer palavra. (sons correspondentes às letras)
- Silábico - considerado um método tradicional e eficaz para o ensino da leitura, por proporcionar uma base sólida para a compreensão da linguagem escrita; é uma técnica de alfabetização com base na associação direta entre a letra e o som correspondente, cuja leitura ocorre por meio da identificação e pronúncia das sílabas. Com ele, ocorre o aprendizado da decodificação das palavras a partir de suas partes sonoras, facilitando o processo de leitura e escrita.

¹⁴Vocabulário de uma língua ou a compilação que contém os vocábulos.

Todos os três métodos sintéticos, para chegar à totalidade da palavra, têm como ponto de partida a unidade linguística, ou seja, após a reunião de letras ou dos sons em sílabas é que ocorre o ensino da leitura de palavras, formadas por eles. Nos métodos analíticos, ocorre o contrário, pois o todo precede as partes, ou seja, o ensino da leitura começa com o sentido da totalidade da palavra para depois ocorrer a análise das partes que a constituem.

Em 11 de abril de 2019, via Decreto nº 9.765, foi instituída a Política Nacional de Alfabetização (PNA), via Ministério da Educação por meio da Secretaria de Alfabetização (Sealf), em prol da qualidade do processo de alfabetização e do combater o analfabetismo em todo o território brasileiro, vale destacar que, embora não explicita um método de alfabetização, os seus pilares se aproximam do método fônico, um dos mais usados na alfabetização, haja vista que os processos cognitivos envolvidos na tradução entre letras e sons são automatizados, proporcionando a fluência, no tocante a:

- consciência fonêmica: conhecimento e manipulação dos fonemas (sons) das letras;
- instrução fonética sistemática: aprendizado da relação entre letras e sons;
- fluência na leitura oral: a leitura com velocidade e de forma agradável;
- criação de vocabulário;
- compreensão de textos.

Nesse contexto, vale lembrar que duas pessoas nunca aprendem a ler da mesma maneira, sendo, portanto, fundamental a flexibilidade da abordagem utilizada, a combinação de métodos e estratégias de ensino, principalmente para alunos com dificuldades de aprendizagem.

O conhecimento tem sido, no decorrer do tempo, registrado por diferentes povos, repassado de geração em geração, oportunizando o entendimento das ideias dos antepassados. O livro é uma manifestação concreta desses registros, conjunto de folhas de papel ou de qualquer outro material semelhante que, uma vez encadernadas, formam um volume. A palavra é oriunda do latim “*liber, librum*”, com significado de “livro, papel, pergaminho”, originalmente “parte interna da casca das árvores”.

Em geral, existem os livros, com o entendimento de qualquer obra literária, científica ou de outro tipo, com a extensão (50 folhas) necessária para formar um volume; os livros digitais (os e-books que, em vez de folhas, são dotados de arquivos apropriados para a leitura em um computador ou qualquer dispositivo eletrônico específico) e os livros áudio (acessível para as pessoas com deficiências visuais). Eles podem ser classificados segundo a área de conhecimento sobre a qual versa, seja de história, filosofia, matemática, entre outras e conter imagens.

Durante o decorrer do tempo, o conhecimento humano foi registrado via escritas em pedra ou tábuas de argila, depois em *kbartés* (cilindros de folhas de papiro fáceis de transportar); a seguir, em pergaminho (feito com peles de animais, tais como ovelha, cordeiro, carneiro, cabra) o qual foi substituído pelo papiro e, depois, em códex, ou códice (folhas escritas em ambos os lados, dobradas e amarradas ao longo da dobra, protegidas por uma capa, muito parecido com o modelo do livro da atualidade).

Segundo Mello Jr. (2000),

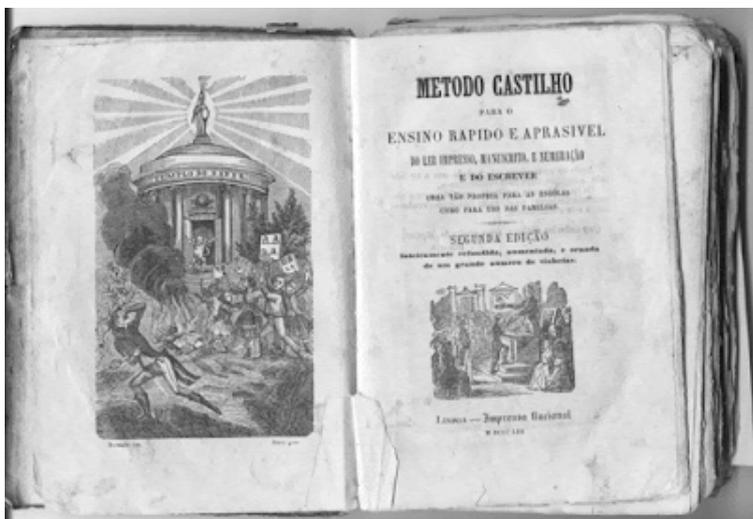
‘o livro como nós conhecemos hoje, surgiu no Ocidente por volta do Século II D.C., fruto de uma revolução que representou a substituição do Vólumen pelo Códex’. O novo formato permitia ‘a utilização dos dois lados do suporte, a reunião de um número maior de textos em um único volume, absorvendo o conteúdo de diversos rolos, a indexação permitida pela paginação, a facilidade de leitura’.

Com o invento da prensa e dos tipos móveis por Gutemberg, a história da produção de livros foi revolucionada, pois os livros passaram a ser impressos e não mais copiados a mão, a Bíblia foi a primeira obra impressa e o primeiro livro que chegou ao Brasil, trazido pelos colonizadores. Em virtude da censura existente em Portugal, especialmente por parte da Igreja, e isso se refletia no Brasil, os livros só puderam ser feitos no Brasil, a partir de 1808, quando da chegada família Real portuguesa no Brasil.

O livro, instrumento de divulgação de ideias, crenças, valores, cultura e conceito, possui uma trajetória permeada de desafios e embates, o que demonstra a sua importância na vida das pessoas e no desenvolvimento das sociedades.

O conhecimento sobre a evolução dos livros didáticos voltados ao ensino de leitura, pode ser um indicativo no caminho para a aquisição de informes sobre a trajetória da situação atual das escolas brasileiras. Em meio a este caminho, as cartilhas alcançaram os espaços escolares como instrumento de apoio na educação de crianças, jovens e adultos. Seguindo em frente.

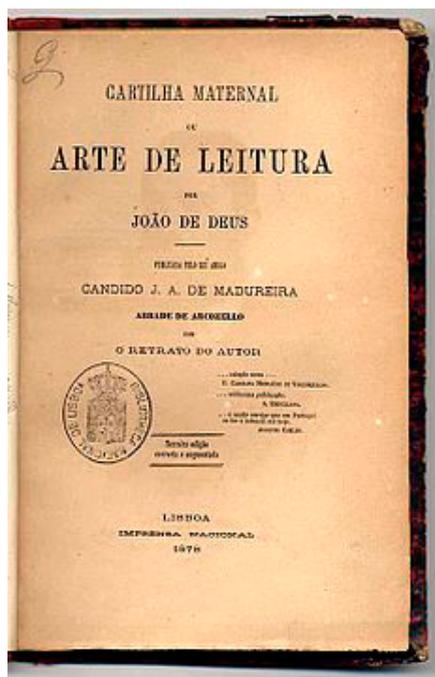
Em 1850, Antônio Feliciano de Castilho, escritor da língua portuguesa, elaborou o «Método Castilho para o ensino rápido e aprazível do ler impresso, manuscrito, e numeração e do escrever», obra editada pela Imprensa Nacional. Em 1855, o autor veio ao Brasil divulgar seu “Método” de alfabetização.



Fonte: Wikipédia

A literatura circulante assinala que, em 1883, foi introduzido na Escola Normal de São Paulo, o método de alfabetização de João de Deus.

A Cartilha Maternal é uma obra pedagógica, escrita pelo poeta e pedagogo João de Deus e publicada em 1876. Destinada a servir como base para um método de ensino da leitura às crianças, foi uma das obras que mais tiveram reimpressões em Portugal, sendo utilizada nas escolas portuguesas por quase meio século.



Fonte: Wikipédia

No primeiro momento da história da alfabetização no Brasil, segundo Magnani (1997), o professor Thomaz Paulo do Bom Sucesso Galhardo (1855-1904) destacou-se dentre os defensores dos métodos sintéticos, sendo o autor de uma das primeiras “concretizações” do método sintético, baseado na silabação e defendido por ele como o mais adequado para o ensino inicial da leitura.

Cartilha que ocupou lugar de destaque na educação brasileira, por ter sido adotada pelo governo paulista, e depois por outros estados do Brasil, para ser utilizada em escolas primárias e, também, por ter sido a cartilha que alfabetizou o maior número de brasileiros em sua época.



Fonte: Wikipédia

As cartilhas foram surgindo, sendo cada vez mais utilizadas, tornando-se fundamentais para a disseminação dos diferentes métodos de ensino propostos no decorrer do tempo. Elas também serviram para delinear o conteúdo a ser ensinado, estabelecendo concepções e norteamento importantes sobre aprendizado de leitura e escrita, com propósitos e finalidades como elementos integrantes da escola.

Alguns autores sugerem que o livro didático surgiu no século XIX como complemento aos ensinamentos que não constavam na Bíblia, assumindo um papel de grande importância na aprendizagem e na política educacional, outros enunciam ele sempre fez parte da cultura escola, mesmo antes da invenção da imprensa, haja vista que, na época caracterizada pela quase inexistência dos livros, os estudantes universitários europeus produziam seus cadernos de textos.

No Brasil, em 1929, foi criado o Instituto Nacional do Livro – INL, com a função de legitimar o livro didático nacional e auxiliar na sua produção, mas não houve apoio para tal iniciativa, tanto que, somente em 1934, no governo do presidente Vargas, o instituto iniciou suas atividades, propriamente ditas, em prol do aumento do quantitativo das bibliotecas públicas, da elaboração de um dicionário nacional e de uma enciclopédia. Durante o período entre 1929 e 1996, foram muitas as tentativas

realizadas a favor da chegada do livro didático às salas de aula, o que aconteceu em 1997, caracterizado pela produção e distribuição contínua e massiva de livros didáticos, após a extinção da Fundação de Assistência ao Estudante - FAE e a transferência integral da política de execução do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE.

O Regime Militar é implantado em 1964, vindo com ele a desmobilização do magistério, privatização do ensino, repressão, divulgação de uma pedagogia alicerçada em objetivos no mínimo discutíveis e o surgimento nos currículos escolares dos ideais da doutrina de segurança nacional, motivando uma maior intervenção do estado nos assuntos pertinentes ao livro didático, valendo ressaltar que, na época, por conta da demanda do mercado, a produção dos livros didáticos passa a ser de forma industrial. Na década de 1970, a sociedade brasileira vivenciou inúmeras mudanças na produção dos livros didáticos, por conta constituição e política do livro didático, mas somente, no final da década de oitenta e início dos anos noventa, inicia um movimento de renovação dos livros didáticos.

Atualmente, além do PNLD, o governo federal tem outros programas sobre o livro didático, ou seja, o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio - PNLEM (criado em 2004), o Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos - PNLA (criado em 2007) e o Programa Nacional do Livro Didático em Braille, destinado aos estudantes portadores de necessidades especiais

A arte de educar nem sempre é uma tarefa fácil, principalmente, em termos de recursos didáticos e o livro didático, sendo o representante deles, quando bem utilizado, torna-se um valioso auxílio no ensino dentro e fora da sala de aula.

2.3 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

A palavra “letramento”, segundo Soares (2017), foi introduzida em meados dos anos 1980, no Brasil e, em outros países como na França (*illettrisme*) e em Portugal (*literacia*) para definir práticas sociais de leitura e escrita que decorrem do processo de aprendizagem da leitura e escrita.

Tal introdução ocorreu induzida pelo fato de que já não era suficiente apenas saber ler e escrever,urgia a necessidade de práticas de leitura e escrita que fossem além das práticas do codificar e decodificar. Assim, o termo letramento surgiu para nomear comportamentos e práticas sociais na área da leitura e da escrita que ultrapassassem o domínio do sistema alfabético e ortográfico. A necessidade da ampliação das práticas ocorreu em função de a vida social e das atividades profissionais terem se tornado mais centradas e dependentes da língua escrita. Vale ressaltar que, no Brasil, segundo Soares (2017), o termo surgiu no campo da Educação e das Ciências Linguísticas, mais especificamente, no ano de 1986, com a publicação do livro intitulado “No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística”, de autoria de Mary Kato¹⁵.

São inúmeras as pesquisas sobre esse tema, as quais têm suscitado também diferentes visões, em termos de concepções, tanto que, ao longo do tempo, tem sido interpretada e definida como diferentes, com a influência de diversos fatores inerentes a valores culturais e experiências pessoais.

Para Soares (2004), o termo letramento foi introduzido na língua portuguesa, originando-se da palavra da língua inglesa “literacy”, com o significado de “letrado”, nomeando a pessoa que sabe ler e escrever, além de fazer uso competente e frequente da leitura e da escrita. Nesta perspectiva, para a autora, o termo surgiu em função do fato de, antes do surgimento, o contexto situacional ser permeado pela preocupação com a condição de analfabeto, relegando a um segundo plano a condição de quem sabia ler e escrever, e, assim, o termo analfabetismo era predominante e o seu oposto, ou seja, o alfabetismo e o letramento eram deixados de lado, afinal, na época, a realidade social requeria apenas saber ler e escrever. Assim, o surgimento do termo letramento ocorreu com o enfrentamento de uma nova realidade social, na qual, além do saber ler e escrever é necessário, também, saber usar o ler e o escrever, para responder às exigências requeridas pela sociedade atual.

Assim, num primeiro momento, as habilidades de leitura e escrita estiveram ligadas ao conceito de alfabetização, mas, a partir da década de 1980, com a preocupação voltada para o uso social da leitura e da escrita, surge o termo letramento.

¹⁵Linguista brasileira, pós-doutora pela Universidade Harvard, pela Universidade da Califórnia em Los Angeles e pela Universidade de Nova York, conhecida por seus trabalhos sobre aquisição da linguagem.

É importante destacar que os estudos de Freire (1989), consolidados na afirmação de que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele”, propunham uma compreensão mais crítica da leitura, que ela ultrapassasse os limites da decodificação da escrita, com seu conceito abrangendo a compreensão do mundo.

A definição de “estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita” emitida por Soares (2004) para o letramento, indica uma diferença entre alfabetização e letramento, pois sendo o letramento compreendido no contexto das práticas sociais em consequência da apropriação da alfabetização, sendo compreendida como apenas como os processos de codificar e decodificar as palavras.

Kleiman (2003), ao afirmar que letramento é “um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos” deixa evidente uma diferença entre alfabetização e letramento em termos da variabilidade em diferentes culturas, contextos institucionais e períodos históricos das habilidades requeridas e dos valores ideológicos e efeitos sócio cognitivos requeridos pelas práticas de leitura e escrita.

Assim, a alfabetização é um processo de aquisição de códigos enquanto o letramento é um processo muito mais amplo, no qual, escrita, compreensão e interação estão conectadas. O letramento vinculado às práticas sociais de leitura e de escrita, era, inicialmente, concebido como uma prática individual, ou seja, as pessoas possuíam um conjunto de habilidades cognitivas ou psicológicas, as quais poderiam ser ensinadas de maneira neutra em contextos formais ou informais de ensino.

O Letramento sendo considerado como “um estado ou condição que um grupo social ou um indivíduo adquire como consequência de ter dominado a escrita e suas práticas sociais” possibilita o forte contraste com alfabetização, considerada como a condição daquele que aprendeu, tão somente, a ler e a escrever. Em resumo, letrado é alguém que aprendeu a ler e escrever (alfabetizado) e usa essas habilidades para se envolver em atividades que o integram à sociedade.

O sistema educacional brasileiro tem por objetivo o ensino da leitura e da escrita (alfabetização), como também, a garantia do uso social dessas habilidades pelos alunos (letramento).

2.4 FORMAÇÃO DE PROFESSORES

É necessário, para entender a realidade dos profissionais da educação, ter uma visão geral sobre as medidas trabalhadas no país a favor de uma oportuna e satisfatória formação para os educadores, desde 1684, quando foi fundada a primeira escola para professores. Tal formação, em dado momento, essa formação foi “dividida” em duas visões, uma centrada em um modelo mais conteudista, centrada na bagagem cultural a ser adquirida pelo futuro educador e na especificidade dos conhecimentos da disciplina escolhida para desempenhar a função docente; a outra, subsidiada por um modelo pedagógico, reverenciando as estratégias de ensino em si.

A necessidade da profissionalização docente foi percebida no século XVII, inicialmente, na Europa, resultando na criação do primeiro curso de formação para professores, instituído por São João Batista de La Salle¹⁶ em 1684, em Reims, com a denominação de “Seminário dos Mestres”, conforme registros de Duarte apud Savianni (2009). Essa premência de cursos de formação, visando à docência, só foi observada, posteriormente, em outros países.

As Escolas Normais, instituições para formar os professores, surgiram para atender as demandas sociais após a Revolução Francesa e, os professores formados por elas, eram destinados a desempenhar a função docente na instrução da classe popular, responsável pela execução do trabalho fabril. Vale destacar que, segundo Nóvoa (1999), a história da educação e profissão docente no contexto europeu, na segunda metade do século XVIII, foi permeada pela preocupação esboçar o perfil de um professor ideal.

No Brasil, a formação de professores, após a independência do país, surgiu como uma problemática a ser resolvida, ou seja, a existência da necessidade em organizar a instrução popular. Lembrando que, no

¹⁶Natural de Reims (1651), foi um sacerdote canonizado pela Igreja Católica., pedagogo e pedagoga francês inovador, que consagrou sua vida a formar professores destinados à formação de crianças pobres.

período colonial, os responsáveis pelo processo de alfabetização eram os jesuítas, e isso acontecia, devido à necessidade da catequização dos indígenas, sem que houvesse a preocupação com a formação docente.

Vicentini e Lugli (2009) em seus registros, enunciam que, no período colonial, os futuros mestres eram uma espécie de adjuntos, que lecionavam conduzidos por um professor mais experiente, não havendo currículo específico de capacitação para o trabalho docente e a função poderia ser desempenhada a partir dos doze anos de idade.

Segundo Saviani (2009), a “Lei das Escolas de Primeiras Letras”, promulgada em 15 de outubro de 1827”, comprova a preocupação da educação brasileira, pela primeira vez, com a formação docente teve lugar pela primeira vez na história do Brasil:

[...] essa lei foi responsável por determinar que o ensino, nessas escolas, deveria ser desenvolvido pelo método mútuo, a referida lei estipulava no artigo 4º que os professores deveriam ser treinados nesse método, às próprias custas, nas capitais das respectivas províncias. Portanto, está colocada aí a exigência propriamente à questão pedagógica. (SAVIANI, 2009, p. 144).

Ainda segundo o autor, acima citado, no período de 1827 – 1890, prevalecia como diretriz para a formação na Escola Normal os conhecimentos a serem transmitidos pelos professores aos alunos, ou seja, a orientação visava apenas ao domínio de conteúdos a serem ensinados nas escolas primárias, sem a preocupação com a forma de tratamento dos conteúdos na sala de aula, em termos das técnicas didáticas a serem utilizadas. O período de 1890 – 1932 é marcado pelo estabelecimento e pela expansão das escolas normais, como também, pela reforma da instrução pública no estado de São Paulo, a qual, segundo Saviani (2009), tornou-se referência para outros Estados brasileiros, tendo sido marcada pelo enriquecimento do conteúdo curricular e pela ênfase aos exercícios práticos de ensino, bem como, pela instalação de uma escola modelo de aplicação, anexada a Escola Normal.

No final da década de 1930, segundo Gatti (2010), ocorre o início da formação em nível superior, a partir da implementação de cursos em nível de bacharelado com a extensão de mais um ano curricular, composto por disciplinas voltadas para a área educacional, em prol da

obtenção de licenciatura, formação, conhecida como 3+1 e direcionada para uma atuação docentes no ensino secundário, hoje denominado de ensino médio. Saviani (2009), em sua escritura, enuncia que, entre os anos de 1932 e 1939, a educação brasileira vivenciou uma nova fase, na qual a implementação dos institutos de educação oportunizou o desenvolvimento de uma educação vista como oportunidade de pesquisa e não apenas como objeto de ensino.

Os primeiros institutos foram implantados no Distrito Federal e em São Paulo, ambos inspirados nas ideias da Escola Nova, surgindo um novo modelo de curso, e, em consequência, o abandono da ideia dos cursos oferecidos pelas Escolas Normais, e a motivação para a instauração de Escolas de Professores. Para tanto, foram incluídas no currículo do primeiro ano, disciplinas de cunho pedagógico, ou seja, disciplinas especificamente voltadas para a prática docente, sendo elas, 1) biologia educacional, 2) sociologia educacional, 3) psicologia educacional, 4) história da educação, 5) introdução ao ensino. Ressalta-se que a última contemplava três aspectos: os princípios e técnicas, as matérias de ensino abrangendo cálculo, leitura e linguagem; literatura infantil, estudos sociais e ciências naturais e a prática de ensino abrangendo as etapas de observação, experimentação e participação, como suporte ao caráter prático do processo formativo.

Segundo registros da literatura circulante, os primeiros cursos de pedagogia não eram direcionados, especificamente, para a formação de professores alfabetizadores, mas sim, voltados para atender os cursos em licenciatura que trabalhavam disciplinas específicas, como por exemplo, Letras, Ciências, Filosofia, entre outros, mesmo porque eles eram em nível de bacharelado formavam apenas técnicos em educação.

Gatti (2010) relata, ainda, que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei N°. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, propõe alterações no referente à formação docente, definindo prazos para a transição de nível de formação dos professores. Vale ressaltar que, inicialmente, a aquisição da formação em nível superior pelos docentes, deveria ocorrer no prazo de dez anos e que:

[...] no ano de 1986, o então Conselho Federal de Educação aprova o Parecer n. 161, sobre a reformulação do curso

de Pedagogia, que faculta a esses cursos oferecerem também formação para a docência de 1ª a 4ª série do ensino fundamental [...] (p. 1357).

Ao final das reformulações na lei, a formação de docentes para atuar na educação básica deverá ser realizada em nível superior, em curso de licenciatura plena, em universidades e institutos superiores de educação, sendo essa formação admitida, como mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental e na oferecida em nível médio na modalidade normal.

No decorrer da história e atualmente, mesmo com tantas iniciativas e políticas, um expressivo quantitativo de espaços escolares, ainda continua a focalizar mais o conteúdo em detrimento de importante e valiosa questão: “o como ensinar”.

O LETRAMENTO E O USO DOS ARTEFATOS DIGITAIS

Existem várias concepções de letramento que permeiam o ensino da Língua Portuguesa, mas, predominantemente, na contemporaneidade, destacam-se três perspectivas teóricas acerca da temática, ou seja, Novos Estudos do Letramento, Pedagogia dos Multiletramentos e Novos Letramentos, cada uma com seus pressupostos teóricos e tuteladores, confirmando o atrelamento de tais teses a concepções de linguagem e de sociedade, com destaque para o fato de o espaço escolar ocupando, no meio de tantos outros, ser o lugar primordial desse letramento, sem relegar, a um segundo plano, as suas relações com as práticas de leitura e escrita, sempre permeadas por uma determinada postura ideológica, a qual se repercute no tipo de letramento ao nortear o trabalho.

A concepção “**Novos Estudos do Letramento**”, defendida por Brian Street, Magda Soares e Ângela Kleiman incide na mudança de paradigma, ou seja, o foco anterior dos estudos recaía nas consequências cognitivas da aquisição de letramento, mas agora atingem a busca da compreensão do impacto sociocognitivo e cultural da escrita e da leitura e escrita a partir do contexto das práticas sociais e culturais.

Para os defensores dessa concepção, nomeada de teoria social do letramento, o foco do letramento incide no uso dele ou na relação entre ele e os indivíduos; a escrita tem um caráter social; o letramento é percebido como uma prática ideológica, envolvida em relações de poder e incrustada em significados e práticas culturais específicos; nela, as pessoas não alfabetizadas são consideradas letradas, desde que participem de práticas sociais que, direta ou indiretamente, envolvam a escrita; as práticas de letramento são consequências da cultura e das estruturas de poder da sociedade e os eventos de letramento são atividades nas quais são utilizados textos escritos para serem lidos ou para que seja falado algo sobre eles.

Para Street (2014), existem dois modelos de letramento: o **autônomo**, caracterizado por uma abordagem universal, neutra, independente da cultura, assentado em habilidades cognitivas, que concebe a escrita como um instrumento ou tecnologia independente do contexto social no qual a pessoa está inserida, aliada ao desenvolvimento social, mas também, à liberdade individual e à mobilidade social e o letramento **ideológico**, como uma prática social, que envolve uma habilidade técnica e neutra e, também, aspectos culturais e históricos de determinado grupo social, o qual ultrapassa a habilidade de grafar e/ou decodificar letras e contempla a compreensão da leitura dos e o uso da escrita adequadas à situação social.

Para Kleiman (2003), a escrita seria a representação de uma forma diferente de comunicação, diversa da oral, cuja interpretação estaria ligada à função interpessoal da linguagem, às identidades e relações construídas pelos interlocutores, durante a interação.

A concepção “**Pedagogia dos Multiletramentos**” foi tutelada por Bill Cope, Mary Kalantzis e Roxane Rojo e o termo multiletramentos surgiu para definir uma nova abordagem, centrada em argumentos voltados para um repensar sobre os letramentos e suas implicações na vida social, pública, econômica e comunitária. Para Rojo (2012), o termo multiletramentos, fundamenta-se nos aspectos de multiplicidade de culturas e multiplicidade semiótica de constituição dos textos. O primeiro reportando-se às produções culturais letradas circulantes na sociedade, como um conjunto de textos híbridos de diferentes letramentos (vernaculares e dominantes) e de diferentes campos (popular, de massa, erudito) e o segundo, versando sobre a multiplicidade de linguagens, ou seja, textos compostos de muitas linguagens, denominada modos ou semioses, como por exemplo, o linguístico, o visual, o auditivo, o gestual e o espacial.

Essa proposta da concepção dos Multiletramentos incide na formação de um usuário funcional, com competência técnica, entendimento sobre a operacionalização da tecnologia e dos diferentes tipos de texto, criticidade e capaz de promover transformações, com a proposição de uma pedagogia integrada por quatro fatores, ou seja, prática situada, instrução aberta, enquadramento crítico e prática transformada. Para Rojo (2012) tal prática situada, alude:

- a imersão do aluno na experiência e utilização de projetos disponíveis;
- uma instrução aberta, na qual os aprendizes moldam para si mesmos uma metalinguagem explícita do design;
- ao enquadramento crítico, ou seja, o relacionar dos sentidos aos seus contextos e propósitos sociais e
- uma prática transformada, ocorrência na qual os aprendizes transferem e recriam design de sentidos de um contexto para o outro.

Mas, tais componentes foram reformulados por Cope e Kalantzis em 2006, que os concebendo como “processos de aprendizagem”, passaram a denominá-los de experienciando, conceitualizando, analisando e aplicando. Para os autores, **experienciando** significava incentivar o aluno a refletir sobre suas próprias experiências, interesses, bem como vivenciar o novo; **conceitualizando** referia-se ao entrelaçar do conhecimento adquirido no dia a dia e o conhecimento científico, ou seja, a definição e aplicação de conceitos; **analisando** representava a capacidade de os alunos estabelecerem raciocínios em prol de inferências, conclusões, relações de causa e efeito, a razão de ser das coisas; **aplicando** consistia na aplicação do conhecimento pelo aluno no mundo real ou em situações com proximidade do real.

Vale ressaltar que, nas concepções anteriores, os alunos eram vistos como passivos e meros recipientes, com o papel de memorizar e reproduzir o transmitido pelo professor como verdade única e que, segundo o letramento proposto, é requerido do aluno a projeção de significados às questões apresentadas, a participação dele em diversos letramentos, tanto nos referentes aos contextos culturais e institucionais de uso da leitura e da escrita, quanto ao uso de diferentes códigos e linguagens.

Considerando as diferenças linguísticas e culturais como ponto central para o mundo social e do trabalho, os defensores da Pedagogia dos Letramentos, admitiam a possibilidade de participação ativa dos atores do processo educativo nas mudanças sociais, pensamento que subsidiou o estabelecimento do **conceito de design**, com duplo significado, ou seja, descrevendo, simultaneamente, estrutura (morfologia) e o ato de construção. Para eles, o design apresenta os seguintes aspectos: **design disponíveis** (formas representacionais encontradas), **designing** (ato de apropriação dos projetos disponíveis para fazer as representações do mundo,

de “revozeamento” e de transformação dos designs disponíveis) e *the redesignes* (transformações ocasionadas nas pessoas e no mundo pelo ato de projetar) e a linguagem escrita está intimamente ligada ao visual no referente, (espaçamento, *layout* e tipografia) de tal maneira como, a linguagem falada está associada ao áudio no uso da entonação, inflexão, andamento e pausa.

A Pedagogia dos Multiletramentos está centrada no uso de modalidades e linguagens múltiplas, como música, imagem e em diversidade cultural, tanto que, para seus defensores, as TIC são apenas um recurso para ensinar e aprender modos e linguagens, sendo o letramento digital um dos componentes dos assim chamados multiletramentos, entendidos como práticas e, também, como capacidades /habilidades de interpretação.

Para Kleiman (2014, p. 81), as “[...] práticas de letramento intersemióticas contemporâneas exigem do leitor e produtor de textos cada vez mais competências e capacidades de leitura e abordagem da informação cuja interpretação (e produção) aciona uma combinação de mídias” e para Rojo (2009, p. 107), caso o professor de LP trabalhe segundo a perspectiva dos Multiletramentos, deve viabilizar aos alunos o contato com diversos textos, sejam pertinentes a cultura local ou a uma cultura valorizada, propiciando assim, o acesso e análise de múltiplas linguagens presentes neles, em prol da construção de significados promotores de transformações e não simplesmente a sua reprodução e, conseqüentemente, mobilizando conhecimentos para resolução de problemas concernentes à vida pessoal, ao trabalho e ao exercício da cidadania.

A concepção “**Novos Letramentos**”, defendida por Colin Lankshear e Michele Knobel, está relacionada às práticas contemporâneas ligadas às tecnologias digitais, em especial, os *blogs*, *wikis* e redes sociais. Para eles, tais práticas apresentam uma nova identidade (novo *ethos*), tanto que para que um letramento seja considerado novo é necessário haver nova tecnologia e novo *ethos*.

Segundo suas proposições, as novas tecnologias estão relacionadas aos artefatos digitais, ou seja, produto ou item criado, armazenado ou manipulado em formato digital, os quais podem incluir documentos, imagens, vídeos, *softwares*, códigos-fonte e até mesmo dados gerados por sistemas. Vale destacar que, no contexto do desenvolvimento de software,

os artefatos digitais são fundamentais, pois representam não apenas o resultado de um projeto, mas também as várias etapas do processo de desenvolvimento, desde a concepção até a implementação.

Lankshear e Knobel defendem que, na atualidade, coexistem o espaço físico e o ciberespaço, surgindo assim, uma nova mentalidade, que trata o mundo contemporâneo por meio de duas lentes diferentes, uma, denominada de mentalidade “físico-industrial” (mundo contemporâneo operando de acordo com os princípios e lógicas físicas/materiais e industriais), e outra, de mentalidade “ciberespacial pós-industrial” (mundo contemporâneo crescendo, impulsionado pelo desenvolvimento de novas redes de tecnologias que têm propiciado novas formas de fazer coisas e novas maneiras de ser). Eles indicam como novo *ethos*, os letramentos que são mais participativos, colaborativos e distribuídos por natureza que os letramentos convencionais, tanto que, o *ethos* dos novos letramentos reflete a segunda mentalidade.

Para eles existem dois tipos de casos para os novos letramentos, assim denominados: casos periféricos (neles há novo *ethos*, mas não necessariamente nova tecnologia/técnica) e casos paradigmáticos (*ethos* e tecnologia novos), o que suscita a ideia de que, nem todo letramento/prática que envolve nova tecnologia será sempre novo letramento.

Knobel e Lankshear (2007) afirmam que o central para os novos letramentos incide no de ser possível mobilizar tipos diferentes de valores, prioridades e sensibilidades dos letramentos com as quais estamos familiarizados, tanto que, um letramento só deve ser considerado novo quando não se restringe à transferência das mesmas práticas, atitudes, normas e valores provenientes de letramentos anteriores para uma nova infraestrutura tecnológica, ou seja, devem ser considerados novos aqueles que buscam construir um quadro específico de atitudes e valores socioculturais mobilizados pelas novas possibilidades de construção, manipulação e circulação de textos oferecidas pelas tecnologias digitais.

Assim, os artefatos digitais, na concepção dos Novos Letramentos são concebidos integrantes de um novo contexto social, permeado de transformações, inclusive na construção do saber, viabilizador da promoção do aprendizado e dando ênfase mais ao ato de “aprender a ser do que o aprender sobre”.

Barreto (2017), tendo como exemplo um livro que foi digitalizado e transformado em arquivo PDF, alerta que nem sempre tudo que é veiculado no computador pode ser considerado como digital. Rojo (2016) ratifica a ideia, afirmando que nesse caso, embora os lugares tenham sido diversos, ou seja, livro (papel), tela (computador), a experiência de leitura continua a ser linear. Em torno de tal situação Soares (2002) esclarece que o texto “é lido linearmente, sequencialmente - da esquerda para a direita, de cima para baixo, uma página após a outra” e quando se trata de um texto na tela, em que há o hipertexto, então a experiência da leitura e da escrita é diferente, pois o texto

é escrito e é lido de forma multilinear, multi-seqüencial, acionando-se *links* ou nós que vão trazendo telas numa multiplicidade de possibilidades, sem que haja uma ordem predefinida. A dimensão do texto no papel é materialmente definida: identifica-se claramente seu começo e seu fim, as páginas são numeradas, o que lhes atribui uma determinada posição numa ordem consecutiva - a página é uma unidade estrutural; o hipertexto, ao contrário, tem a dimensão que o leitor lhe der: seu começo é ali onde o leitor escolhe, com um clique, a primeira tela, termina quando o leitor fecha, com um clique, uma tela, ao dar-se por satisfeito ou considerar-se suficientemente informado - enquanto a página é uma unidade estrutural, a tela é uma unidade temporal (p. 150).

Em resumo, destaca-se que na concepção dos Novos Estudos do Letramento, a escrita tem um caráter social e o termo letramento refere-se a todas as práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita em determinada sociedade, sendo variáveis de um grupo social para outro; a Pedagogia dos Multiletramentos, aborda a multiplicidade de canais de comunicação e a diversidade linguística e cultural presentes no mundo e a necessidade de a escola considerar os novos letramentos, em que a leitura e a escrita, para além da linguagem verbal, sejam constituídas por outros recursos semióticos, como o visual, o auditivo e o espacial, e considerem as diferenças culturais presentes nas salas de aula; a concepção dos Novos Letramentos defende uma nova identidade (novo *ethos*) instaurada nas práticas letradas contemporâneas, uma vez que a leitura e a escrita passam a envolver novas operações, relacionando uma dimensão operacional, uma cultural e uma crítica.

Assim, é válido enunciar que existem diferentes concepções acerca de letramento e letramento digital, como também, que na atualidade a escola ainda é a principal agência de letramento, responsável pelo desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para uma atuação efetiva dos educandos na sociedade.

A revolução digital trouxe consigo os recursos tecnológicos, tais como *smartphones*, aplicativos e mídias sociais, os quais favorecem, de forma significativa, o uso da linguagem escrita, ocasionando a participação nas práticas de leitura e nas práticas letradas das classes menos privilegiadas.

Falar em revolução digital traz à tona a questão da educação digital, a qual segundo a literatura circulante compreende processos de ensino-aprendizagem que utilizam tecnologias digitais, incluindo EaD, aulas remotas, ensino híbrido e ensino presencial com recursos educacionais digitais.

Segundo a Política Nacional de Educação Digital e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, seus fundamentos abrangem conexão à Internet de alta velocidade, uso pedagógico da tecnologia, compreensão do letramento digital e desenvolvimento de competências em termos do pensamento computacional, programação, robótica, criação de conteúdos digitais, comunicação, colaboração, resolução de problemas, segurança e ética no ambiente digital. Portanto, a educação digital vai além do uso de dispositivos em sala de aula, englobando engloba uma infraestrutura escolar adequada, métodos de ensino diferenciados e desenvolvimento de competências digitais.

A educação digital é essencial nas escolas, especialmente porque os estudantes de hoje são nativos digitais e têm grande interesse pela tecnologia, tornando-se mais participativos quando esta é explorada. Ela não só promove aulas mais envolventes, mas também, democratiza o acesso à informação, já que é muito mais fácil pesquisar qualquer assunto na Internet do que em uma biblioteca física com recursos limitados, tanto que, ao integrar experiências de aprendizagem online e offline, as escolas oferecem aos estudantes a oportunidade de aprender mais em menos tempo.

Além disso, a educação digital possibilita uma forma de aprendizado divertida e prazerosa, como por meio da realidade virtual, que oferece experiências imersivas, permitindo aos alunos que vivenciem situações específicas ou visitem os locais estudados. A facilidade de compartilhar

documentos, criar e responder formulários e realizar atividades conjuntas em tempo real também favorece a cooperação entre os colegas, tornando o processo de aprendizado mais colaborativo e eficiente.

Não é possível negar a veiculação de que 94% das escolas brasileiras possuem conexão com a Internet, mesmo reconhecendo ser ela de baixa qualidade, prova disso incide no fato de, frequentemente, no espaço escolar é inviabilizada a conexão de muitos usuários, de forma simultânea, sendo essa uma das principais razões para a existência da carência tão propalada, valendo a ressalva de que resultados do estudo TIC Educação 2022¹⁷, apenas 58% têm computadores e Internet acessíveis para uso dos alunos, situação que contraria a assertiva de que, antes de qualquer coisa, é fundamental uma conexão à Internet de alta velocidade.

Vale ressaltar que o primeiro eixo do programa federal Educação Conectada¹⁸ visa garantir a universalização do acesso à Internet e medir sua efetividade para que as escolas garantam uma infraestrutura adequada para o uso pedagógico das tecnologias digitais, oferecendo computadores aos estudantes e disponibilizando uma conexão de alta velocidade nas escolas. Ainda, segundo resultados da pesquisa TIC Educação 2022, na rede particular, somente 73% das instituições de ensino disponibilizam computadores e Internet para os alunos, evidenciando que tanto redes privadas quanto públicas precisam avançar nesse aspecto. A melhoria da infraestrutura e da qualidade da conexão é crucial para que as escolas possam aproveitar ao máximo os benefícios das tecnologias digitais no processo educacional.

A utilização de recursos educacionais digitais em sala de aula vai além do simples acesso à Internet e dispositivos digitais, como computadores, celulares e tablets, sendo essencial usar essas tecnologias com intencionalidade pedagógica. Diante da era digital é possível enunciar que, diversos recursos educacionais digitais (REDs), como videoaulas, questionários online, slides, mapas interativos, jogos virtuais, *kits* de robótica, mesas interativas, plataformas de aprendizagem e livros digitais podem tornar

¹⁷ Pesquisa divulgada em setembro/2022, que apresenta um panorama sobre o acesso e uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) por educadores e estudantes de escolas brasileiras de Ensino Fundamental e Médio.

¹⁸ Programa Federal que tem por objetivo apoiar a universalização do acesso à internet de alta velocidade e fomentar o uso de tecnologia digital na Educação Básica.

as aulas mais envolventes, incentivando a participação ativa dos alunos e, também, facilitando a assimilação de conteúdos de maneira dinâmica e interativa.

A Política Nacional de Educação Digital¹⁹, abrange diversas ações e programas voltados para o âmbito da formação de professores, infraestrutura tecnológica no espaço escolar, conteúdos digitais educativos e práticas pedagógicas inovadoras, com a intenção de criar um ambiente de aprendizagem mais dinâmico, interativo e acessível para todos os estudantes. Dentre essas ações, destaca-se o ensino de Robótica e Programação, considerados por tal política como essencial para o preparo dos alunos com foco no futuro mercado de trabalho, bem como forma de incentivo para a participação de cursos de tecnologia e engenharia. Tais disciplinas podem ser oferecidas em aulas obrigatórias ou opcionais dentro do horário escolar e, também, serem incorporadas a outros componentes curriculares, como das áreas de Matemática e Física. Além disso clubes de robótica podem ser criados para reunir estudantes interessados em tecnologia, proporcionando um espaço de aprendizado colaborativo e prático.

A implantação do ensino híbrido, que integra experiências de aprendizagem online e offline, síncronas e assíncronas, presenciais e a distância, oferece aos estudantes uma maneira mais rápida e fácil de obter novas informações. Assim, com o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), as escolas podem elevar o nível de ensino e promover a participação ativa dos estudantes, pois com tal ensino, os alunos têm contato com as informações antes de entrar em sala de aula, possibilitando a otimização do aprendizado, haja vista que a aplicação, análise, síntese, significação e avaliação delas, em termos de conhecimento adquirido, ocorram na presença de seus pares e do professor.

Em suma, a educação digital é um componente essencial no cenário educacional atual, proporcionando inúmeras oportunidades de aprendizagem inovadoras e interativas. As escolas ao garantirem uma infraestrutura adequada, uma conexão à Internet de qualidade, o uso de recursos educacionais digitais com intencionalidade pedagógica e a incorporação

¹⁹ A Política Nacional de Educação Digital é uma iniciativa do governo brasileiro destinada a integrar e aprimorar o uso de tecnologias digitais no sistema educacional do país, com o objetivo de promover a inclusão digital, melhorar a qualidade do ensino e preparar os alunos para os desafios do mundo contemporâneo, que é cada vez mais digitalizado.

de disciplinas como robótica e programação, preparam seus alunos para um futuro cada vez mais tecnológico e conectado. Além disso, vale ressaltar que, a implementação do ensino híbrido potencializa o desenvolvimento das competências digitais e promove uma educação mais acessível e colaborativa.

Diante de tal contexto situacional, a educação digital não apenas enriquece o processo de ensino-aprendizagem, mas também capacita os estudantes a serem cidadãos ativos e competentes no mundo digital.

TRILHAS METODOLÓGICAS: EXPLORANDO OS CAMINHOS DA APRENDIZAGEM

O ensino a distância, segundo a literatura especializada, tem nos cursos por correspondência a sua forma mais antiga, a qual cedeu espaço à outra, configurada pelas emissões radiofônicas e televisivas, que foram possibilitadas com o advento do rádio e, posteriormente, da televisão. Com o surgimento dos microcomputadores, a comunicação com base na bipolaridade, ampliou-se para a comunicação em rede. Assim, constata-se que o processo ensino aprendizagem, tem incorporado, ao longo dos tempos, as tecnologias de informação e comunicação e, atualmente, absorvido o uso dos recursos disponibilizados pela internet. Tal constatação induz a pressuposição da necessidade de repensar as estratégias didáticas e metodologias de ensino-aprendizagem, respondendo adequadamente questões como: o que ensinar? Para que ensinar? Como ensinar?

Nos anos 1970-80 o ensino a distância tinha como lócus os cursos técnicos ou de treinamento, na oportunidade, voltados para o ensino do segundo grau. Nos meados de 1990, com o advento da informática, o foco desse ensino passa a ser a formação do terceiro grau, motivando o surgimento de universidades ofertando o ensino a distância por todo o mundo. No Brasil, embora o estabelecimento das bases legais para o desenvolvimento da educação a distância tenha ocorrido em 1996, somente em 2005, aconteceu o reconhecimento, pelo Ministério da Educação, Educação, da primeira universidade com a finalidade específica de disseminar o ensino superior público em todo o país.

O momento histórico vivenciado se caracteriza pela rapidez do acesso às informações, bem como pela construção de novas a partir das veiculadas no contexto social, característica que, no âmbito educacional, implica na necessidade de os alunos usufruírem das possibilidades do mundo virtual. No espaço acadêmico da UEPA, lócus de produção de conhecimento, o atendimento dessa necessidade se fez presente com a oferta

de cursos na modalidade a distância, seja no âmbito da graduação ou no de pós-graduação, iniciativa institucional, que busca vencer as barreiras do tempo e do espaço, provoca mudanças e suscita resistências no seio da comunidade acadêmica, pois a nova situação requer de professores e alunos mudanças de comportamentos relativas ao modo de ensinar e aprender, bem como ao domínio das habilidades requeridas para o uso dos recursos tecnológicos, durante o processo de ensino e aprendizagem.

Nos cursos ofertados na modalidade presencial, os recursos tecnológicos são utilizados em prol da melhoria da aprendizagem do alunado, no momento da organização e gerenciamento dos conteúdos a serem desenvolvidos pelos professores. No caso dos cursos à distância, essa situação se modifica, haja vista que a interatividade virtual é seu eixo norteador e as tecnologias de informação e comunicação são utilizadas como ferramentas que possibilitam a construção de conhecimento e exigem um novo ambiente de aprendizagem que possa promover a autonomia e a reflexão críticas dos alunos, que por sua vez, precisam assumir a responsabilidade pela sua própria instrução.

A Universidade do Estado do Pará (UEPA) é uma instituição pluridisciplinar pluralista, apartidária, criada em 1993 em Belém, a partir da junção entre faculdades mantidas pelo governo do estado, é mantida pelo governo do estado do Pará, tendo articulação com instituições públicas e privadas, via firmamento de convênios e contratos. Com a ressalva de que, a partir do ano de 2016, o Exame Nacional do Ensino Médio+- tem sido a única forma de acesso aos cursos de graduação da universidade, com bônus em nota para estudantes provenientes do estado do Pará e que o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), do período de 2017-2027, aponta a Educação a Distância – EAD como uma das principais estratégias de expansão, tanto que em seu planejamento, é notório que a ampliação de suas concepções de espaços formativos considerou a necessidade de fazer frente às imensas demandas educacionais advindas de setores da população que, afastados dos centros urbanizados, não podem realizar cursos presenciais, mas que merecem ter acesso e a garantia de permanência no âmbito de uma educação superior de qualidade efetiva em termos pedagógicos, metodológicos e tecnológicos.

A UEPA, possuindo uma estrutura multicampi, “está presente” em diferentes municípios do estado, via a sua interiorização e, nesse contexto,

o Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE) destaca-se por possuir o maior número de cursos interiorizados e, conseqüentemente, de ações na área do ensino, pesquisa e extensão e, para consolidar sua atuação na área da linguagem, contribuindo com o desenvolvimento tão almejado do estado do Pará, submeteu à análise da Diretoria de Educação a Distância (DED/CAPES) o **Curso de Especialização em Ensino de Língua Portuguesa (CEELP)**. Assim, proposto e aprovado pelas devidas instâncias, o curso tem por foco os aspectos teóricos, metodológicos e epistemológicos do ensino da Língua Portuguesa, destinado para o preparo do aluno para lidar com a linguagem em suas diversas situações de uso e manifestações, considerando que o domínio da língua materna é fundamental para o acesso às demais áreas do conhecimento e o desenvolvimento do saber lingüístico implica em leitura compreensiva e crítica de textos diversos, na produção escrita em linguagem padrão, na análise e manipulação da organização estrutural da língua e percepção das diferentes linguagens como formas de compreensão do mundo.

Como uma grande parcela da população é alijada do processo presencial, em virtude de inúmeras dificuldades que a impossibilita de acompanhar o desenvolvimento regular dos cursos presenciais ofertados pelas universidades. Assim, em atendimento à demanda o curso foi desenvolvido nos municípios de Bragança (Riozinho), Bujaru (Bairro Novo), Conceição do Araguaia (Centro), Ponta de Pedras (Estrada), Tucumã (Bairro das Flores).

As atividades do CEELP foram norteadas pelo objetivo de “Qualificação Professores de Língua Portuguesa dos níveis fundamental e médio”, na modalidade a distância, em termos de conteúdos de Língua Portuguesa, de aspectos teóricos, metodológicos e epistemológicos do ensino da Língua Portuguesa. A concretização de tal objetivo suscitou o surgimentos de metas pautadas na/no:

- Promoção de uma educação continuada, em nível de especialização;
- Ampliação e aprofundamento de discussões sobre metodologias no ensino da Língua Portuguesa;
- Fomento de um processo de discussão acerca do uso das novas tecnologias e metodologias disponibilizadas para o Ensino da Língua Portuguesa;

- Reflexão sobre as possibilidades e limitações do uso de tecnologias computacionais e de informação no Ensino da Língua Portuguesa;
- Acesso dos professores aos mais recentes resultados de pesquisa em Ensino da Língua Portuguesa, bem como aos materiais instrucionais e bibliográficos na área.

O curso, previsto para uma duração de dois (02) anos, teve por público alvo professores da Rede Pública de Ensino (Estadual e Municipal), interessados e residentes nas localidades que sediaram o desenvolvimento do curso, em sua maioria, egressos de cursos de Letras – Língua Portuguesa. Os candidatos ao curso foram submetidos a um processo seletivo simplificado, os quais, na condição de aprovados e com a devida integralização da matriz curricular, ao final do curso, foram nominados com o título de Especialista em Ensino de Língua Portuguesa.

O processo seletivo realizado para o preenchimento de cento e cinquenta (150) vagas ofertadas para o CELP resultou noventa e cinco (95) aprovados, oriundos dos municípios envolvidos no processo: Bragança (37), Bujaru (32), Ponta de Pedras (23), Conceição do Araguaia (8) e Tucumã (6). Contudo, o fato de os dois últimos municípios não terem atingido o quantitativo de alunos necessário para a constituição de turma, conforme a legislação vigente, motivou a alocação dos alunos aprovados nesses municípios em uma única turma, a fim de subsidiar a oferta de disciplinas e a lotação docente. Isso resultou na formação de quatro turmas. Vale ressaltar que, dentre os noventa e cinco (95) aprovados no processo seletivo, houve quatorze (14) desistências, distribuídas da seguinte forma: Bragança (5), Bujaru (3), Ponta de Pedras (3), Conceição do Araguaia (3) e Tucumã (0).

As expectativas institucionais sobre o curso incidiram na qualificação de profissionais da área do ensino da língua portuguesa, com aprofundamento dos conhecimentos teóricos do assunto e dos seus novos processos de ensino e aprendizagem, com persistência no desenvolvimento da pesquisa e implementação de metodologias de ensino inovadoras e na busca do estreitamento dos laços entre a teoria e a prática efetivadas em sala de aula, propiciando uma relação ajustada do aluno com o meio onde esta inserido. Em termos de competências e habilidades, são grandes as possibilidades dos egressos do curso terem competência para identificar e analisar atividades didáticas no ensino da língua portuguesa, além de

compreender, analisar e orientar a produção de materiais didáticos voltados para o ensino da língua portuguesa e ter a habilidade de promover reflexões e discussões sobre o ensino e aprendizagem da língua portuguesa.

O curso foi desenvolvido totalmente a distância, com apenas dois momentos presenciais obrigatórios e mediação no Ambiente Virtual de aprendizagem – AVA Moodle, o qual foi totalmente configurado com a finalidade que o aluno pudesse utilizá-lo de forma eficiente e intuitiva. Foram privilegiadas atividades síncronas, com o professor transmitindo sua aula via a plataforma escolhida e assíncronas, com a disponibilização do material da disciplina (tarefas, questionários, textos, vídeos, *links* etc). As ferramentas de interação que foram privilegiadas no desenvolvimento do curso abrangeram fórum, *chat*, correio, além de outras, como o Diário e Wiki, que propiciaram a comunicação multidirecional, realizada entre professor-aluno, aluno-professor e aluno- aluno. Para a realização das atividades com ferramentas síncronas, o cronograma destacou a data para realização desse tipo de atividade e a possibilidade de dias e horários diferenciados, considerando um melhor acesso dos alunos e da troca de várias experiências entre os profissionais participantes.

Uma matriz instrucional foi feita para cada disciplina para servir de base para a construção do ambiente e cronograma de estudos do aluno e atividades do tutor. Assim, no período alocado para cada disciplina o aluno acessava o ambiente a fim de ler e/ou baixar materiais didáticos, para desenvolver as tarefas relativas e enviá-las ao professor ou para interagir com professores e outros alunos, de acordo com a disponibilidade de cada um.

Além dos recursos *online*, a UEPA desenvolveu estratégias educacionais para que o cursista não precisasse estar sempre conectado à internet enquanto realizava seus estudos ou atividades. Por isso, o material didático foi disponibilizado também, em formato PDF, separados por disciplinas, para que o aluno pudesse fazer o *download* e a leitura em qualquer dispositivo, incluindo *tablets* e *smartphones*.

O uso de recursos multimídia, como vídeo-aula, também, foram disponibilizados numa sessão da sala virtual denominada de “Biblioteca Digital do Curso”, na qual o aluno podia realizar o *download* ou visualizar diretamente no canal do *Youtube*. Desta forma, os materiais didáticos seguiram as orientações das Diretrizes Curriculares do Conselho Nacio-

nal de Educação, foram produzidos pelos professores da UEPA e foram, para a garantia do acesso, disponibilizados no âmbito virtual, por meio da página do Curso.

Foram previstos dois encontros presenciais obrigatórios em Pólos da UEPA ou em espaços escolhidos pela coordenação do curso: o primeiro, objetivando a integração entre alunos, docentes e tutores, foi consolidado, por um treinamento sobre o ambiente virtual de aprendizagem e o segundo encontro, no final do curso, com a apresentação oral das Monografias. É importante destacar que todas as etapas do curso foram planejadas, com antecedência, pela coordenação do curso, com o apoio de uma equipe multidisciplinar, sendo os estudantes informados desde o início de seu percurso.

O sistema de orientação a distância foi mediado pelo uso da tecnologia de informação e comunicação, sob a tutela de professores formadores e dos tutores a distância, conforme a necessidade do aluno. O objetivo da orientação a distância incidiu na criação de ambientes de aprendizagem por professores com a devida qualificação, para orientar os alunos no desenvolvimento de seus estudos. Essa orientação ocorreu, por meio de práticas pedagógicas que pudessem promover um desempenho exitoso dos alunos no curso; o atendimento foi de forma individual e/ou, coletiva ou em grupos maiores ou menores, sempre objetivando a promoção do trabalho cooperativo e colaborativo, da habilidade do aluno no processo de aquisição de métodos e práticas e do desenvolvimento da autonomia discente nos estudos.

A orientação nos Pólos foi oferecida por uma equipe de profissionais com nível superior e organizada por área de conhecimento, os quais, desenvolveram seus trabalhos por disciplina e sob a orientação do orientador a distância da área. Os espaços onde ocorreram essa orientação tinha uma infraestrutura administrativa e acadêmica com salas de estudo individuais ou de grupos, laboratórios necessários à parte prática das disciplinas e salas para aulas expositivas e seminários.

A orientação a distância, por ser efetivada no espaço institucional, teve como foco especial o conteúdo e foi realizada pelo professor formador, com o uso de recursos tecnológicos e com o apoio, sempre que necessário, dos tutores a distância, os quais foram os responsáveis pelo bom andamento dos trabalhos das disciplinas, resultado das orientações dos professores formadores presenciais e a distância das disciplinas.

Assim, na implementação do curso planejado para ser desenvolvido, totalmente a distância, não houve a necessidade de compor uma equipe pedagógica nos municípios (pólos), sempre constituída de professores formadores e tutores a distância. Nesta perspectiva, o curso contou com **Professores Formadores**, que assumiram a responsabilidade pelo desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem das disciplinas integrantes da grade curricular, bem como a elaboração do material didático das disciplinas, o que requereu deles habilidades com o uso das técnicas de elaboração de materiais para a educação a distância e, também, atuando como mediador e orientador das atividades a serem executadas, acompanhando o desenvolvimento de cada aluno e turma, especialmente por meio dos recursos e instrumentos oferecidos pelo ambiente virtual de aprendizagem, bem como por outras formas de comunicação (telefone e correio tradicional).

O professor formador realizou o acompanhamento e o *feedback* aos alunos, no mínimo 3 vezes por semana, cumprindo a carga horária de cada disciplina. Nesse sentido, o curso de especialização valorizou a aprendizagem ativa, pois além de utilizar recursos interativos, exercícios, estudo de casos e vídeos teve a ação tutorial semanal que estimulava debates e exposições dialogadas entre os alunos. Vale ressaltar que leituras elaboradas pelos professores e bibliografias recomendadas também foram incluídas para complementar a aprendizagem e que no percurso de cada disciplina foram desenvolvidas atividades com o objetivo de reforçar o entendimento do aluno sobre o conteúdo estudado.

O desenvolvimento das disciplinas do curso previu atividades práticas sugeridas ao longo do curso (com pontuação equivalente a escala de zero a dez pontos) e a avaliação formativa desenvolvida pela equipe de tutoria durante o processo ocorreu por observação dos seguintes critérios: desenvolvimento das atividades sugeridas, cumprimento dos prazos descritos no cronograma, participação coerente nos fóruns, assiduidade e frequência no ambiente virtual e auto-avaliação. Assim, a avaliação de cada disciplina foi realizada via internet e baseada no desempenho do aluno ao longo do curso.

Vale ressaltar que além da equipe responsável pela execução do projeto pedagógico houve um **Coordenador**, responsável pelo pólo com atribuições referentes ao gerenciamento da infra-estrutura do pólo (salas de aula, biblioteca, laboratório de informática). É relevante enunciar que em um curso como esse se sobressaem o Sistema de Monitoria e a produção do Material Didático.

O primeiro apresenta-se como componente fundamental do sistema, com a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático de curso, sendo assim, um dos elementos do processo educativo que possibilita a ressignificação da educação a distância, por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espço da escola tradicional e estabelecer entre estudante e tutor um processo dialógico que deve ser único. O segundo configurou-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico e o professor formador foi o responsável pela produção de materiais didáticos do curso utilizando metodologias de EAD.

Os atuais paradigmas educacionais tratam da necessidade de participação, de construção do conhecimento, de autonomia de aprendizagem, de currículo aberto, de redes de conhecimentos, de interconectividade dos problemas, de relações. A EaD, nesse sentido, oferece possibilidades de novas práticas educativas e sociais, por suas características e sua forma de organizar o ensino e a aprendizagem e os processos formativos profissionais.

Para tal, exige uma organização de apoio institucional e uma mediação pedagógica que garantam as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Pois, na EaD, quem ensina não é um professor, mas uma instituição, uma “instituição ensinante”. Trata-se, então, de uma ação mais complexa e coletiva, em que todos os sujeitos do processo ensino-aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente, da equipe que concebeu e construiu o Projeto Pedagógico aos estudantes e orientadores – sujeitos ativos na implementação de tal Projeto –; de quem vai conceber e elaborar o material didático a quem irá cuidar para que ele chegue às mãos do estudante; do coordenador de curso e dos professores formadores ao orientador (tutor); do autor ao tecnólogo educacional (designer instrucional); do editor ao artista gráfico (web designer) etc. Por isso, a modalidade de EaD é pensada e implementada pela “instituição ensinante” numa perspectiva sistêmica e colaborativa.

Assim organizada, a “instituição ensinante” oferece saber atualizado (filtrando o mais válido das recentes produções científicas), dando prioridade aos conhecimentos instrumentais (“aprender a aprender”), visando à educação permanente do cidadão e estando compromissada com o meio circundante.

A CONTEXTUALIZAÇÃO DA CAMINHADA

Dentre as necessidades humanas, destaca-se a que incide no saber do “porquê” dos fatos, em termos de vários sentidos, dentre eles, o de conhecer, compreender, considerar, julgar, pressupor, a qual, segundo Lakatos & Marconi (2003, p. 84), foi o fundamento para o surgimento da ciência no contexto humano, como um modo de compreender e analisar o mundo por meio de um conjunto de técnicas e métodos.

Etimologicamente, o termo ciência significa conhecimento, embora, nem todos eles sejam científicos, nem pertencentes à ciência, haja vista que tal significado nunca envolve o conhecimento vulgar, banal e corriqueiro e sim a cultura, instrução, sapiência, tanto que a busca dele requer a consciência crítica do pesquisador em discernir entre o essencial do superficial, o principal do secundário.

No processo ensino/aprendizagem ocorre a construção de conhecimentos, quando se transita pelos caminhos do saber, possibilitando a relação de ciência e metodologia, respectivamente, com o “saber alcançado” e o “caminho de estudo a ser percorrido”. Na literatura circulante o termo grego “Méthodos” é composto pelas palavras “Meta” (μετά) e «Hódos” (ὁδός)²⁰, possíveis de serem traduzidas como caminho por meio do qual a ciência é realizada.

Ao realizar uma pesquisa é proposto a obtenção de um conhecimento científico, a qual é norteada por procedimentos técnicos e metodológicos em prol da concretização dos resultados esperados.

Para o desenvolvimento da pesquisa “Letramento Digital na formação continuada de professores” foi traçado um “caminho” em busca de respostas sobre o posicionamento dos alunos do Curso de Especialização

²⁰ «Meta» pode ser traduzido como «além” ou “após”, e “Hódos” significa “caminho” ou “via”. Portanto, “Méthodos” pode ser interpretado como “caminho para além” ou “caminho pelo qual” algo é alcançado, especialmente no contexto da ciência e da investigação. Essa etimologia reflete bem a ideia de que a metodologia é o caminho ou o processo pelo qual a investigação científica é conduzida.

em Ensino de Língua Portuguesa, ofertado pela UEPA, na modalidade a distância, diante da inserção tecnológica no espaço escolar. A pressuposição de que os recursos tecnológicos, no espaço escolar, são capazes de viabilizar as condições necessárias para o desenvolvimento do processo educativo foi a mola propulsora para a proposição deste trabalho.

Tal caminho foi norteado pela questão da percepção dos alunos em relação a esse ambiente pós-moderno, tecnológico e informacional, com o qual a escola deve interagir. O final desse caminho foi marcado pela construção do perfil desses alunos em termos do letramento digital e da identificação de suas representações sobre as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) na prática pedagógica.

No início da caminhada em busca de respostas sobre o posicionamento de alunos diante da inserção tecnológica no espaço escolar foi fundamental para a elaboração do seguinte objetivo geral:

- ▶ A construção do perfil dos alunos do Curso de Especialização em Ensino de Língua Portuguesa, ofertado na modalidade a distância, no que tange ao letramento digital e às representações deles sobre as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) na prática pedagógica.

Para o alcance desses objetivos foram elaborados os seguintes objetivos específicos:

- Interagir virtualmente com alunos, com vistas a socialização do projeto.
- Consolidar os alvos da pesquisa, em termos de pólos e turmas.
- Aplicar o questionário.
- Coletar os dados
- Analisar os dados coletados.
- Organizar o Banco de Dados Digitais com o apoio dos programas computacionais linguístico *Fieldworks Language Explore* (FLEX) e VARBRUL.
- Selecionar as evocações emitidas pelos sujeitos da pesquisa, para serem trabalhado com o apoio do Software EVOC.
- Analisar as evocações
- Consolidar os resultados obtidos, com vistas a publicação.

Foi uma grande caminhada, permeada por alguns impasses enfrentados desde a elaboração do projeto até a sua conclusão, culminando na criação desta obra. Assim, a pesquisa realizada, estrategicamente, durante o desenvolvimento das atividades do CEELP foi exploratória, de abordagem quali-quantitativa na construção e na análise dos dados, com aporte teórico centrado nas ideias postas nas obras de Nelson Pretto e Magda Soares sobre letramento digital e a inserção das tecnologias no meio social e educacional e na Teoria das representações Sociais de Serge Moscovici, tendo como lócus o Curso de Especialização em Ensino de Língua Portuguesa, ofertado pela UEPA, na modalidade a distância e desenvolvido nos municípios de Bragança, Bujaru, Conceição do Araguaia, Ponta de Pedras e Tucumã.

Os sujeitos da pesquisa foram os alunos do CEELP, valendo a ressalva de que dentre os noventa e cinco (95) alunos matriculados, somente 45% acataram a solicitação de preenchimento do questionário, embora tenha havido incentivo por parte dos pesquisadores para que o pedido fosse efetivado.

Considerando que toda pesquisa deve ter fidedignidade, foi elaborado um questionário autoaplicável²¹, disponibilizado on-line na plataforma Moodle, cujo objetivo incidiu na obtenção de dados sobre o uso efetivo das tecnologias pelos alunos, para subsidiar as respostas a serem dadas às questões norteadoras elencadas, considerando que, em um curso na modalidade a distância, os alunos precisam explorar as potencialidades dos recursos tecnológicos, em específico, o computador e a Internet. O questionário foi constituído de 43 perguntas, distribuídas em sete blocos de questionamentos relativos às informações pessoais (2), atividade profissional (2), formação escolar (3), aprendizagem escolar inicial (7) e continuada (6), uso pessoal das tecnologias digitais em termos de computador e internet (21), interfaces da Web 2.0 e a associação de termos (3).

Os dados foram obtidos via aplicação do questionário e a análise do *corpus* da pesquisa teve o apoio de programas computacionais como os Softwares EVOC e VARBRUL, o Fieldworks Language Explorer

²¹ Adaptação do utilizado na pesquisa "A techno-ausência na formação inicial do professor contemporâneo: motivos e estratégias para a sua superação. O que pensam os docentes das licenciaturas? coordenada pelo Prof. Dr. Simão Pedro Pinto Marinho, realizada com o apoio do CNPq.

(FLE_x), além do SPSS²², utilizado, especificamente, com os dados obtidos nos blocos nos de A a E, os quais foram submetidos a análise estatística, o que permitiu a elaboração do perfil dos alunos como usuários de computadores e da internet.

Na análise dos dados obtidos, os alunos foram concebidos como destinatários de um currículo que pretende ser norteador do caminho profissional que, para Silva (2007:147), é uma “questão de saber, identidade e poder”, tanto que deverá atentar para as transformações sociais, a vivência dos alunos e as relações que se instauram dentro e fora dos ambientes formais de escolarização, visto que, segundo Pretto (2006:8), as inovações tecnológicas ampliam as possibilidades educacionais, gerando “novos” processos, “novas” estruturas, que estimulam, provocam e facilitam o trabalho colaborativo na escola, rompendo com a “lógica da hierarquia vertical, com delegação plena de poderes e representantes”.

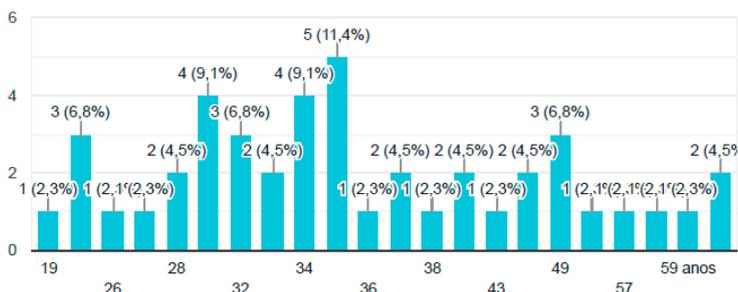
Pela análise realizada, a maioria dos respondentes é representada pelo sexo feminino, como também está incluída na faixa etária entre 19 e 59 anos, tendo por ápice (11%) a idade de 35 anos, conforme o inscrito nos gráficos a seguir:

BLOCO A - INFORMAÇÕES PESSOAIS

1 - Idade (apenas a idade em números)

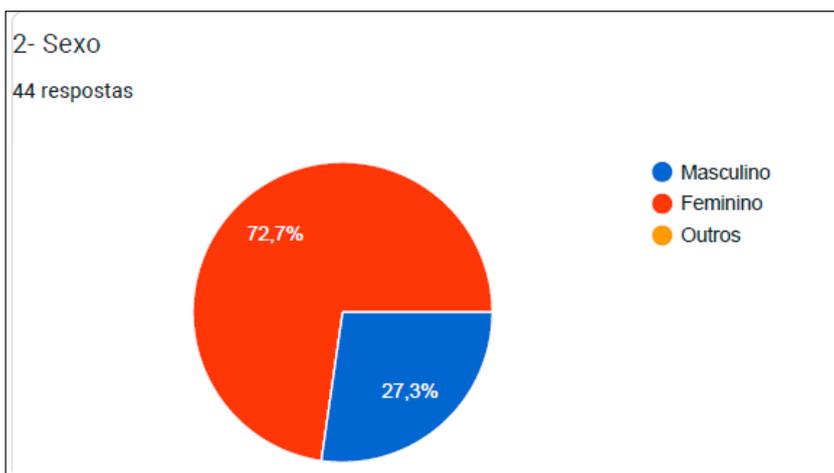


44 respostas



Fonte: As autoras

²² Software aplicativo estatístico (programa de computador) do tipo científico, desenvolvido pela IBM que oferece recursos para coleta, organização, análise e interpretação de dados.



Fonte: As autoras

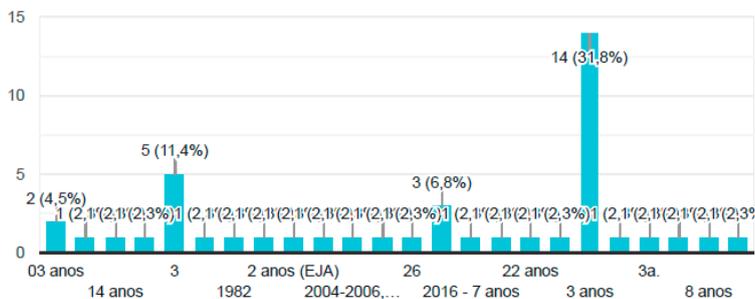
O **BLOCO B** abrangeu questões referentes à atividade profissional dos alunos. Assim, a resposta afirmativa foi unânime por todos os inquiridos sobre o desempenho da função docente e o tempo de exercício do magistério ficou entre a faixa de 5 a 10 anos.

O **BLOCO C** envolveu questões pertinentes à formação escolar dos discentes. Foram obtidas as seguintes respostas:

A conclusão do Ensino Médio foi realizada, para a maioria dos sujeitos, em tempo maior do que três (3) anos, com destaque para um respondente que concluiu em um ano e meio. O mesmo aconteceu em relação ao tipo de licenciatura cursado, cujos índices mais altos ficaram entre o Curso de Letras/Língua Portuguesa, Curso de Comunicação e Pedagogia. Em termos do tempo de conclusão de nível superior, o quantitativo das respostas foi equivalente entre três e quatro anos.

5 - Tempo de conclusão de Ensino Médio (a mesma escala do tempo de Magistério)

44 respostas

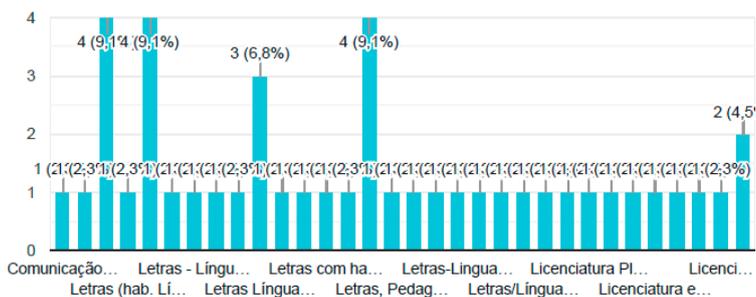


Fonte: As autoras

6 – Curso de Ensino Superior Qual?

Copiar

44 respostas

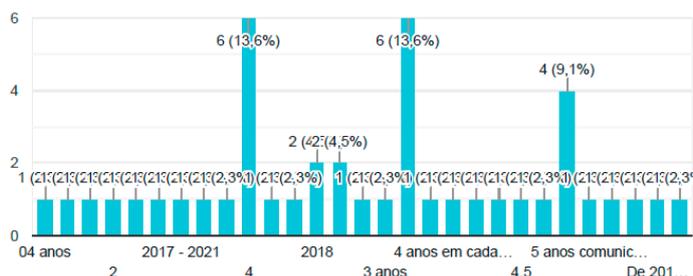


Fonte: As autoras

7 - Tempo de Conclusão do Ensino Superior (a mesma escala do tempo de Magistério)



44 respostas

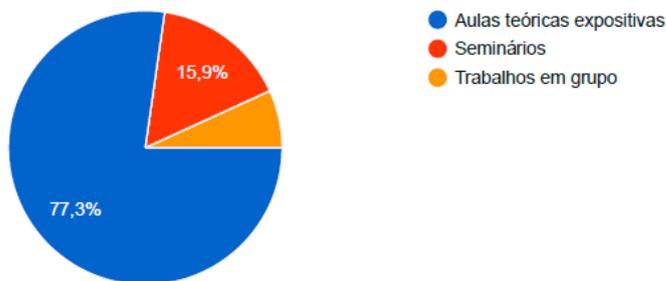


Fonte: As autoras

O **Bloco D** do questionário abrange questões sobre a aprendizagem escolar anterior, ou seja, a realizada em nível de graduação, as quais são indagações sobre o fazer pedagógico neste nível, vivenciado por eles, com foco na instrumentalização dos conteúdos, alcance dos objetivos, modalidades comunicacionais, estratégias de avaliação, estímulo proveniente das estratégias utilizadas, tempo de uso das ferramentas digitais e o uso da Internet como estratégia.

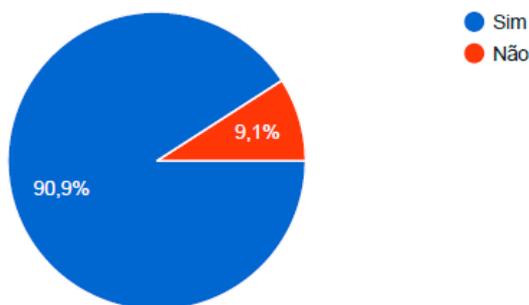
8 - As instrumentalizações dos conteúdos eram realizadas via:

44 respostas



9 – Os objetivos eram alcançados

44 respostas

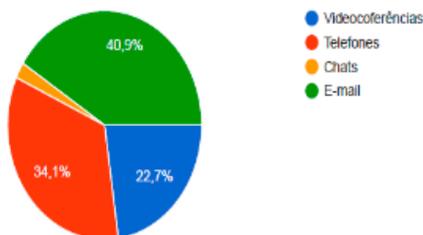


Fonte: As autoras

As respostas dadas pelos inqueridos, induzem a caracterização do ensino da graduação cursado por eles, como pertinente ao estilo tradicional, cujo cerne incide na pura e simples exposição teórica. Tal situação suscita indagações, haja vista que sobre o alcance dos objetivos, quase houve unanimidade na resposta afirmativa, pois apenas 9,1% assinalaram o não como resposta.

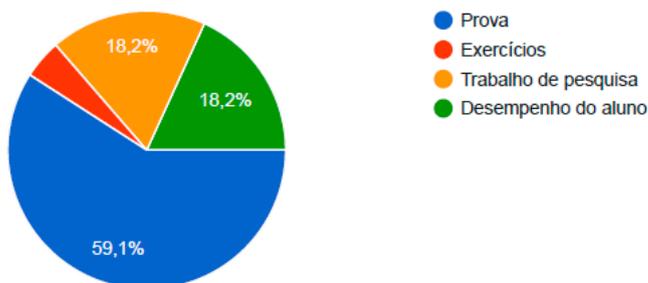
10 – As modalidades comunicacionais eram

44 respostas



11 – As estratégias de avaliação eram

44 respostas

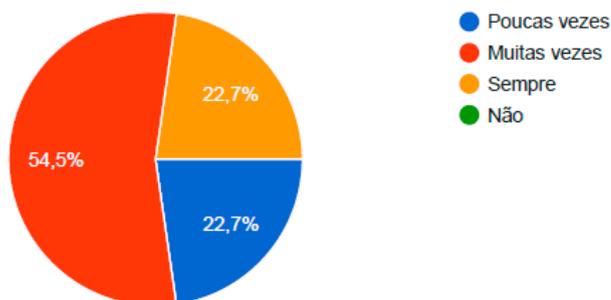


Fonte: As autoras

Os e-mails seguidos pelo telefone e videoconferências, segundo as respostas dadas, foram as modalidades comunicacionais mais utilizadas durante o percurso da graduação. A aplicação de provas como estratégia de avaliação, de certa forma, corrobora com o enunciado acima sobre o estilo tradicional do ensino na graduação, muito embora, seja atenuado com a consideração, em termos avaliativos, do desempenho do aluno e da execução de trabalhos de pesquisa, os quais obtiveram percentuais iguais.

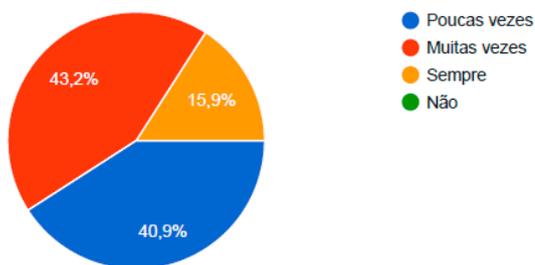
12.1 – As estratégias estimulavam a habilidade de comunicação:

44 respostas



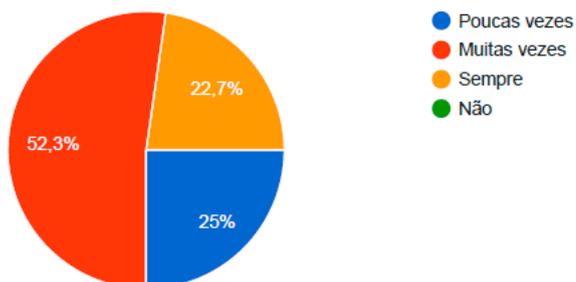
12.2 – As estratégias estimulavam o raciocínio lógico:

44 respostas



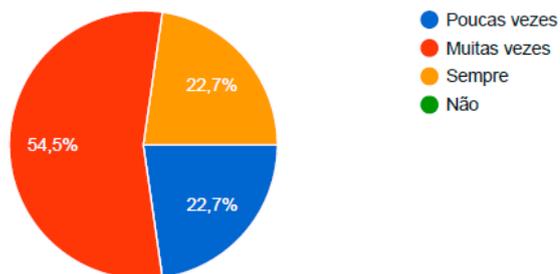
12.3 – As estratégias estimulavam a Criatividade:

44 respostas



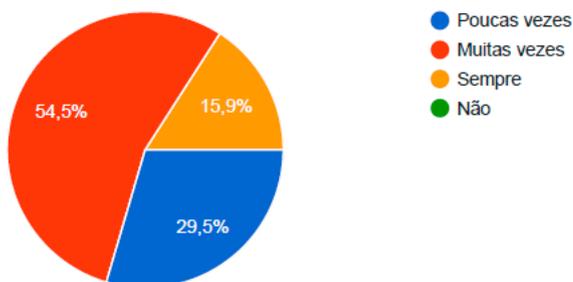
12.4 – As estratégias estimulavam a capacidade crítica:

44 respostas



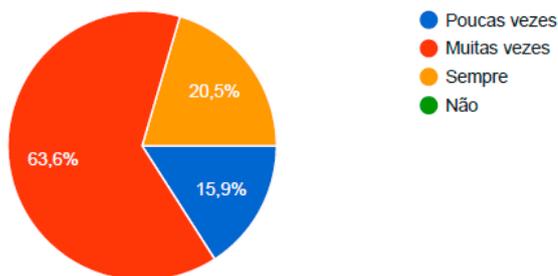
12.4 – As estratégias estimulavam a iniciativa:

44 respostas



12.4 – As estratégias estimulavam a aplicação do conhecimento:

44 respostas



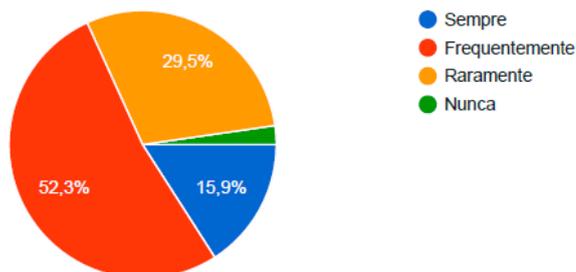
Fonte: As autoras

Em relação ao estímulo suscitado pelo uso de estratégias durante o ensino, a maioria dos inquiridos assinalou como resposta para a **“habilidade de comunicação”**, o quesito “muitas vezes”, ficando o restante dividido entre as respostas “poucas vezes” e “sempre”, sendo aceitável a contradição, pois os alunos cursaram a graduação em instituições e locais diversos. Essa mesma contradição surge, ao analisar a questão em termos do estímulo ao **“raciocínio lógico”**, pois a maioria deles marcou a resposta “muitas vezes” e o excedente assinalou, em maior número, o tópico “poucas vezes”, restando para o quesito “sempre” um percentual de 15,9%. O mesmo acontece em relação ao estímulo da **“criatividade”**, sempre a maioria assinalando o tópico “muitas vezes” e os demais, com

percentuais próximos indicando as alternativas poucas vezes e sempre. A situação repete-se em termos dos resultados obtidos para as opções relativas à “capacidade crítica”, à “iniciativa” e à “aplicação do conhecimento”, com diferenças apenas no tocante aos percentuais obtidos para as escolhas “sempre” e “poucas vezes”.

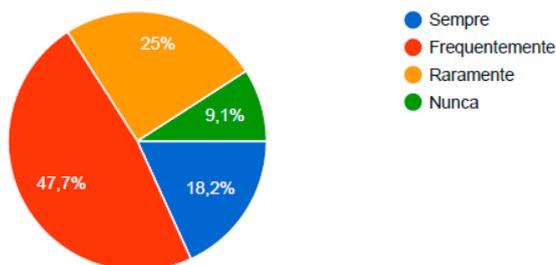
13 - As ferramentas digitais eram utilizadas:

44 respostas



14 - A INTERNET digitais era utilizada como estratégia complementar:

44 respostas



Fonte: As autoras

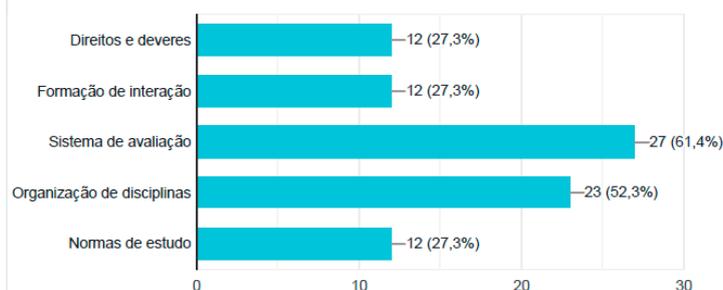
Em termos do uso de ferramentas digitais, a resposta “frequentemente” foi a mais recorrente e seguida; considerando os percentuais das opções “raramente”, “sempre” e “nunca”, resultados que, de certa forma, indicam o argumento para a contradição apresentada na análise dos seis tópicos anteriores. O mesmo acontecendo com o quesito referente ao uso da internet como estratégia complementar.

O **Bloco E** pertence à aprendizagem continuada, ou seja, do curso atualmente desenvolvido e, para tal, abrange, também, inquirições sobre o fazer pedagógico, só que no nível de pós-graduação *lato sensu*, vivenciado agora por eles, com foco nas questões sobre tipo de informes recebidos, sistema de monitoria, disponibilização de biblioteca, acesso ao acervo de bibliotecas virtuais, tempo dedicado ao uso de laboratório de informática, bem como, a composição dele.

15 – No curso atual receberam informes sobre:

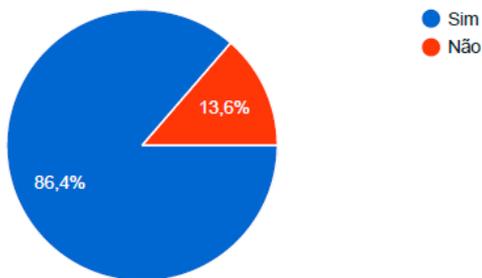


44 respostas



16 – O sistema de tutoria é relevante

44 respostas



Fonte: As autoras

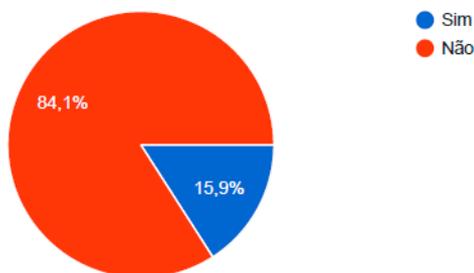
Para a maioria dos inquiridos, os informes sobre o sistema de avaliação foram numerosos, seguidos pela alternativa referente à organização das disciplinas, duas questões bastante relevantes, considerando que o curso é desenvolvido na modalidade a distância. Pelos resultados obtidos,

também, foram dados informes para as demais alternativas, embora com percentuais pequenos e, bastante, semelhantes.

O questionamento sobre a relevância da monitoria alcançou um percentual bem significativo na alternativa que afirma a importância da monitoria, resultado já esperado, haja vista que ela facilita a socialização e interação dos alunos com os agentes que fazem parte do Ambiente Virtual de Aprendizagem, auxiliando de forma interativa nos processos de ensino e aprendizagem.

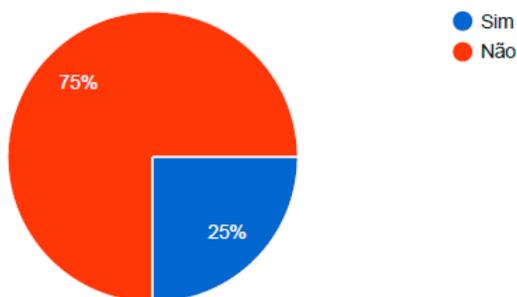
17 – Disponibiliza uma biblioteca:

44 respostas



18- Acessa o acervo de bibliotecas virtuais:

44 respostas

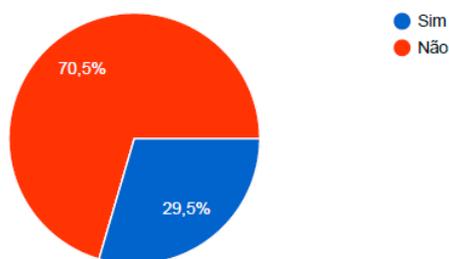


Fonte: As autoras

Os resultados obtidos para os tópicos referentes à disponibilização de uma biblioteca e ao acesso de bibliotecas virtuais confirmaram o esperado, pois o curso foi desenvolvido em cidades do interior do Estado do Pará, em locais, geralmente unidades escolares, denominados de polos, os quais possuíam a supervisão de um coordenador, selecionado pela prefeitura do município.

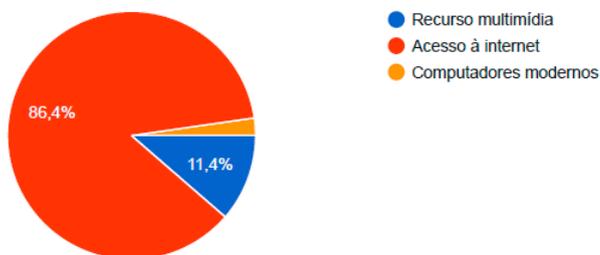
19 – Tem disponibilidade para o uso de um laboratório de informática:

44 respostas



20- O laboratório de informática disponibilizado é composto por:

44 respostas



Fonte: As autoras

Os inquiridos, em sua maioria, responderam que não possui disponibilidade para utilizar um laboratório de informática, resposta, em parte justificável pelo compartilhamento das tarefas profissionais e de estudo, em sua rotina diária, bem como a carência ou mesmo inexistência no

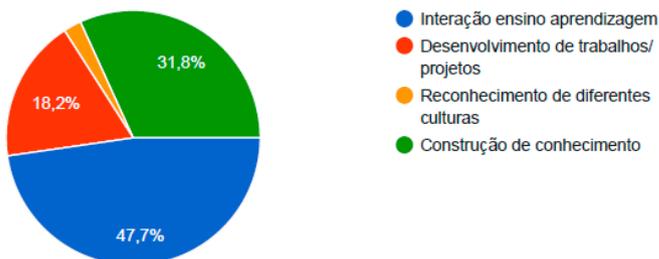
polo de um laboratório desse tipo. Tal situação é corroborada pelo resultado obtido com o questionamento seguinte, que focaliza a composição do laboratório de informática e tem como resposta o acesso à internet, deixando à margem as opções que citavam os recursos multimídias e computadores modernos.

O **Bloco F** foi constituído por vinte e um (21) questionamentos, todos pertinentes ao uso pessoal das tecnologias digitais, tendo sido cancelado um pelos pesquisadores devido a problemas técnicos no sistema, que impossibilitaram a coleta de respostas precisas para essa questão em particular.

21 – A tecnologia é utilizada para:

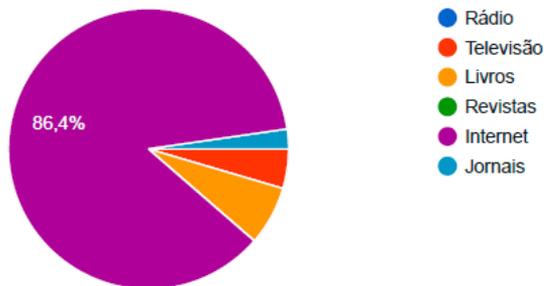


44 respostas



22 – Você utiliza como meio de comunicação:

44 respostas



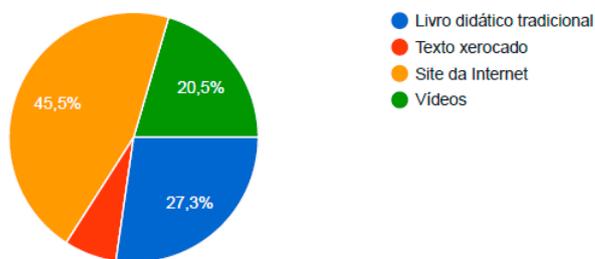
Fonte: As autoras

Para a maioria dos inquiridos, o uso da tecnologia no curso tem sido, em percentual significativo, para estimular a interação entre ensino e aprendizagem, seguido pelo fomento à construção do conhecimento, características da modalidade de ensino. Vale ressaltar que a alternativa inerente ao desenvolvimento de trabalhos e projetos alcançou um pequeno percentual, talvez pelo tipo de trabalhos solicitados nas disciplinas desenvolvidas, bem como, é justificável que a alternativa pertinente ao reconhecimento de culturas tenha atingido um percentual menor de 2%, pelo fato de os alunos serem todos paraenses. Essa homogeneidade cultural pode limitar a percepção sobre a diversidade de culturas, uma vez que a maioria dos alunos compartilha valores e contextos locais semelhantes. No entanto, é importante considerar que essas questões podem ser uma oportunidade para enriquecer o conteúdo programático, incorporando elementos culturais da região e promovendo a valorização da identidade local.”

No tópico referente aos instrumentos de comunicação, a internet foi a opção, quase que majoritária, tanto que, o percentual de 13,6% ficou distribuído entre as cinco alternativas restante, confirmando a vivência da era digital.

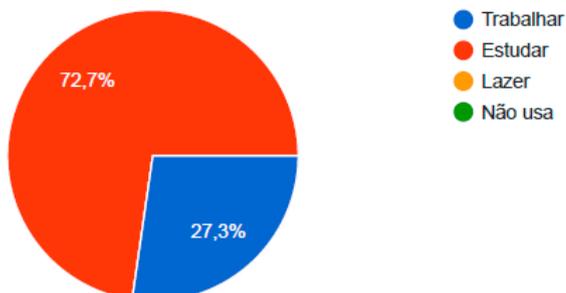
23- O meio mais atraente para o desenvolvimento de estudos:

44 respostas



24- O computador é utilizado para:

44 respostas



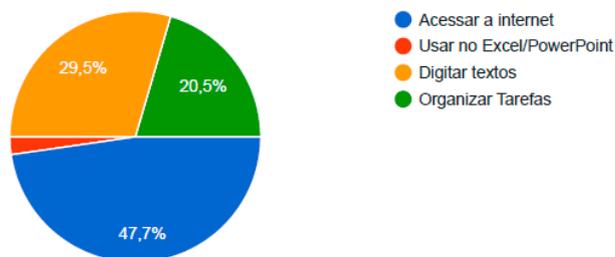
Fonte: As autoras

Para os questionados, os sites da internet configuram-se como o meio mais atraente para o desenvolvimento dos estudos, ratificando mais uma vez a vivência da era digital. Em seguida, com percentuais menores, estão as opções do uso do livro didático tradicional e a utilização de vídeos com cotas aproximadas, restando para a alternativa referente ao texto xerocado um percentual de apenas 6,7%, o que confirma a utilização, embora pequena, desse tipo de texto no processo de ensino e aprendizagem.

Com um percentual bastante significativo, a maioria dos respondentes afirmou ser o computador utilizado para estudar, embora, para eles, essa máquina seja, também, utilizada para trabalhar, afinal exercem a profissão docente.

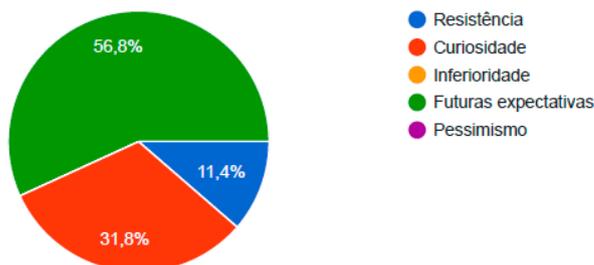
25 - O computador serve para você

44 respostas



27- Ao utilizar o computador assume uma postura de:

44 respostas



Fonte: As autoras

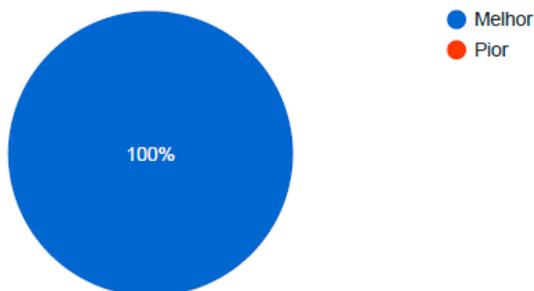
A maioria dos alunos, em termos da serventia do computador, optou pela alternativa “acessar a internet”, cuja escolha foi seguida pelas relativas à digitação e organização de textos, para as quais foram obtidos percentuais próximos. Para a opção referente ao uso dos aplicativos Excel e *Power Point* restou apenas o percentual de 2,3%, talvez pelo fato da criação, edição e compartilhamento de planilhas não terem sido tarefas requeridas, de forma frequente, nas atividades do curso.

Inquiridos sobre a postura assumida diante de um computador, a alternativa mais escolhida foi a “futuras expectativas”, seguida pela “curiosidade” e pela “resistência” com um percentual sem expressividade. Impossível esquecer que expectativa e curiosidade fazem parte da Geração Z²³ e seu envolvimento com a tecnologia.

²³ As pessoas nascidas entre a metade dos anos 90 e a primeira década dos 2000 e crescida em um mundo onde a tecnologia digital é bastante presente.

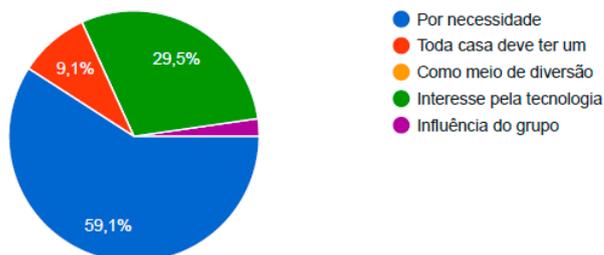
28 - A frequência do uso do computador aumenta para:

44 respostas



29 - Você tem computador:

44 respostas

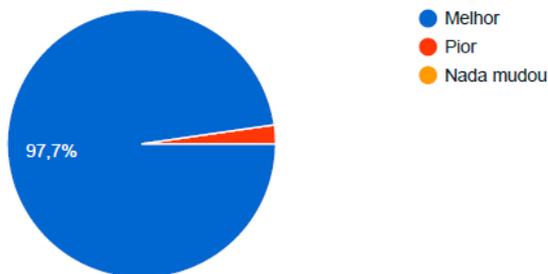


Fonte: As autoras

Os respondentes foram unânimes em afirmar que a frequência do uso do computador aumenta para melhor, resposta justificável pela vivência da era digital, na qual a inserção da tecnologia influencia inúmeros aspectos da vida moderna, dentre eles, a educação, comunicação, consumo e as expectativas profissionais. Prova disso é encontrada no resultado obtido com o questionamento seguinte, inerente à razão da posse de um computador, cuja resposta com o maior percentual recaiu em “por necessidade” de trabalho, estudo, lazer, curiosidade, comunicação.

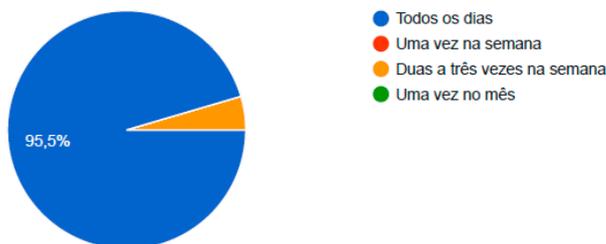
30- O uso da tecnologia mudou seu dia-a-dia para:

44 respostas



31- Você acessa a Internet

44 respostas

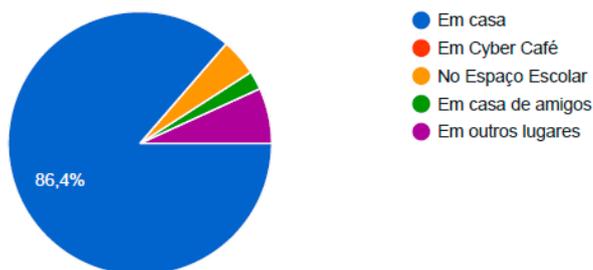


Fonte: As autoras

Os inquiridos quase chegaram à unanimidade ao responderem que a rotina diária mudou para melhor, embora um percentual não expressivo tenha sido contrário a tal afirmação, contexto passível de ser justificável por inúmeras e várias razões, dentre elas, as dificuldades de adaptação às novas tecnologias, a falta de recursos adequados, a resistência a mudanças no ambiente de ensino, e até mesmo questões pessoais ou familiares que possam interferir no processo de aprendizagem.”

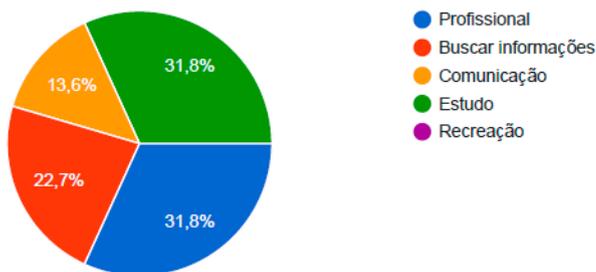
31- Você acessa a Internet:

44 respostas



33 – Você costuma acessar a internet com finalidade:

44 respostas



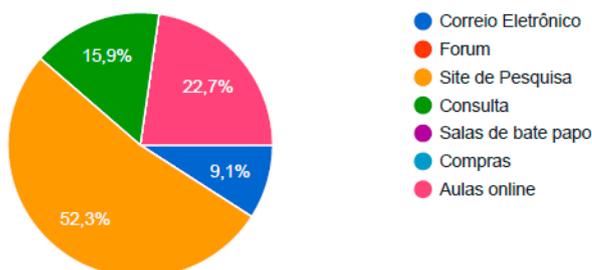
Fonte: As autoras

Para o local de acesso à internet, um percentual bastante significativo respondeu que tal acesso é realizado em casa, e reitera o fato da posse da máquina em suas residências. Vale o destaque da existência de outros locais de acesso, como em cyber café, espaço escolar, em casa de amigos etc.

Em termos da finalidade de acesso, os percentuais foram bem distribuídos entre as opções existentes, ficando as questões profissionais e o estudo com a maior parte, ou seja, 63,6 % dividido entre elas de forma equitativa, seguida pela busca de informações e de realizar comunicações. Tal contexto proclama a influência da tecnologia nos tempos atuais.

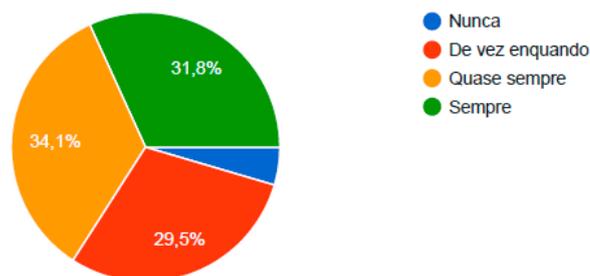
34 – Usa os serviços da Internet

44 respostas



35- Estando conectado a Internet, você realiza outras ações:

44 respostas



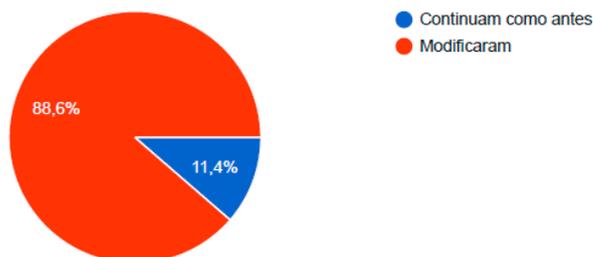
Fonte: As autoras

A escolha mais concorrida para o questionamento sobre os tipos de serviços da internet utilizados recaiu na alternativa “site de pesquisa”, sendo seguida por “aulas online”, “consultas” e por último, o “correio eletrônico”. As opções indicando fórum, sala de bate papo e compras não alcançaram nenhuma pontuação.

Para o questionamento sobre a realização de outras ações, no momento de conexão com a internet, o percentual máximo ficou distribuído entre as quatro (4) alternativas existentes, ficando dessa forma, “sempre acontece” com o percentual de 34,1%, seguida de “sempre” com um percentual próximo da primeira enunciada, a seguir “de vez em quando” e, por final “nunca” com um percentual inexpressivo.

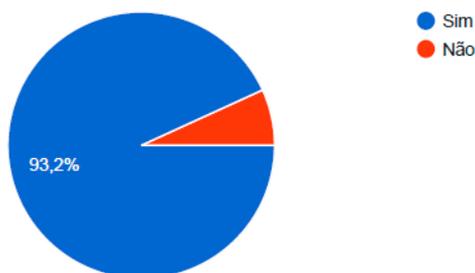
36- Com a instalação da Internet em seu ambiente famílias, suas ações diárias

44 respostas



37 – Você lembra do tempo em que não havia internet em casa

44 respostas

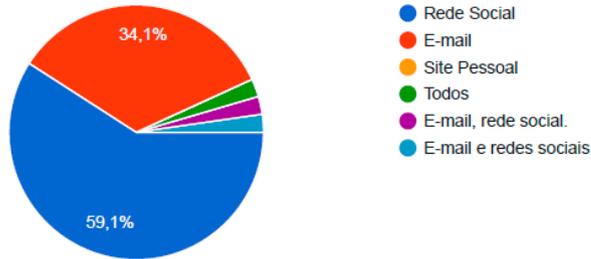


Fonte: As autoras

Para os questionamentos sobre a modificação da rotina diária após a instalação da internet no ambiente familiar e a existência de lembranças do tempo em que não havia internet em casa foram obtidos percentuais inexpressivos, os quais recaíram em “continuam como antes” para o primeiro enunciado e “não” para o segundo.

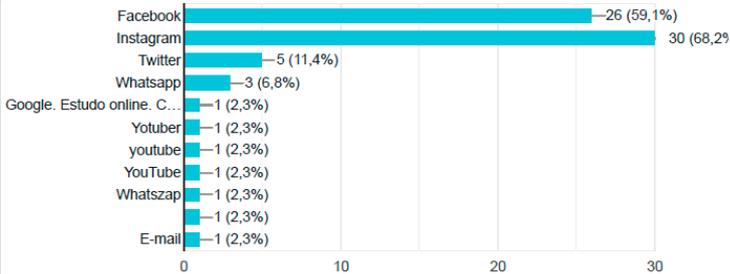
38 – Você tem:

44 respostas



39 – Costuma acessar:

44 respostas

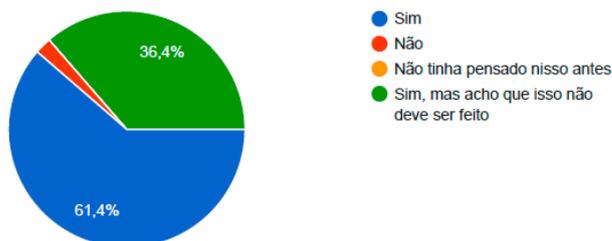


Fonte: As autoras

Os inquiridos, em sua maioria, responderam que possuem rede social (59,1%) e e-mail (34,1%), sendo distribuído o restante do (6,8%) percentual total entre as demais alternativas, resultado que suscita o informe de que a comunicação, a interatividade é bastante presente entre eles, fato comprovado pelos resultados obtidos com o outro questionamento sobre o que eles costumam acessar, cujo percentual maior recaiu sobre a opção “instagram”, em seguida sobre “facebook”, “twiter” e “whatsApp” e por outras com percentuais insignificantes.

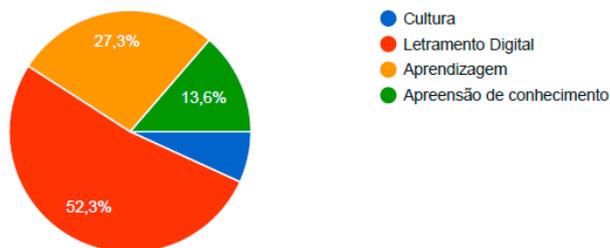
40 – Você acha que a Internet possibilita a vivência de coisas impossíveis, como fingir ser alguém que não é, inventar coisas, etc?

44 respostas



41 – Que resultados são obtidos com a utilização dos recursos tecnológicos :

44 respostas



Fonte: As autoras

Os respondentes, em sua maioria, acreditam que a internet possibilita a vivência de coisas impossíveis, embora, alguns achem que isso não deve acontecer. Outros, embora alcançando um percentual inexpressivo, acreditem que não. Tal contexto retrata as condições sociais que se vivencia, em termos de violência, desigualdade e acesso à informação. É impossível negar que a era digital trouxe consigo uma transformação profunda nas formas de aprendizagem, apreensão de conhecimento e acesso à cultura e como aparato os recursos tecnológicos, com os quais é possível alcançar um vasto leque de informações e conhecimentos que antes eram inacessíveis. No entanto, é essencial que haja um equilíbrio entre o uso dessas tecnologias e a garantia de que todos os indivíduos possuam o letramento digital necessário para utilizá-las de maneira crítica e consciente.

Em resposta ao questionamento sobre o que é obtido com os recursos tecnológicos, o percentual maior recaiu no “letramento digital”, sendo seguido pela “aprendizagem” e “apreensão do conhecimento”, ficando o restante alocado na “cultura””, todas elas características da era digital.

Na análise, após o registro dos dados produzidos com as respostas emitidas pelos informantes sobre as representações que eles construíram sobre o livro, televisão, computador, rádio, telefone e internet, foi realizada a organização dessas respostas, considerando categorias que emergiram durante a análise, tais como: adjetivação, descrição, finalidade de uso, símbolo, descrição do objeto em si, definição do uso do objeto e uso de uma metáfora ou metonímia para expressar o que seja.

Para Jodelet (2001:22), a representação social se caracteriza como uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Portanto, analisar as representações construídas pelos inquiridos sobre o livro, televisão, computador, rádio, telefone e internet é desvendar as expressões por eles elaboradas, em termos substitutivos e interpretativos em relação aos objetos dados, bem como ampliar as possibilidades de compreensão do processo evolutivo da sociedade e da busca do ser humano pela sua plena cidadania.

A afirmação da autora pode justificar a variedade de representações apresentadas sobre o livro, considerando que foram construídas por pessoas diferentes, inseridas em contextos sociais distintos, cada uma orientada por valores, ideias e práticas específicos de sua realidade. Além disso, justifica a existência de desacordos com os discursos externos ao grupo estudado, pois cada grupo social possui suas próprias concepções, crenças, ideias e pensamentos, que muitas vezes divergem parcial ou totalmente daqueles de outros grupos sociais.

Os registros das representações construídas pelos alunos estão organizados nas tabelas e comentados a seguir.”

Tabela 01 – Quantitativo dos registros categorizados – livro

CATEGORIAS	ALUNOS
Conhecimento	10
Biblioteca	5
Aprender	3
Imagens de lazer, de um caminho, de uma estrada a percorrer	3
Páginas repletas de letras	3
Textos	2
Sabedoria	2
Letras	2
Ciência	1
Cultura	1
Leitura	1
Papel	1
Liberdade	1
Cérebro	1
Uma pessoa com livro aberto em mãos, sentado e lendo.	1
Viagem ao mundo	1
Ao local da história	1
Físico com páginas e livrarias	1
Crianças e Sala de aula	1
Pássaro	1
No imaginário.. e na comunicação com diversos personagens	1
Um Futuro promissor para aqueles que leem com frequência	1
TOTAL	44

Fonte: As autoras

Considerando o quantitativo das representações obtidas, o “*conhecimento*” aparece como representação maior do livro, a qual sugere implica-

ções relativas à inserção do ser humano no contexto social, no que tange às exigências que emergem da sociedade, em termos de escolaridade, haja vista que, atualmente, o mercado de trabalho exige qualificação profissional, aqui entendida como apreensão de conhecimento. Na esfera do senso comum, o possuidor de grandes conhecimentos tem maiores chances na escalada social, em termos político-econômicos.

Logo a seguir, um número expressivo de depoentes associou o livro às “*bibliotecas*” que, semanticamente, se traduz por uma coleção de livros disponível para estudo e consulta e simbolicamente, repositório de conhecimento, o que corrobora com a representação do livro como ícone de conhecimento.

As associações do livro ao “*ato de aprender e à ciência, cultura e sabedoria*” e similares encerram a ideia de desenvolvimento intelectual e aumento de saber e sugerem atributos de seriedade, comprometimento e exigência de esforço. Tais representações fazem um contraponto com a questão da “*liberdade, do lazer*” representada pelo próprio lazer, entretenimento, indicando leveza, descontração, situação que induz a pressuposição de que os alunos são contraditórios na forma de pensar e agir.

A associação do livro à leitura, na resposta “*crianças e sala de aula*”, marca a presença do ato de ler nos espaços escolares, como também em outros, situação bem pontuada pela resposta “*Uma pessoa com livro aberto em mãos, sentado e lendo*”. “*Páginas repletas de letras, papel, letras, físico com páginas e livrarias*” surgiram como representações de cunho descritivo, ou seja, próximas do objeto em si, no caso do livro.

Os alunos também enunciaram como representações “*No imaginário e na comunicação com diversos personagens*” e “*pássaro*”, que sugerem uma relação do livro com o gênero literário, que possibilita o imaginário, a ficção, os voos, as viagens que proporcionam descobertas, saciam curiosidades e, ao mesmo tempo, possibilitam dar asas à imaginação.

Associar livro a “*cérebro*”, órgão de grande importância para a existência do organismo humano, é conceder a ele um papel relevante na vida daqueles que dele fazem uso. Indo mais além, entrelaçar livro a *vida*, é, no mínimo, determinar o caráter de indispensável, essencial. As representações que sugerem a ideia de compreensão do mundo, obtenção de informa-

ção, estudo e aprendizagem suscitam a ideia de que o livro, mesmo com os ambientes virtuais disponibilizando um vasto banco de informações continua ainda sendo fonte de conhecimentos, que sacia a sede de muitos.

Não houve representação ligada à pesquisa, para consolidar a ideia de que o livro ainda satisfaz a busca de informação aqui entendida como matéria-prima para a aprendizagem do conhecimento. A ocorrência induz a pressuposição de que os alunos não vincularam a pesquisa aos meios que a viabilizam, bem como não se predispuseram a compará-los em termos de importância, talvez porque para eles tal questão esteja subtendida como a busca da informação que gera o conhecimento, a cultura, mas também o prazer. Foi interessante a associação feita ao curso desenvolvido – Letras -, pois segundo a cultura popular, esse curso é o que domina as letras, as palavras e os discursos inseridos nos livros.

As representações construídas pelos alunos das localidades, *lócus* da pesquisa utilizaram, preponderantemente, as metáforas como base de suas representações, embora, a finalidade de uso envolvendo a busca de informações e conhecimento e o cunho descritivo tenham se sobressaído nos registros. Filtrando-se as representações, o livro surge vinculado ao conhecimento, tanto que, para os alunos ele ainda se constitui como a fonte desse material, que é lido, interpretado, buscado, adjetivado, descrito, reescrito, simbolizado e que proporciona lazer.

Tabela 02 – Quantitativo dos registros categorizados – televisão

CATEGORIAS	ALUNOS
Informações	5
Entretenimento, lazer	5
Telejornal	4
Notícia esclarecedora	4
O objeto televisão, mesmo	3
Imagem	3
Novelas	3
Caixa com imagem	3

CATEGORIAS	ALUNOS
Conhecer o mundo	2
Pouco de cultura a depender do que se assiste.	2
Alguém deitado no sofá	1
Senso comum	1
Assistir	1
Mundo	1
Desenhos animados	1
Pesquisas	1
Programas	1
Avião	1
Tela .	1
Não sei ao certo.	1
TOTAL	44

Fonte: As autoras

As representações construídas sobre a televisão foram diversas, mas as preponderantes foram vinculadas às informações, ao entretenimento, aos programas televisivos, haja vista os percentuais iguais e maiores do que a somatória de todas as outras categorias. Essa preponderância fica evidente, quando novelas, jornais, desenhos, filmes são enunciados sugerindo o vínculo do uso da televisão à questão do entretenimento e do acesso às informações. O pressuposto é confirmado pelo fato de a diversão ter sido também apontada como uma representação bastante significativa.

A adjetivação como, ” pouco *de cultura a depender do que se assiste*”, dada à televisão pelos alunos, no plano do simbólico, pode ser traduzida pela percepção da dicotomia entre o tangível e o intangível, haja vista às imagens que são veiculadas por esse meio de comunicação, sempre contrapõem fama, riqueza, beleza e sucesso com as mazelas sociais, como também, corrobora com a ideia de que esse meio de comunicação está perdendo espaço

para outras mídias, muito embora, nas entrelinhas de outras associações, sejam encontrados indícios sobre a importância de sua finalidade. Talvez, essa representação seja produzida em virtude da qualidade dos programas televisivos da atualidade, os quais têm sido alvo de críticas por muitos.

As associações de cunho descritivo, em sua maioria, restringiram-se às imagens, tela, o objeto televisão, mesmo, caixa com imagem. O significado da televisão para os alunos foi também, expressado pela frase *“alguém deitado no sofá”*, *“entretenimento, lazer”*, sinônimos de descanso, relaxamento.

Dado interessante foi a ausência de representações atreladas ao conhecimento e cultura, como também, à busca de informações, ocorrência que suscita a pressuposição de que a televisão, na atualidade, não é vista, pelos depoentes, como uma importante fonte de informação e conhecimento, em comparação à época em que ela ofuscou o rádio. Hoje, sua importância está sendo minimizada por outras mídias. Na verdade, as representações sobre a televisão para os alunos estão relacionadas, com maior intensidade, aos programas televisivos.

Comparando as representações do livro e da televisão, observa-se que, diferentemente desta última, o livro ainda é considerado pelos alunos uma fonte de conhecimento e informações. As imagens veiculadas pela televisão, por outro lado, suscitam um sentimento de irrealidade, associado à ideia de alcançar coisas, posições e poder. Já no caso do livro, essa irrealidade, manifestada através da imaginação, torna possível o irreal e o inatingível.

Tabela 03 – Quantitativo dos registros categorizados – computador

CATEGORIAS	ALUNOS
Pesquisas	8
Trabalho	5
Estudos	5
Tecnologia	5
Socializacao com o mundo	3
Imagens de pessoas conectadas às redes sociais.	3

CATEGORIAS	ALUNOS
Informações	3
Variedade Oportunidade Necessidade	3
Ferramenta essencial para o aprendizagem	2
Tela	2
Uso pessoal e profissional	1
Antigas salas de curso de informática.	1
Ao PC de mesa antigo	1
Um cérebro.	1
Programação	1
TOTAL	44

Fonte: As autoras

As associações construídas pelos informantes, em sua maioria, apresentam um caráter de adjetivação. Tais adjetivações atribuídas ao computador são direcionadas a rapidez como os informantes têm acesso às informações, a utilidade do instrumento tecnológico para os estudos, sendo o mesmo traduzido como facilitador no desempenho de tarefas e trabalhos. As associações ressaltam a necessidade da máquina nos tempos atuais, que se caracteriza pela explosão de informações.

Foi mínima a representação do computador enquanto instrumento que proporciona entretenimento. Em contrapartida, foram frequentes as associações aos trabalhos, bem como ao eixo norteador da composição deles, que é a pesquisa.

É interessante como, para os discentes, o computador e internet parecem ser a mesma coisa. Ao associarem o computador ao mundo e aos aspectos dos tempos anteriores deixam implícita a existência da internet, pois somente com a conexão é realizada a percepção do vasto mundo.

As imagens sobre o computador criadas pelos informantes do curso, em sua maioria, denotam a intenção dos criadores em descrever e adjetivar a máquina. Dentre essas, merecem destaque “*um cérebro*” que remete ao reconhecimento das inúmeras possibilidades de avanço no estudo e trabalho, oriundas do uso e domínio do instrumento tecnológico, bem como

ao entrelaçamento da máquina com a internet bem firmado no enunciado de cunho simbólico *“Imagens de pessoas conectadas às redes sociais”*. Vale ressaltar que em todas as representações é perceptível o entrelaçamento do instrumento com a Internet, rede mundial de informações, apesar de ele ser apenas o aparelho eletrônico, tal como qualquer outro, com finalidades de uso definidas, mesmo que suas representações divirjam do real.

Tabela 04 – Quantitativo dos registros categorizados – rádio

CATEGORIAS	ALUNOS
Lembranças, passado, saudosismo	8
Aparelho antigo com formato de caixa de som	8
Música diversificada	7
Meio de informação antigo	6
Informes e noticiários locais	4
Comunicação auditiva	3
Audição	3
Radiojornalismo	2
Imaginação	1
Liberdade	1
Não sei ao certo	1
TOTAL	44

Fonte: As autoras

As associações construídas pelos informantes, em sua maioria, estão entrelaçadas com o passado, em decorrência de ser um dispositivo antigo e bem popular antes do advento da televisão, sendo, naquela época, a principal fonte de entretenimento e informação para muitas pessoas. As associações de cunho descritivo, em sua maioria, restringiram-se a ‘caixa com som’, ‘radinho de pilha no ouvido de alguém’, ‘aparelho portátil de pilhas’, ‘caixinha’, ‘aparelho antigo’, ‘antiquado’ e ‘um quadrado com uma antena’, as quais demonstram a existência de um saudosismo que suscita lembranças antigas e memoráveis.”

A resposta “*Meio de informação antigo*” demonstra a recorrência à adjetivação, direcionada a uma época passada, mas indicando a finalidade do aparelho desse tempo. As respostas “*radiojornalismo*”, “*informes e noticiários locais*” “*música diversificada*” indicam associações direcionadas à função do rádio em possibilitar a transmissão de informes e lazer, via a “comunicação auditiva”.

Vale ressaltar que os rádios antigos desempenharam um papel bem importante na disseminação de informações e entretenimento, antes do advento da televisão e da internet, haja vista que eles se caracterizavam como a principal fonte na obtenção de notícias e audição de programas, músicas e até mesmo radionovelas.

É impossível olvidar que a escuta, fala, pensamento e imaginação fazem parte de um campo da comunicação muito importante, não só na construção e desenvolvimento da linguagem oral e escrita, mas, também, para a ampliação do desenvolvimento do pensamento, da inventividade e da imaginação. É, nesse sentido que se encaixa a importância do rádio, o qual cedeu lugar à televisão.

Tabela 05 – Quantitativo dos registros categorizados – telefone

CATEGORIAS	ALUNOS
Comunicação	11
Pessoas e familiares	6
Essencial para comunicação	6
Rede social	5
Informações	5
Passado	4
Mobilidade e Facilidade	3
Status social	2
Entretenimento	2
TOTAL	44

Fonte: As autoras

As associações construídas pelos informantes, em sua maioria, estão entrelaçadas à comunicação, cuja essência é traduzida pela expressão “tornar comum”. Afinal, o telefone de “ontem” e os celulares de “hoje” são instrumentos que possibilitam a interação entre os seres humanos, ao viabilizarem a expressão de ideias e pensamentos deles, e a obtenção de respostas. Vale o destaque de que a comunicação, desde os tempos mais remotos, está presente no meio social, fato comprovado pelo ato de desenhando gravuras nas rochas de cavernas ou interior de grutas, realizado pela geração antepassada, expressando, dessa forma, a necessidade de registrar mensagens sobre os costumes e crenças.

As associações de cunho descritivo, em sua maioria, restringiram às expressões “*rede social*”, “*informações*”, “*mobilidade e facilidade*” e “*entretenimento*”. A primeira e a segunda são justificáveis, respectivamente, pelo seu próprio significado, ou seja, meio usado pelas pessoas que interagindo com familiares, amigos e conhecidos, compartilham seus interesses em comum e, ao mesmo tempo, notificam aos interlocutores conhecimentos sobre algum fato ou assunto; a terceira associação refere-se às características do instrumento e a quarta, para os autores das respostas, em algum tempo, lugar ou situação deve servir como lazer, diversão, distração e, até mesmo, desenfado.

A resposta “*Essencial para comunicação*” demonstra a recorrência à adjetivação, direcionada à importância do instrumento que, de certa forma, sofreu mudanças em sua constituição, mas que continua atrelado com as questões inerentes à atividade essencial para a vida social, ou seja, o compartilhamento de diferentes informações pelos seres humanos. As associações às “pessoas e familiares” denotam a grande importância da comunicação, resgatando os participantes no uso dessa ferramenta de integração, de troca mútua e desenvolvimento.

Uma associação que merece destaque, é a atrelada ao “*status social*”, pois a mesma induz à pressuposição de que os autores, queriam chamar atenção para a condição social de muitos, que não fazem parte do processo comunicativo, via tal instrumento, pelo fato de não possuírem recursos suficientes para a aquisição de tal instrumento. Em relação à associação ao “passado”, os inquiridos, talvez, a tenham efetivado, em virtude da fronteira existente, em termos de tempo, entre o telefone antigo e os novos celulares.

Tabela 05 – Quantitativo dos registros categorizados – internet

CATEGORIAS	ALUNOS
Conhecimento	11
Tecnologia	7
Letramento digital	7
Aprendizagem	6
Inovação	6
Oportunidade	5
Pesquisas	4
Conexão	3
Inclusão	3
Comunicação	3
Postura	3
TOTAL	44

Fonte: As autoras

Para a Internet, a construção de associações pelos informantes, apresentou uma incidência maior no âmbito do conhecimento, tanto que um deles enunciou “*É algo de suma importância para o processo ensino aprendizagem e para o desenvolvimento dos alunos*”, como definição de internet, validando o fato de que o acesso ao mundo virtual para os informantes é sinônimo de aquisição de conhecimento, aprendizagem e oportunidade de superar as limitações de espaço e tempo.

Dentre as adjetivações atribuídas à internet se destacam: a rapidez e a agilidade no acesso às informações e a utilidade do instrumento tecnológico para os estudos e trabalho. Vale ressaltar que tais adjetivações também foram atribuídas ao computador, sugerindo que os informantes interligam computador/internet, pensam neles como se fossem um único elemento, talvez por causa da dependência existente entre eles, como também expressam que a televisão, a semelhança da internet, emite notícias e imagens para os telespectadores, entretanto, sem que haja a interação que a internet proporciona aos internautas.

Foram muitas as associações da internet com a pesquisa, aqui considerada como atividade vinculada a busca de novos conhecimentos em vários domínios, dentre os quais, científico, literário, artístico, tecnológico, educacional e cultural..

As assertivas como “*Pessoas agitadas, loucas por informação*”, “*Postura de pessoa perdida, atordoada, desatualizada*”, “*Perigo*”, “*Alunos perdidos nas telas*” sugerem visões bem pertinentes a realidade contemporânea, que requer a inclusão social de todo e qualquer cidadão, para que ele possa gozar de seus direitos, bem como atentar para seus deveres. Para a concretização disso, é preciso que o cidadão esteja antenado com o que acontece no mundo, gerando a agitação pela busca das informações.

Os discentes descrevem a Internet como um suporte cujo manuseio precisa ser dominado a fim de que múltiplas tarefas sejam desenvolvidas, sendo interessante como associam computador/internet, entrelaçando-os como se fossem a mesma coisa. A representação para o uso da internet com a finalidade de efetivar comunicação surge associada à interação, não aquela face a face, mas a virtual, a de maior amplitude, tal qual a descrita na assertiva: “*possibilidades de interagir com pessoas do outro lado do mundo*”.

O estudo, conhecimento e lazer foram, também, representações presentes para a internet como meio de acesso à cultura e ao conhecimento e, também, de proporcionar diversão e entretenimento.

Os inquiridos também, associaram a internet ao letramento digital, emergindo a pressuposição de que eles consideraram que no contexto virtual, tal letramento envolve o domínio de técnicas para efetivar, por exemplo, a inserção de textos na internet e essas técnicas são dispositivos presentes no cotidiano das pessoas, por tal razão, no cenário atual, o letramento digital se faz necessário, principalmente no âmbito educacional.

É importante ressaltar que, com a paralisação do ensino presencial, o ensino à distância se tornou a melhor opção para alunos e professores, os quais sendo letrados digitais, conseguiram vencer os obstáculos surgidos durante a caminhada.

A representação simbólica da internet perpassou pela imaginação dos informantes que a associaram à possibilidade oriunda do mundo

virtual de “*viajar em outros lugares e com outras pessoas interessantes*”, “*globalização*” e “*mundialização dos conhecimentos*”, dando destaque para a amplitude da virtualidade.

E-mail, MSN, Orkut foram representações frequentes dadas à internet enquanto programa viabilizador de comunicação, tal como os sites enquanto programas executores de tarefas, cujo acesso dependendo da conectividade, deixa evidente a representação do computador pela internet.

Para os informantes das turmas pesquisadas, ela representa a fonte de informações, “*um mundo cheio de conhecimentos e lazer*”, “*um mundo de possibilidades, cores, imagens, sons etc.*”. Tais imagens induzem à pressuposição de que a internet é uma conquista tecnológica, traduzida pelas redes de informação, que interligadas, proporcionam à população mensagens quase instantâneas; uma inovação tecnológica que viabiliza a pesquisa e aulas criativas e, conseqüentemente, a aprendizagem

Embora, na sociedade da informação, a internet, com sua eficácia e rapidez, encurta distâncias, tornando possível a comunicação em tempo real, vale ressaltar que o acesso aos recursos tecnológicos induziu a associação do poder econômico ao conhecimento e à capacidade de produzir continuamente novos conhecimentos.

O que se pode observar, da análise dessas experiências, é que, por trás das nomeações dadas às formas de se relacionarem com as novas tecnologias e formas organizativas do sistema de ensino que experimentam como discentes do curso de especialização, é possível encontrar-se uma rede de relações, práticas e concepções, o que remete ao verso de Drumond inscrito em “*Procura da poesia*”: As palavras têm mil faces secretas sob a face neutra e pergunta: “*Trouxeste a chave?*”

Jodelet (1989) afirma que as representações sociais são fenômenos complexos que se instalam sobre saberes anteriores, reativados por situações sociais particulares, sobre a esfera privada e afetiva individual e valores dos grupos sociais, organizados como conhecimento sobre o estado da realidade, ligados a sistemas ideológicos e culturais. As instituições e redes de comunicação (informais ou midiáticas) representam poderosa influência – às vezes de manipulação social – em sua elaboração. Essas representações constituem ‘teorias’ espontâneas, versões da realidade

partilhadas pelos membros de um grupo. Esta versão consensual, ainda que entre em conflito com a versão de outros grupos, mostra-se como um guia para ações e trocas cotidianas

O PERFIL E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS DISCENTES

Para iniciar a escritura, é necessário pontuar que o significado de perfil de algo ou de alguém incide na reunião de um conjunto de informações. No caso da pesquisa realizada sobre os professores, tal perfil constituiu-se como forma de identificá-los como usuários de computadores e da internet, contexto situacional, que requer deles, um determinado nível de letramento digital.

Falar em perfil é remeter à questão da identidade, termo que abrange características que identificam uma pessoa. Berger e Luckmann (1985) consideram que identidade é, evidentemente, um elemento-chave da realidade subjetiva e tal como toda realidade subjetiva, acha-se em relação dialética com a sociedade. Para os autores, a identidade é formada por processos sociais e, uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social.

Para a elaboração desse perfil, foi aplicado um questionário constituído por 43 perguntas, distribuídas em sete blocos de questionamentos, cujos dados obtidos oportunizou a recolha das representações sociais deles, como também, ao serem submetidos a uma análise estatística, com o uso do software SPSS, viabilizaram a elaboração do perfil desejado.

Segundo SILVA (2019, p. 30), no decorrer das últimas décadas, pesquisadores no âmbito das Ciências Humanas têm se debruçado sobre temáticas inerentes às condições históricas e tecnológicas que influenciam a formação de identidades e valores de diferentes grupos etários, especialmente, no tocante à compreensão das mudanças culturais e sociais. Tal labor requer o estudo das gerações, compreendidas pelo envolvimento de grupos de pessoas nascidas em uma mesma época, as quais, segundo Novelli (2011), abrangem os cinco grupos denominados de Veteranos, Baby Boomers, Geração X, Geração Y e Geração Z.

O primeiro grupo acolhe os nascidos entre 1922 e 1945, caracterizados pela postura autoritária, valorização das hierarquias, dedicação e praticidade; o segundo é constituído pelos nascidos entre 1948 e 1963 e marcado por eventos sociais e históricos que geraram uma perspectiva otimista e influenciaram as pessoas com os perfis de liderança pela automotivação e consenso; o terceiro hospeda os nascidos entre 1970 e 1980, sendo assinalado pelas influências oriundas do consumismo, tecnologia, disseminação de doenças como a AIDS, mas, também marcado pela estabilidade, individualismo e direcionamento profissional que se sobrepuseram aos valores familiares e pessoais; o quarto constituído pelos nascidos entre 1981 e 1990, muito influenciado pelos avanços tecnológicos, valorização da economia e da democracia e o quinto acolhe os nascidos a partir de 1991, marcado pelas influências advindas dos jogos de vídeo game, televisão, telefone celular, MP3, internet WI-FI, redes sociais.

Como os sujeitos da pesquisa estão inclusos na faixa etária de 19 a 59, nascidos entre 1965 e 2005, com percentual maior incidindo na idade de 35 anos, a maioria dos inquiridos apresentam características da geração Y, ou seja, sendo influenciados pelos avanços tecnológicos e pela valorização da democracia, afiguram-se com posturas de insegurança, distração, superficialidade, relaxamento, despreocupação, insubordinação, impaciência e dificuldades em acatar os limites. Muito atarefados, são possuidores de uma visão global das coisas e sempre envolvidos na busca do “por quê” das “coisas”, encontrando na conectividade com a tecnologia o apoio necessário.

Vale ressaltar que os nascidos a partir de 1991, pertencentes à geração Z, recebem também, influência da era tecnológica, tanto que realizam várias tarefas ao mesmo tempo, sem ter a percepção real do que estão realizando. Com tal contexto identificam-se por posturas intolerantes, imediatista e individualista.

Os mais idosos, inscritos na faixa etária entre 49 e 59 anos, considerando a classificação de Novelli (2011), receberam influências das gerações Baby Boomers e, X, assim, alguns se apresentam-se como otimistas, líderes e outros autoconfiantes e egoístas.

A identificação de traços característicos de cada geração, no âmbito da pesquisa, desde os Baby Boomers até a Geração Z, viabilizou a com-

preensão dos desafios atuais, bem como a percepção da necessidade de uma convivência intergeracional mais harmônica, equilibrada e coerente, haja vista que as inúmeras transformações na estrutura social ocorridas nos últimos tempos, em virtude do avanço tecnológico e da globalização, resultaram no aprimoramento de novos modos de pensar sobre o saber e, conseqüentemente, em perfis marcados pela irreverência daqueles que priorizam o conhecimento e experiência

Tais modificações também incidiram no âmbito do processo ensino e aprendizagem, com reflexos, principalmente, nas ações dos alunos no contexto escolar, o que se consubstancia em dificuldades e insegurança dos atores envolvidos na organização e desenvolvimento desse sistema e, conseqüentemente, comprometendo o êxito do mesmo.

A compreensão das representações sociais dos alunos sobre o curso de especialização e a profissão docente é de suma importância, uma vez que viabiliza o entendimento das atitudes e posturas dos alunos, o que servirá de suporte para a elaboração de ações que promovam a adequação do ensino ao aluno, bem como à realidade contemporânea, em prol da diminuição das deficiências e valorização das habilidades. Nesse termos, é indiscutível o papel significativo das representações sociais para a efetivação dos objetivos educacionais prescritos pela sociedade, em proveito de uma formação profissional adequada, que considere as origens, aspirações, crenças, atitudes e opiniões dos alunos.

As análises contribuíram para o entendimento das expectativas dos alunos e percepção da necessidade de reflexões sobre o processo educativo, o vivenciar das transformações que ocorrem na época atual, a busca de formas didáticas e metodológicas diversificadas a serem aplicadas no processo ensino e aprendizagem, a mudança de postura, tanto do professor como do aluno, diante dos avanços estruturais da sociedade.

A sociedade atual compartilha com o desenvolvimento acelerado que ocorre ao seu redor, permeado de descobertas e informes diversificados que surgem em frações de segundos. Tal conjuntura impulsiona a ocorrência de um certo enfraquecimento das ações inerentes ao processo ensino e aprendizagem, ressaltando a vivência social como premissa maior para a efetivação do aprendizado, em detrimento do espaço escolar, o qual passa a ter relevância mínima em nível da construção do conhecimento.

Em virtude de a busca pelo conhecimento, atualmente, não ser mais o principal interesse da sociedade, em virtude de todos os segmentos sociais terem acesso às informações devidamente atualizadas, fato que, quase sempre, atende aos interesses daqueles que as buscam.

Diante desse contexto situacional, a escola para cumprir suas funções em termos de aquisição e construção de conhecimentos é incitada a rever suas ações direcionadas para a prática educativa, tal como afirma Castro, A. Hamze (2004:1) em seu artigo “O Professor e o Mundo Contemporâneo”²⁴:

Os novos tempos exigem um padrão educacional que esteja voltado para o desenvolvimento de um conjunto de competências e de habilidades essenciais, a fim de que os alunos possam fundamentalmente compreender e refletir sobre a realidade, participando e agindo no contexto de uma sociedade comprometida com o futuro.

Tal perspectiva é acolhida pelo princípio de educação proposto por Carlos Brandão (2004):

Esparrramados pelos cantos do cotidiano, todas as situações entre pessoas, e entre pessoas e a natureza – situações sempre mediadas pelas regras, símbolos e valores da cultura de grupo - têm, em menor ou maior escala a sua dimensão pedagógica (p. 20-1).

²⁴<https://www.brasilecola.com>.

O MARCO FINAL

Eu digo que ler não é só caminhar sobre as palavras, e também não é voar sobre as palavras. Ler é reescrever o que estamos lendo. É descobrir a conexão entre o texto e o contexto do texto, e também como vincular o texto/contexto com o meu contexto, o contexto do leitor.

(Paulo Freire)

Ler é mais do que decifrar palavras ou navegar pela superfície do texto. É um ato de recriação, uma jornada profunda em que o leitor reconstrói significados e estabelece pontes entre o texto e o mundo que o cerca. Como tão bem colocou Paulo Freire, a leitura é um diálogo vivo entre o texto, o contexto e o próprio leitor, um processo de descoberta que ultrapassa os limites do papel e se entrelaça com nossas vivências e perspectivas. Assim, ao adentrarmos neste tema, convidamos a refletir sobre a essência transformadora da leitura, que nos desafia a enxergar além do que está escrito e a nos reconectar com o vasto universo de sentidos que ela nos oferece.

O interesse dessa pesquisa que tratou sobre o entrelaçamento do letramento digital e formação continuada de professores na pós-graduação ofertada pela UEPA foi firmado no entendimento de que a relação posta entre a função social da universidade e como ela a tem desempenhado, em especial nas pós-graduações, coloca em destaque as relações de poder e conhecimento que fundamentam as lógicas organizativas do sistema de ensino e se expressam na gestão, no currículo, na mediação pedagógica, como também, em outras práticas presentes nas instituições promotoras de tais cursos. Na verdade, a educação sendo referenciada pelos valores da época, sociedade ou classe social, promove a construção de padrões desejáveis a partir de interesses, aspirações, projetos e ideais de grupos socialmente definidos.

Nesse contexto situacional, é preciso refletir sobre o fato de que, na atualidade, a expansão do tempo ocorre no sentido adiante, mas, também e, principalmente, no sentido da lateralidade, ou seja, o equivalente à concomitância dos acontecimentos, que implica no surgimento de uma

nova forma de aprender o novo, a qual depende muito mais das inovações científicas e tecnológicas do que da elaboração de um grande projeto social, com características universais, aplicável a toda a humanidade.

Cada vez mais cresce o quantitativo de usuários da rede mundial de computadores, situação que suscita o aumento da oferta de cursos na modalidade a distância e motiva a inserção das novas tecnologias da informação e comunicação (NTICs) em aulas presenciais, trazendo mudanças no desenvolvimento da formação docente inicial ou continuada, afinal, não é possível formar professores nos moldes da educação do passado.

A pesquisa, apesar de objetivar a construção do perfil dos discentes e suas representações, foi permeada por reflexões sobre a formação docente continuada em e para contextos digitais, principalmente, no que se refere à inserção das tecnologias na prática pedagógica, de modo a contribuir para uma formação reflexiva e crítica quanto ao uso das novas tecnologias da informação e comunicação (NTICs) na prática docente.

O letramento digital para o professor da era digital é um importante suporte no desempenho de suas funções, pois os alunos sendo nativos digitais são premiados pela possibilidade de navegando na internet, pesquisar, ler e conhecer sobre os mais variados assuntos, o que lhes confere um novo perfil de estudante, que exige também novo perfil de professor. Assim, cabe ao professor assumir a postura de mediador e problematizador do conhecimento e, sempre atentar para essa nova fonte de informações para transformá-las, junto com os alunos, em conhecimento, afinal o professor também aprende com o aluno.

É preciso reconhecer que, embora professor e aluno sejam possuidores de culturas diferentes, há possibilidade de diálogo entre elas, sem que haja desconforto e perda de identidade, ao contrário, podem ser enriquecidas se houver aberturas para aprendizagens mútuas. Essa abertura poderá possibilitar aos educadores um novo olhar para si mesmos e para o outro, que tem uma visão de mundo diferente da sua.

O professor, na contemporaneidade, deve ter uma ancoragem consistente na epistemologia do conhecimento, compreendendo-o como algo provisório e transitório, mas que tem regras e rigor, ou seja, precisa estar sempre aberto ao novo, para investigá-lo e ver o que ele representa para o conhecimento e para a aprendizagem, disposto a transformar a sala de aula

em um espaço de construções coletivas de aprendizagens compartilhadas. Nesta perspectiva, para formar futuros professores é necessário enfrentar a responsabilidade de uma constante atualização, a defasagem entre o seu letramento digital e o do aluno e manter o distanciamento possibilitador de um olhar crítico diante do ofertado pela tecnologia digital.

A finalização de uma investigação, na área educacional, em específico, no que tange a formação docente, representa o enunciar de informes relativos à caminhada proposta, nesse estudo, circunscrita na construção do perfil dos alunos do Curso de Especialização em Ensino de Língua Portuguesa, ofertado na modalidade a distância, no que tange ao letramento digital e às representações deles sobre as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) na prática pedagógica. Neste sentido, vale ressaltar que foram reconhecidos desafios para os profissionais em educação com reflexos significativos no que as novas tecnologias e o aumento exponencial da informação impulsionam o surgimento de um novo paradigma para a educação e de um papel diferente do professor frente a esse panorama.

Esse pensamento, ao final do trabalho, foi ampliado pelo reconhecimento de que as inovações tecnológicas, como o livro, a televisão, o computador, o rádio, o telefone e a internet, apresentam-se como um fazer pedagógico. As representações sociais dos alunos, futuros profissionais da educação, indicaram ser muito interessante ampliar as possibilidades de acesso à internet no espaço acadêmico, garantir maior domínio dos professores sobre as ferramentas digitais e integrar a tecnologia aos currículos em forma de disciplinas, considerando-a uma fonte de mediação pedagógica. Esse entendimento, como já mencionado, reforça a necessidade de inclusão digital de alunos e professores.

A investigação, perpassada por questões que dizem respeito à incorporação das tecnologias no Curso de Especialização Ensino de Língua Portuguesa, considerou a conjuntura atual em termos das exigências legais e demandas da sociedade atual, impostas pelo avanço científico e tecnológico e o objetivo consistiu em desvendar a relação entre letramento digital e a formação docente, subsidiado, como dito anteriormente, pela pressuposição de que, os recursos tecnológicos no espaço escolar são capazes de viabilizar as condições necessárias para o desenvolvimento do processo educativo e contribui para uma formação mais significativa e contextualizada.

Tal caminho foi guiado pela percepção dos alunos acerca desse ambiente pós-moderno, caracterizado pela tecnologia e pela informação, com o qual a escola deve interagir. Essa hipótese foi confirmada pelos resultados obtidos, tendendo a uma ampliação, na medida em que, for considerado o fato de que, em todo e qualquer processo de formação existem necessidades e possibilidades que suscitam atendimento e efetivação.

Na matriz curricular do curso, foi constatada a presença de indicadores da inserção digital no processo de formação marcada por componentes curriculares fundamentados pela concepção tecnológica, assim como de registros semelhantes a “uso de novas tecnologias” inscritos no item do perfil dos alunos, delineando a presença da perspectiva digital. Isso norteou a conclusão de que o curso mantém uma matriz curricular incompatível com as exigências e demandas da sociedade atual, mergulhada na informação globalizada, atentando para o fato de que os avanços tecnológicos possibilitam o acesso à informação e a comunicação humana e a superação da exclusão digital.

Os dados produzidos com a aplicação do questionário revelaram que o uso da tecnologia faz parte do cotidiano dos alunos, os quais, em sua maioria, ao ingressarem no curso espaço acadêmico, demonstraram ter algum domínio, o que significa dizer que a apreensão desse domínio não é prerrogativa do espaço enunciado, embora ele contribua para a ampliação do mesmo, no momento em que, por necessidade ou curiosidade, os alunos buscam pelas informações que irão subsidiar a construção do conhecimento, pois é indiscutível o fato de que o domínio do recurso tecnológico, tendo adentrado no espaço acadêmico, é requerido em qualquer etapa de cursos de nível superior.

A realidade dos alunos dos cinco municípios, nos quais o curso realizou seu desenvolvimento diferem, pois são contextos nos quais as condições socioeconômicas, também são diferentes, direcionadas, especificando, caracterizando o cotidiano de cada cidadão. Por exemplo, nem todos os alunos entrevistados possuem computador em casa, talvez, porque o baixo poder aquisitivo da maioria dos cidadãos dessas cidades impede que o sonho de possuir um computador se transforme em realidade, para ter acesso à internet, a grande fonte de informações. Mas, sem ignorar as oportunidades de desenvolvimento e qualidade de vida trazidas pelo uso

de novas tecnologias, não é possível também desconhecer a diferença entre aqueles que têm mais ou menos acesso às tecnologias da informação está diretamente relacionada às desigualdades sociais e são um importante reflexo do estágio atual da economia do conhecimento.

Os alunos diferenciados pelo espaço geográfico e pelas condições econômicas e sociais apresentam similaridades em suas respostas, principalmente, nas pertinentes ao uso do computador e a acessibilidade a Internet. Fato passível de ser creditado, por eles estarem inclusos na faixa etária de 19 a 59 anos e terem vivenciado mudanças em suas posturas e atitudes, acostumados que estavam a ver o mundo à sua maneira, segundo as suas expectativas, são dotados de uma criticidade ampla diante de conflitos e dilemas, revelam a ânsia em desvendar o mundo, adaptam-se com extrema facilidade a todas as situações, com plena disposição de enfrentar o inusitado, o novo, o desconhecido.

Os resultados revelam que, para os alunos do curso, as possibilidades no uso dos recursos tecnológicos podem superar as necessidades com as quais se defrontam, considerando que se elas forem atendidas, serão minimizadas as dificuldades que porventura surjam. Tal situação clama por uma reestruturação pedagógica bem como o acompanhamento desta revolução pelo pensar docente, cabendo aos gestores da instituição a responsabilidade de providenciar a reestruturação do espaço, instalações, equipamentos tendo em vista a manutenção e uso da tecnologia como condição da efetivação das práticas pedagógicas.

As representações construídas da pelos discentes envolvidos na pesquisa, sobre computador e internet, tendo como contraponto o livro e a televisão, indicam o livro enquanto fonte de conhecimento; a televisão perdendo espaço para a internet, tal como, um dia o espaço do rádio foi tomado por ela; o computador, percebido como máquina, é visto como sinônimo de internet e esta última como o suporte que encurta as distâncias, tornando possível a comunicação em tempo real e, de forma célere, o acesso às informações. Como o já enunciado anteriormente, os alunos entrevistados confirmaram uma familiaridade com as tecnologias de informação e comunicação, ao afirmarem o uso de diferentes recursos computacionais, ao mesmo tempo em que deixam nas entrelinhas a preocupação com a amplitude da inserção deles no mundo digital, a ser

possibilitado no espaço acadêmico, na medida em que sugerem a inclusão de elementos curriculares voltados para o ensino do uso dos recursos computacionais.

A análise do contexto estudado revelou a prioridade das novas tecnologias na formação dos profissionais, principalmente na daquele professor que atuará na Educação Básica, dando ênfase à aquisição de competências e habilidades para atuar na sociedade do conhecimento e da aprendizagem. Esta perspectiva evidencia a necessidade do domínio tecnológico e de fatores decorrentes de uma inserção no âmbito educacional e social, exigindo o redimensionamento da docência universitária desde uma imersão na prática diária e um compromisso institucional que favoreça uma educação superior conectada com os anseios e necessidades sociais e de qualidade no estado do Pará. No entanto, como já afirmado anteriormente, não há limites geográficos nesse espaço midiático, e isso deve nos fazer refletir sobre implicações culturais em curso sem que elas sejam percebidas.

O espaço, atualmente, não são as fronteiras, antes, geográficas, estas perdem cada vez mais a sua força política de cerceamento. O satélite, a fibra ótica e principalmente as redes mundiais de comunicação informatizadas, como é o caso da internet, projetam o homem para um espaço virtual sem limites e no qual, em tese, todos seriam usuários, democraticamente em igualdade de condições de acesso e de diálogo com os outros partícipes do processo. O espaço passa a ser, então, o material expandido, interativo, ilimitado, flexível o bastante para que os pontos de parada, as fronteiras, agora outras, sejam estabelecidos em conformidade com os interesses econômicos dos grupos dominantes. Por conseguinte, amplia-se também o raio de ação destes grupos, posto serem deles a decisão de imporem ou não limites aos demais.

REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER Fernando. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2.ed. São Paulo: Thomson Learning, 2002.
- ANDRADE. Carlos Drummond de. A rosa do povo. Ed. José Olympio. 1945.
- ARAÚJO, J. C. Internet e ensino: novos gêneros, outros desafios. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- ARAÚJO, Júlio César; DIEB, Messias. (Orgs.). Letramentos na web: gêneros, interação e ensino. Fortaleza: Edições UFC, 2009.
- ARAUJO, P. M. C. Um olhar docente sobre as tecnologias digitais na formação inicial do pedagogo. 2004. 140f. Dissertação – PUC. Minas Gerais. 2004.
- BARRETO, R. G. Formação de Professores, tecnologias e linguagens: mapeando velhos e novos (des)encontros. São Paulo: Loyola, 2002.
- BARTON, David; LEE, Carmen. Linguagem Online: textos e práticas digitais. Tradução: Milton Camargo Mota. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2015. 270 p. ISBN 9788579340888.
- BELLONI, Maria Luisa. Educação a Distância. Campinas, Autores Associados, 2006.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. The Social Construction of Reality: A Treatise in the Sociology of Knowledge. Garden City, NY: Doubleday, 1966. No Brasil: A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BORGES, F. G. B. A construção de uma metodologia para o letramento digital. Raído, Dourados, v. 11, n. 25, p. 280-294, jan./jul. 2017.
- BRAGANÇA, Marcela Langa Lacerda; BALTAR, Marcos Antônio Rocha. Novos estudos de letramento: conceitos, implicações metodológicas e silenciamentos. Imagens da Educação, Universidade Estadual de Maringá, v. 6, n. 1, p. 3, abr. 2016. DOI: 10.4025/imagenseduc.v6i1.25321. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/imagenseduc.v6i1.25321>. Acesso em: 19 set. 2023.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Fronteira da fé – Alguns sistemas de sentido, crenças e religiões no Brasil de hoje. In. Estudos Avançados. 18. Dez 2004. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000300017>
- BRASIL. Decreto no. 5.622 de 19/12/2005. Diário Oficial da União, 20/12/2005.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: Acesso 14/set./2014.
- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Para o Curso de Pedagogia. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP N° 01, de 15 de Maio de 2006.

BURKE, B. Gamificar: como a gamificação motiva as pessoas a fazerem coisas extraordinárias. São Paulo: DVS Editora, 2015.

BUZATO, M. E. K. Letramento digital abre portas para o conhecimento. EducaRede. Entrevista por Olivia Rangel Joffily em 23/01/2003. Disponível em: <www.educarede.org.br>. Acesso em: 21 maio 2003.

_____. Desafios empíricos-metodológicos para a pesquisa em letramentos digitais. Trabalhos em Linguística Aplicada, Campinas, n. 1, p. 45-62, jan./jun. 2007.

CARMO, Josué G. Botura. O letramento digital e a inclusão social. Disponível em: <http://paginas.terra.com.br/educacao/josue/> Acesso em: 17 abr. 2023.

CAVALCANTE Jr, F. S. Por uma escola do sujeito: o método (con)texto de letramentos múltiplos. 2. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003.

COSCARELLI, Carla, V.; RIBEIRO, Ana Elisa. Letramento Digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. 1. ed. Belo Horizonte: Ceale, Autêntica, 2005. 248p.

DIAS, M. C.; NOVAIS, A. E. Por uma matriz de letramento digital. In: III Encontro Nacional sobre Hipertexto. Anais...Belo Horizonte, CEFET-MG, 2009. Disponível em <<https://is.gd/1r54U6>>. Acesso em: ago. 2023.

FERREIRA, Giselle Martins dos Santos; ROSADO, Luiz Alexandre da Silva; CARVALHO, Jaciara de Sá (Org.). Educação e Tecnologia: abordagens críticas. Rio de Janeiro: SESES/UNESA, 2017. p. 124-141. Disponível em: <Disponível em: <https://is.gd/O35nDf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

FONSECA, Magda de Carvalho. Letramento Digital: uma possibilidade de inclusão social através da utilização de software livre e da educação a distância. Trabalho de Conclusão de Pós-graduação lato sensu da Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão – Universidade Federal de Lavras. 2005. Disponível em: <http://www.ginix.ufla.br/files/mono-MagnaFonseca.pdf>. Acesso: abr. 2023.

FREIRE, Paulo. A Importância do ato de ler. Cortez, 34ªed. São Paulo.1988.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1989.

_____; DONALDO, Macedo. Alfabetização: leitura da palavra leitura do mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

GATTI, Bernardete A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. Revista Educação e Sociedade. V. 31, n. 113, p.1355-1379, out./dez. Campinas, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/16.pdf>. Acesso fev. 2023.

GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). Textos e representações sociais. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

JODELET, D. (Org.). As representações sociais. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

- KATO, Mary. No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística. São Paulo: Ática, 1986.
- KLEIMAN, A. B. Introdução: Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: _____ (Org.). Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.
- _____. Letramento na contemporaneidade. Bakhtiniana, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 72-91, ago./dez. 2014.
- _____. Letramento e suas implicações para o ensino da língua materna. Signo. Santa Cruz do Sul, v.32, n.53, p.1-25, dez.2007.
- LABOV, W. Padrões sociolinguísticos. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta P
- LÉVY, P. O que é o virtual? Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- _____. Cibercultura. São Paulo: UNESP, 1999.
- LOBO NETO, Francisco José da Silveira. Regulamentação da Educação a Distância: caminhos e descaminhos. In Silva, Marco (org.). Educação online. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- MAGNANI, M. do R. M. Os sentidos da alfabetização: a “questão dos métodos” e a constituição de um objeto de estudo (São Paulo: 1876/1994). Presidente Prudente, 1997. 389f. Tese (Livre-Docência em Metodologia do Ensino de 1o Grau: Alfabetização) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista.
- _____. A techno-ausência na formação inicial do professor contemporâneo: motivos e estratégias para a sua superação. O que pensam os docentes das licenciaturas? Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/Programa de Pós-graduação em Educação. Relatório técnico de pesquisa. 114p.
- MEY, Jacob L. As vozes da sociedade: letramento, consciência e poder. Tradução de Maria da Glória de Moraes. Tradução de: The voices of society: literacy, conscientiousness and power. DELTA, vol.14, n. 2, p. 331-338. 1998.
- MORTATTI, Maria do R. Longo, Educação e Letramento, Unesp, coleção paradidáticos, São Paulo, 2004.
- MOSCOVICI, S. Representações sociais: investigações em psicologia social. 5. ed., Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- NÓVOA, António. O passado e o Presente dos professores. In: NÓVOA, António. 2 ed. Porto: Porto Editora, 1999.
- PINHEIRO. R. C.; ARAÚJO, J. Letramento Hipertextual: um amálgama de letramentos demandados em cursos on-line. Trabalhos em Linguística Aplicada, Campinas, v. 55, n. 2.
- Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Digital. 2022. Disponível em: [link da publicação oficial]. Acesso em: 29/01/25.
- MAIA, Junot de Oliveira. Novos e híbridos letramentos em contexto de periferia. In: MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital.

MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p. 13-67.

MARINHO, S. P. P. (1998). Educação na era da informação: os desafios na incorporação do computador na escola. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 361p. (Tese, Doutorado em Educação).

NOVELLI, V.A.M.; HOFFMANN, W.A.M.; GRACIOSO, L.S. Reflexões sobre a mediação da informação na perspectiva dos usuários; Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 16; Seminário Internacional de Bibliotecas Digitais, 2. ,2010; Rio de Janeiro.

PRADO; M. E. B. B; SILVA, M. G. M. da. Formação de educadores em ambientes virtuais de aprendizagem. Em Aberto, Brasília, v. 22, n. 79, p. 61-74, jan. 2009.

PRETTO, N. Uma escola sem/com futuro. Campinas: Papirus, 2002.

PRETTO, N.; PINTO, C. da C. Tecnologias e novas educações. In: Revista Brasileira de Educação, n. 31, jan./abr., 2006.

RIBEIRO, Ana Elisa F. Ler na tela – novos suportes para velhas tecnologias. 2003. 112 f. Dissertação. (Mestrado em Estudos Linguísticos, Inter-relações entre linguagem, cultura e cognição). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

_____. Navegar lendo, ler navegando. Notas sobre a leitura de jornais impressos e digitais. Belo Horizonte: InterDitado, 2009. (Coleção Indie)

RIBEIRO, V. M.; VÓVIO, C. L.; MOURA, M. P. Letramento no Brasil: alguns resultados do indicador nacional de alfabetismo funcional. Educação & Sociedade, Campinas, SP, v. 23, n. 81, p. 49-70, 2002.

ROJO, Roxane (Org.). Escol@ conectada: os multiletramentos e as TICs. São Paulo: Parábola, 2013. p. 59-71.

_____. Letramentos múltiplos, escola e inclusão social. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

_____. Pedagogia dos Multiletramentos. In: ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo (Org.). Multiletramentos na escola. São Paulo: Parábola Editorial, 2012. p. 11-31.

ROSA, F. R. Por um indicador de letramento digital: uma abordagem sobre competências e habilidades em TICs. CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 6., 2013, Brasília. Anais... Brasília/DF, 2013. Disponível em: <<https://is.gd/kPWnKQ>>. Acesso em: ago. 2023.

SANTOS-MARQUES, I. B. A. A formação de professores de língua portuguesa: projetos de letramento, agência e empoderamento. In: KLEIMAN, A. B.; ASSIS, J. A. Significados e ressignificações do letramento: desdobramentos de uma perspectiva sociocultural sobre a escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2016, p. 111-142.

SANTOS, Wildson Luiz Pereira dos. Educação científica na perspectiva de letramento como prática social: funções, princípios e desafios. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 12, n. 36, 2007. Disponível em: <https://is.gd/vHayVh>. Acesso em: 29 abr. 2014.

SAVIANI, D. Formação de Professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*. v. 14 n. 40. Jan./abr. 2009. Disponível em: <https://is.gd/qQoXBC>. Acessado em: jun. 2023.

SILVA, Themis Rondão Barbosa da Costa. Pedagogia dos multiletramentos: principais proposições metodológicas e pesquisas no âmbito nacional. *Letras, Santa Maria*, v. 26, n. 52, p. 11-23, 2016. Disponível em: <https://is.gd/eWs0hm>. Acesso em: 22 set. 2023.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. In *Revista Brasileira de Educação*, n. 25, jan./abr., 2004. Disponível em: <https://is.gd/AWY25Y>. Acesso em: maio 2023.

_____. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. *Educação e Sociedade: Campinas*, vol.23, n.81, p.143-160, dez. 2002.

_____. Alfabetização e letramento. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

STREET, Brian. Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

TERRA, M. R. Letramento e letramentos: uma perspectiva sócio-cultural dos usos da escrita. *D.E.L.T.A.*, v. 29, n. 1, p. 29-58, 2013.

VICENTE; R. B.; CAMPOS, J. M. T. Letramento digital nos anos iniciais do Ensino Fundamental. *Revista Metalinguagens*, n. 5, p. 78-89, maio 2016.

VICENTINI, P. P., & LUGLI, R. G. História da profissão docente no Brasil. São Paulo, SP: Cortez, 2009.

XAVIER, A. C. Letramento digital: impacto das tecnologias na aprendizagem da Geração Y. *Calidoscópio*, São Leopoldo, v. 9, n. 1, p. 3-14, jan./abr. 2011.

11) As estratégias de avaliação eram

- ()- Prova
- ()- Exercícios
- ()- Trabalho de pesquisa
- ()- Desempenho do aluno

12) As estratégias estimulavam:

Habilidade de comunicação

- () poucas vezes () muitas vezes () sempre () não

Raciocínio lógico

- () poucas vezes () muitas vezes () sempre () não

Criatividade

- () poucas vezes () muitas vezes () sempre () não

Capacidade crítica

- () poucas vezes () muitas vezes () sempre () não

Iniciativa

- () poucas vezes () muitas vezes () sempre () não

Aplicação do conhecimento

- () poucas vezes () muitas vezes () sempre () não

13) As ferramentas digitais eram utilizadas:

- ()-Sempre ()-Frequente ()-Raramente ()-Nunca

14) A INTERNET era utilizada como estratégia complementar:

- ()-Sempre ()-Frequente ()-Raramente ()-Nunca

BLOCO E – APRENDIZAGEM ESCOLAR CONTINUADA – CURSO ATUAL

15) No curso atual receberam informes sobre:

- ()-Direitos e deveres
- ()- Formas de interação
- ()-Sistema de avaliação
- ()-Organização de disciplinas
- ()- Normas de estudo

- 16) O sistema de tutoria é relevante: ()-SIM ()-Não
- 17) Disponibiliza uma biblioteca: ()-SIM ()-Não
- 18) Acessa o acervo de bibliotecas virtuais: ()-SIM ()-Não
- 19) Tem disponibilidade para o uso de um laboratório de informática:
()-SIM ()-Não
- 20) O laboratório de informática disponibilizado é composto por:
- ()-Recursos multimídia
 - ()- Acesso à Internet
 - ()- Computadores modernos

BLOCO E – USO PESSOAL DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS

- 21) A tecnologia é utilizada para:
- ()-Interação ensino aprendizagem
 - ()-Reconhecimento de diferentes culturas
 - ()-Desenvolvimento de trabalhos/projetos
 - ()- Construção de conhecimento
- 22) Você utiliza como meio de comunicação:
- ()-Rádio
 - ()-Revistas
 - ()- Televisão
 - ()-Internet
 - ()- Livros
 - ()-Jornais
- 23) O meio mais atraente para o desenvolvimento de estudos:
- ()-Livro didático tradicional
 - ()- Texto xerocado
 - ()- Site da Internet
 - ()- Vídeos
- 24) O computador é utilizado para:
- ()-Trabalhar
 - ()- Estudar
 - ()- Lazer
 - ()- Não usa

- 25) O computador serve para você:
-)-Acessar a Internet
 -)- Usar no Excel/PowerPoint
 -)-Digitar textos
 -)-Organizar tarefas
- 26) Usa o computador:
-)-Sempre
 -)- Raramente
 -)- Frequentemente
 -)- Nunca
- 27) 27- Ao utilizar o computador assume uma postura de:
-)-Resistência
 -)- Futuras expectativas
 -)- Curiosidade
 -)-Pessimismo
 -)- Inferioridade
- 28) A frequência do uso do computador aumenta para:
-)-Para melhor
 -)- Para pior
- 29) Você tem um computador:
-)-Por necessidade
 -)-Interesse pela tecnologia
 -)- Toda casa deve ter um
 -)-Influência do grupo
 -)-Como meio de diversão
- 30) O uso da tecnologia mudou seu dia-a-dia para:
-)-Melhor
 -)- Pior
 -)- Nada mudou
- 31) Você acessa a Internet
-)-Todos os dias
 -)-2 e 3 Vezes na semana
 -)-1 vez na semana
 -)-1 Vez no mês
- 32) Você costuma acessar a internet:
-)-Em casa
 -)- Em cyber café
 -)- No espaço escolar
 -)- Em casa de amigos
 -)- Em outros lugares

- 33) Você costuma acessar a internet com finalidade:
- | | |
|---|--------------------------------------|
| <input type="checkbox"/>)-Profissional | <input type="checkbox"/>)-Estudo |
| <input type="checkbox"/>)- Buscar Informação | <input type="checkbox"/>)-Recreação |
| <input type="checkbox"/>)-Comunicação | |
- 34) Usa os serviços da Internet
- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/>)-Correio Eletrônico | <input type="checkbox"/>)-Salas de bate papo |
| <input type="checkbox"/>)-Fórum | <input type="checkbox"/>)-Compras |
| <input type="checkbox"/>)-Site de Pesquisa | <input type="checkbox"/>)-Aulas online |
| <input type="checkbox"/>)-Consulta | |
- 35) Estando conectado a Internet, você realiza outras ações:
- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/>)-Nunca | <input type="checkbox"/>)-Quase sempre |
| <input type="checkbox"/>)-De vez em quando | <input type="checkbox"/>)- Sempre |
- 36) Com a instalação da Internet em seu ambiente famílias, suas ações diárias
- | |
|--|
| <input type="checkbox"/>)- continuaram como antes |
| <input type="checkbox"/>)-modificaram |
- 37) Você lembra do tempo em que não havia internet em casa:
- | | |
|--------------------------------|--------------------------------|
| <input type="checkbox"/>)-Sim | <input type="checkbox"/>)-Não |
|--------------------------------|--------------------------------|
- 38) Você tem)-Blog)- Site pessoal)-Email
- 39) Costuma acessar:
- | | | |
|-------------------------------------|---|-----------------------------------|
| <input type="checkbox"/>)-Facebook | <input type="checkbox"/>)- Plataformas | <input type="checkbox"/>)-Outros |
|-------------------------------------|---|-----------------------------------|
- 40) Você acha que a Internet possibilita a vivência de coisas impossíveis, como fingir ser alguém que não é, inventar coisas etc.?
- | |
|---|
| <input type="checkbox"/>)-Sim |
| <input type="checkbox"/>)-Não |
| <input type="checkbox"/>)- Não tinha pensado nisso |
| <input type="checkbox"/>)- Sim, mas acho que isso não deve ser feito |

41) Que resultados são obtidos com a utilização dos recursos tecnológicos:

- ()-Cultura ()-Apreensão de
()-Letramento digital conhecimento
()-Aprendizagem

BLOCO F – INTERFACES DA WEB - REPRESENTAÇÃO SOCIAL

42) Que imagem ou imagens você associa imediatamente quando pensa em:

Livros _____

Televisão _____

Computador _____

Rádio _____

Telefone _____

43) Escreva os três primeiros termos ou palavras que surgem em sua mente quando se fala em internet no espaço escolar.

Gratas por sua colaboração. Valeu!!!

As autoras.

SOBRE AS AUTORAS

ELISA MARIA PINHEIRO DE SOUZA

Pós-doutoranda do Programa Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará, Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Mestre em Ciências da Educação – Docência Universitária pelo Instituto Pedagógico Latino-americano Caribenho e Graduada em Letras e Pedagogia pela Universidade Federal do Pará. Professora Adjunta IV da Universidade do Estado do Pará, coordenadora do Núcleo de Estudos Linguísticos e Literários, líder do Grupo de Pesquisa Linguagens e Tecnologias, membro do Conselho Editorial das Revistas “Ribanceira” e “Asas da Palavra e da Editora Bagai (Curitiba), coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Língua Portuguesa e suas respectivas literaturas – Mestrado Profissional. Experiência na área de Letras, com ênfase em linguística, atuando principalmente, com os temas: educação, morfossintaxe, língua latina, diacronia da língua portuguesa, prática pedagógica, tecnologias digitais e educação a distância.

WALDINETT NASCIMENTO TORRES PENA

Mestre em Ensino de Língua e suas respectivas literaturas – PPGELL-UEPA. Especialista em Língua Portuguesa numa Abordagem Textual pela Universidade Federal do Pará e graduada em Letras e Artes pela Universidade Federal do Pará 1981, membro do Núcleo de Estudos Linguísticos e Literários e do Grupo de Pesquisa Linguagens e Tecnologias, docente da Universidade do Estado do Pará com experiência nas áreas de Letras, Pedagogia e Filosofia, com ênfase em linguística, atuando principalmente, com os temas: educação, fonética e fonologia, morfossintaxe, língua latina, diacronia da língua portuguesa, língua grega, literaturas da Língua Portuguesa, práticas pedagógicas, tecnologias digitais e educação a distância.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação tutorial 65
Alfabetização 14, 26,
28–31, 35–37, 39–40, 42–46
Ambiente Virtual de
Aprendizagem – AVA 63
Aprendizagem 9–14, 31,
37, 41–42, 51, 55–60, 62–
67, 69, 73, 79–80, 83–84,
87, 92–93, 96, 99, 103, 105,
109, 113, 116, 122–124, 127
Artefatos digitais 14, 49,
52–53
Articulação 36, 60
Associação 4, 36, 69,
95–96, 102, 105

C

Capacidade Crítica 78, 123
Chat 63
Compreensão de textos 37
Computador 38, 54, 69,
84–86, 93, 99, 103–105,
113–115, 125, 127
Comunicação 9, 12–14, 17,
24, 50, 54–55, 57, 59–60,
63–65, 68, 71, 77, 83, 86,
91, 94–95, 97–98, 100–105,
112–116, 123–124, 126
Conexão 20, 55–57, 89, 99,
103, 111
Consciência Fonêmica 37
Contexto Virtual 104
Criatividade 77, 123
Cultura 38, 41, 49–50, 52,
67, 92–98, 104, 111, 127
Cyber Café 88, 126

D

Design 51

E

Email 123, 126
Entretenimento 95–102, 104

Espaço Escolar 9, 12–14,
31, 35, 49, 56–57, 68, 88,
109, 113, 126

F

Feedback 65
Formação de professores
26, 45, 47, 57
Fórum 63, 89, 126

I

Imagem 52, 96, 98, 127
Informações 9, 11, 57, 59,
69, 88, 92, 96–105, 107,
110, 112, 114–115, 122
Instrução Fonética 37
Internet 9, 12, 14, 18, 55–
57, 59, 63, 65, 69–70, 73,
78, 82–85, 88–90, 92–93,
99–101, 103–105, 107–108,
112–116, 123–126

L

Leitura 25, 28–29, 31,
35–45, 47, 49–52, 54–55,
61, 63, 94–95, 111
Letramento 10–14, 23,
25, 42–45, 49–55, 67–69,
92–93, 103–104, 107,
111–113, 127
Letramento Digital 10–14,
23, 52, 55, 67–69, 92–93,
103–104, 107, 111–113, 127
Livro 37–38, 41–43, 54, 84,
93–96, 98, 113, 115, 124

M

Método Alfabético 29
Método Fônico 37
Método Sintético 40
Mundo tecnológico 9

P

Perfil 10–14, 45, 68, 70,
107, 112–114

Pesquisa 10–11, 13–14,
16, 47, 56, 61–62, 67–69,
75, 89, 96, 99, 104–105,
107–109, 111–112, 115,
123, 126
Práticas Pedagógicas 9, 14,
24, 57, 64, 115
Produção de Conhecimento
10, 59
Pronúncia 36

Q

Questões Caligráficas 30

R

Rádio 59, 93, 98, 100–101,
113, 115, 124, 127
Recursos Multimídias 82
Redesignes 52
Rede Social 91, 101–102
Representações Sociais 69,
105, 107, 109, 113

S

Sala Virtual 63
Sistema Alfabético 36, 43
Socialização 68, 80

T

Técnica 36, 50, 53
Tecnologia 18, 44, 50, 52–
53, 55, 57, 64, 83, 85–86,
88, 98, 103, 108, 113–115,
124–125
Telefone 65, 75, 93,
102–103, 108, 113, 127
Televisão 59, 93, 96–98,
100–101, 103, 108, 113,
115, 124, 127

W

Wiki 63



Este livro foi composto pela Editora Bagai.

 www.editorabagai.com.br

 [/editorabagai](https://www.facebook.com/editorabagai)

 [/editorabagai](https://www.instagram.com/editorabagai)

 contato@editorabagai.com.br